



Enegrecendo o Meretrício



Copyright © 2020, Beatriz do Nascimento Prechet.

Copyright © 2020, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, loja 1, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.160-104.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Curadoria

Aknaton Toczec Souza (UNISECAL) • Alexandre Avelar (UFU) • Arthur Ávila (UFRGS)

Bruno Guimarães (UFOP) • Cíntia Vieira (UFOP) • Cláudia Viscardi (UFJF)

Diogo Silva Corrêa (UVV) • Dirce Solis (UERJ) • Fabiana Fredrigo (UFG)

Fabio Franzini (UNIFESP) • Flávia Varella (UFSC) • Georgia Amitrano (UFU)

Gessica Guimarães (UERJ) • Julio Bentivoglio (UFES) • Karina Anhezini (UNESP FRANCA)

Marcelo Moraes (UERJ) • Marcelo Rangel (UFOP) • Maria Da Glória Oliveira (UFRRJ)

Pablo Ornelas (UVV) • Rafael Haddock-Lobo (UFR) • Ueber de Oliveira (UFES)

Valdei Araujo (UFOP)

Curadoria do mês de novembro de 2020

Gessica Guimarães (UERJ)

Carta da curadora

Caras e caros leitores, o livro que apresentamos a vocês é o resultado de uma bela pesquisa de mestrado, na qual Beatriz do Nascimento Prechet investigou o meretrício na cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o século XX. Esse tema, tão difícil para as ciências humanas, o direito e a sociedade em geral ainda hoje, é tratado com aguçado respeito pela autora que transita entre as agruras da existência feminina em uma sociedade patriarcal e as formas de agência que emergem das condições históricas mais excepcionais. É nessa linha tênue, entre o reconhecimento da violência perpetrada ao corpo e ao ser das mulheres que são levadas à prostituição e as considerações sobre os papéis sociais desempenhados por essas mulheres, que a dissertação nos revela histórias escondidas nas camadas de preconceitos que se acumulam quando as protagonistas são mulheres negras e pardas que exercem o meretrício.

Os trabalhos sobre a história das mulheres e os estudos de gênero já se encontram consolidados na historiografia brasileira, que desde a década de 1980 tem dedicado especial atenção ao processo estrutural de marginalização de corpos que performam o feminino, às relações de poder que sustentam a exploração do trabalho das mulheres e os silenciamentos na historiografia. Em diálogo com essa tradição, Prechet nos apresenta as personagens de sua história, mulheres que viveram no cruzamento de opressões que se somavam e que combinadas tornavam sua existência uma afronta à sociedade da então capital do Brasil. Foi na briga contra o apagamento das vidas negras em nosso passado e no árduo trabalho com os arquivos que a autora encontrou as respostas para perguntas que não devem ser enunciadas: afinal, como uma prostituta negra pode ser considerada uma mulher próspera e com certa relevância política e social naquela sociedade carioca? É a essa pergunta incômoda que a vida de Augusta Mulata nos responde.

Quis o acaso que eu escrevesse essa singela carta em um 20 de novembro melancólico, marcado pela conjuntura do isolamento social provocado pela epidemia de Covid-19 e o aumento de casos registrados de violência contra as mulheres neste período; pelo recente primeiro turno das eleições municipais e a baixa representatividade feminina

entre os eleitos, sobretudo quando se tratam de mulheres negras; pelos mais de trinta e dois meses sem resposta para o assassinato de Marielle Franco; pelos ecos dos protestos contra o racismo em todo o mundo, motivados pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, e a notícia de mais um assassinato de um homem negro, João Alberto Freitas, no Brasil. Como nos diz bell hooks, é necessário lutar contra o sexismo e contra o racismo para que a transformação social se efetive, pois em uma cultura de dominação de um indivíduo por outro, toda a sociedade é levada a ver na violência uma forma legítima de ação.

O livro que aqui apresentamos é uma grande contribuição para o estudo das relações de gênero e dos comportamentos racistas, mas, sobretudo ele nos revela como essas opressões estruturais não são capazes de aniquilar a força para resistir e existir no mundo, transformando-o grão a grão, por meio da bravura e da solidariedade. Que as histórias de Augusta, Emilia, e outras tantas mulheres que tiveram seus nomes apagados da história possam nos abrir horizontes de futuro, começando pela construção de passados mais plurais ou, simplesmente, passados *outros*.

Géssica Guimarães

Nova Iguaçu, 20 de novembro de 2020

Caro leitor(a),

Esta pesquisa que agora se materializa em livro, foi para mim um grande desafio. Ela me exigiu encarar, com um distanciamento que se exige do historiador, elementos muito específicos da história das mulheres negras no Rio de Janeiro. Por muitas vezes foi difícil ficar frente a frente com determinadas fontes sem desaguar, sem sentir raiva, sem entender. Lidar com a história daquelas que vieram antes de mim, nos momentos em que ia me dando conta do fardo pesado do preconceito racial em finais do século XIX, no início do XX e de seus resquícios no XXI, foram imprescindíveis para meu amadurecimento enquanto mulher negra e historiadora. Mas por sorte a minha e bravura delas, o caminho percorrido até o ponto final da pesquisa feita entre 2017 e 2019 – e até hoje –, revelou que estas mulheres não se apequenavam diante da dor e dos obstáculos impostos. Logo, adianto que este livro não se trata de uma história triste, como pode parecer de antemão, e por estar inserido na História Social, ele apresenta fontes que iluminam o caráter ativo e autônomo de mulheres potentes que foram capazes de resistir ao destino imposto a elas pelos homens, pela justiça e pela ciência. Assim, agradeço à editora Milfontes por incluí-lo no catálogo do clube de livros Ethos, espero que ele te encontre bem e saudável e que seja uma boa companhia nestes dias de quarentena e em tantos outros.

*Beatriz Prechet.
Autora*

Beatriz Prechet

Enegrecendo o Meretrício

**Experiências da prostituição feminina
no Rio de Janeiro (1871-1909)**



EDITORA MILFONTES
Vitória, 2020

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

SUMÁRIO

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Mulata (1952) - Emiliano Di Cavalcanti

Arí Thiersch Souza - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Arí Thiersch Souza

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

Maxigráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P923e Prechet, Beatriz do Nascimento.

Enegrecendo o meretrício: Experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)/ Beatriz do Nascimento Prechet. Coleção Ethos - Nosso Clube. Volume 5. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
126 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-29-3

I. Meretrício 2. Prostituição 3. Rio de Janeiro I. Prechet, Beatriz do Nascimento
II. Título.

CDD 981.05

| | |
|--|------------|
| Prefácio | 13 |
| 1. Introdução | 19 |
| 2. A Racialização da prostituição..... | 31 |
| O ano de 1871 e a prostituição de escravizadas | 33 |
| Regulamentar ou não regulamentar? Eis a questão. | 43 |
| O problema das hospedarias: a campanha de 1888 | 53 |
| 3. O território da prostituição | 67 |
| As ruas do meretrício | 68 |
| As ações policiais no combate à prostituição | 74 |
| O Rio Nu e as zonas de prostituição | 82 |
| 4. Emilia e Augusta Mulata: as conexões do meretrício... | 93 |
| As dificuldades de uma prostituta negra | 95 |
| Solidariedade e estratégias | 99 |
| Um enredo de sucesso | 108 |
| 5. Considerações finais | 123 |

Prefácio¹

A segunda metade do século XX foi um momento marcado por profundas inflexões no campo historiográfico. Basta mencionar a perspectiva de novos objetos e abordagens inaugurada pela assim chamada terceira geração dos Annales, a produção do filósofo Michel Foucault, e trabalhos marcantes na formação de jovens historiadores como os de E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis. No Brasil, diversos estudiosos apostaram nessas tendências e produziram trabalhos que hoje são considerados clássicos da historiografia como Sidney Chalhoub, Martha Abreu, Margareth Rago, entre outros. Nessa produção, ao mesmo tempo em que figuravam enquanto alvos de opressão do exercício do poder, os subalternos emergiam como agentes históricos que se defrontavam com as estruturas sociais vigentes, assumindo, portanto, o protagonismo das suas trajetórias, ainda que inseridos numa correlação de forças assimétrica.

Com essa expansão do universo de objetos de pesquisa e de categorias de análise disponíveis, uma série de novos atores e questões conquistou espaço no interior das pesquisas acadêmicas. A partir de então, observou-se um interesse cada vez maior pela história das classes populares, pela história das mulheres e uma profusão de novas perspectivas em torno do

¹ Com o objetivo de evitar o excesso de notas e tornar a leitura mais fluida, limito-me nesta breve apresentação a apenas mencionar o nome dos autores com que o livro dialoga, considerando que eles estão devidamente referenciados ao final do trabalho. As referências eventualmente incluídas neste espaço se justificam pela sua ausência na bibliografia original.

tema da escravidão, apenas para citar alguns exemplos. É nesse contexto que a prostituição se consolida como objeto de investigações históricas de fôlego, a partir da publicação de trabalhos pioneiros como os de Lená Medeiros, Raquel Soihet, Luiz Carlos Soares e outros. Em termos de uma produção mais recente, cabe mencionar também os trabalhos de Cristiana Schettini, Sandra Graham e Sueann Caulfield.

O interesse acadêmico da autora pelo tema da prostituição certamente traz em suas raízes as aulas profundamente instigantes da saudosa professora Marilene Rosa no Departamento de História da UERJ. Naqueles encontros, Rosa – autora de um estudo clássico sobre a escravidão de ganho intitulado *O negro na rua* – frequentemente iniciava suas reflexões com um convite tentador e perigoso: “Entre! – disse a aranha para a mosca”. Com graça e sofisticação teórica, ela fomentava o contato dos seus alunos com esse processo de expansão dos horizontes analíticos da historiografia, bem como de seus objetos de estudo, trilha exitosamente perseguida por Beatriz Prechet desde então.

Enegrecendo o meretrício é resultado da dissertação de mestrado defendida pela autora em 2019, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de fôlego, cujo objeto de escrutínio é a prostituição feminina de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, no período que se estende do final do Império ao início da República. Com uma documentação constituída por periódicos, a legislação da época e registros policiais e judiciais, Prechet procura se somar à produção historiográfica existente descortinando o universo invisibilizado das prostitutas negras, tomando para si o esforço hercúleo de reunir e analisar fontes acerca de um passado que se quis apagar a todo custo – projeto refletido, justamente, na escassez de vestígios históricos.

Amparada pela historiografia sobre o tema, a autora sublinha a ambiguidade que caracterizou o pensamento social da época acerca da prostituição. Ainda que fosse considerada uma prática moralmente condenável, ela constituía um elemento fundamental para a manutenção da ordem social e familiar segundo a concepção do pensamento higienista da época, num momento em que diferentes discursos passaram a incidir cada vez mais sobre a condição feminina. Sob essa perspectiva, a prostituição constituía um grave problema social, alvo

da intervenção do Estado e também de diferentes setores da sociedade. Através de sua pesquisa, Prechet demonstra como a prostituição não é um fenômeno homogêneo, o que significa, portanto, que o poder não incide sobre as suas diferentes manifestações da mesma forma.

A trama se desenrola na agitada virada do século XIX para o XX, e abarca as mudanças provocadas pelo fim da escravidão e pelas disputas em torno da consolidação da república. Nessa conjuntura, a cidade do Rio de Janeiro emerge como protagonista e cenário das reformas urbanas do início do período republicano. Os esforços de remodelação e de incorporação da capital federal no concerto das nações civilizadas abarcavam também o desejo de apagar as marcas de um passado colonial e escravagista. Essa tentativa de apagamento se manifesta por um lado, através da reconfiguração urbana do centro da cidade, e por outro, através da expulsão dos indesejáveis daquela região. Entretanto, como existe uma distância considerável entre o projeto idealizado e a realidade concreta, a autora explora os descompassos existentes entre o projeto de modernização republicano e a formação cultural e étnica da sociedade carioca. Aliás, um dos méritos do trabalho é, justamente, adicionar elementos à instigante cartografia da prostituição feminina na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez, enfocando os espaços ocupados pelas mulheres negras. Nesse sentido, o trabalho evidencia o modo como o meretrício esteve profundamente conectado com a dinâmica cotidiana da vida na cidade, iluminando as tensões e as ambiguidades características dessa justaposição.

Outro ator marcante no livro é a imprensa, cuja voz ecoa a influência das teorias raciais da época que conformavam o modo como a prostituição e os corpos das mulheres negras eram vistos e representados entre os seus contemporâneos. Além disso, os diários carregavam em suas páginas os debates sobre o tema, sobretudo em torno dos instrumentos de repressão e controle dessa prática, e as incansáveis reclamações dos leitores que se diziam constrangidos pela circulação dessas mulheres no espaço urbano que compartilhavam. Em outras publicações, humor e moralismo se confundiam na divulgação de charges e notas satíricas nas quais os corpos negros eram representados de maneira estereotipada, e como portadores de vícios morais que os corrompiam e poderiam corromper a outros.

O ponto alto do trabalho é o esforço de reconstituir as estratégias de sobrevivência adotadas pelas protagonistas do livro. De acordo com a autora, essas estratégias estiveram fundamentalmente baseadas no estabelecimento de laços de cooperação e de solidariedade, com vistas à garantia de sua existência diante da repressão de que eram vítimas – ainda que essas relações guardassem espaço, também, para conflitos e rivalidades. As personagens cujos rastros Prechet persegue ganham nome, e tem as vicissitudes de suas vidas reconstituídas no limite do que é possível recuperar através da documentação. Augusta, Emília e Adelaide são mulheres negras que assumem neste trabalho o estatuto de agentes históricas que, se não foram capazes de subverterem sozinhas a ordem social racista e patriarcal da sociedade em que viviam, se empenharam em criar condições mais favoráveis para sobreviver a ela, movimentando-se pelas brechas do poder e da ordem estabelecida.

Em suas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin sustenta que um dos principais condicionantes éticos do ofício do historiador deve residir em escovar a história a contrapelo, com o objetivo de reconstituir uma imagem do passado que não seja apenas uma história do progresso e dos vencedores, os quais não cessam de impor derrotas aos vivos, e também aos mortos. É através dela que o historiador atea ao passado e ao agora a centelha da esperança que resgata os subalternos e os derrotados da condição de esquecimento imposta a eles². Ao reconstituir e iluminar a trajetória dessas personagens no papel de agentes históricas, evidenciando as estratégias adotadas por essas mulheres para encontrar espaço para si e para as suas em meio a uma conjuntura tão opressiva e hostil em relação aos corpos negros, Beatriz Prechet cumpre com êxito a tarefa a nós assinalada por Benjamin, complexificando ainda mais a paisagem cultural da cena carioca do pós-abolição.

Com seu trabalho, a autora avança as agendas de pesquisa do campo afinada com as demandas e os questionamentos que o mundo contemporâneo tem apresentado aos analistas sociais atualmente, expandindo o universo de investigação histórica que desde as últimas décadas do século passado vem sendo pavimentado por trabalhos igualmente primorosos e inovadores. Estou certo de que os leitores e

² LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 65-69.

leitoras deste livro, independentemente de seu perfil ou interesses de pesquisa, se beneficiarão enormemente do contato com este trabalho tão rico que a editora Milfontes muito acertadamente agora apresenta ao público.

José Roberto S. Saiol

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)*

1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade investigar o universo da prostituição negra no Rio de Janeiro no período que se estende entre os anos de 1871 e 1909. As mulheres negras que exerceram a prostituição neste momento foram vistas de maneira estereotipada, à luz tanto das desigualdades de gênero e classe que conformavam aquela sociedade, quanto do racismo impregnado no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. Valendo-se de registros sobre sua experiência, em especial daqueles produzidos pela imprensa, busca-se aqui entender como tais dilemas foram vividos e combatidos por essas mulheres, e como marcaram a forma pela qual elas organizaram suas vidas. Deste modo, a pesquisa propõe que tanto os estereótipos sobre elas, quanto suas experiências, pensados como dois lados de um mesmo processo, contribuem para a compreensão do funcionamento do racismo na sociedade carioca da virada do século em uma perspectiva interseccional.

A historiografia brasileira sobre a prostituição, dedicada a analisar o pensamento e as intervenções jurídicas, médicas e policiais sobre ela, mostrou como esta atividade, principalmente ao longo da Primeira República, foi vista como uma imoralidade que não se poderia expor socialmente, mas que também não poderia ser completamente banida – já que ela garantia não somente as necessidades fisiológicas masculinas, como também mantinha o lar seguro e higiênico, preservando a pureza

das mulheres de família, cujo prazer era negado.³ Em especial para os médicos e outros expoentes do pensamento higienista, a prostituição se constituiu como sendo um mal necessário, que deveria ser devidamente controlado e afastado dos principais espaços da cidade.

Com o fim da escravidão e o começo do período republicano, em um contexto de vertiginoso crescimento da cidade, a questão do ordenamento urbano tornava-se central para as autoridades do novo regime. As imagens do progresso da capital federal não correspondiam com sua real condição. Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, o processo de modernização da cidade contribuiu para a construção de um espaço público aburguesado e exclusivo. Fora dele estavam todos aqueles que, despejados de suas moradias pela demolição dos casarões do centro da cidade, eram considerados indesejáveis nessa capital remodelada. Enquanto a reforma urbana se intensificava, especialmente a partir de 1903, as campanhas publicadas pela imprensa ganhavam força ao perseguir uma diversidade de grupos e práticas associados a um passado colonial e africano, e que afetava também as prostitutas pobres instaladas justamente nas ruas mais centrais e movimentadas. A intenção daqueles que sonhavam com essa nova cidade era empurrar para longe mulheres e homens pobres. O afã de afastar a cidade do Rio de Janeiro de seu passado ainda muito recente, marcado pela escravidão e pela presença dos corpos negros, antes escravizados e agora livres, era alimentado por um evidente racismo. Com isso, buscavam transformar a nova Avenida Central, inaugurada em setembro de 1904, no grande símbolo da modernidade, denotando a aproximação da cidade carioca com as grandes capitais europeias.⁴

No entanto, as charges e crônicas sobre as transformações urbanas e seus contrastes evidenciavam que, por mais que se quisesse deslocar para longe esses indesejáveis, a modernização da capital não apagaria a existência desses sujeitos. Pelo contrário, foi através das demolições dos cortiços, que abriram espaço para a importante avenida, que se intensificou ainda mais a grave crise de habitação, o que resultou em

3 SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência - Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

4 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.34.

uma maior circulação de sujeitos negros e pobres nas ruas da cidade.⁵ Aqueles que viam na modernização uma aproximação da então capital federal com a cidade parisiense eram os mesmos que tentavam empurrar para longe os sujeitos marginalizados.

De acordo com Margarida Neves, a *belle époque* da qual Sevcenko tratava não passava de um truque de ilusão, pois para além da grande avenida que projetava o ideal de uma capital cosmopolita e europeizada, a cidade do Rio de Janeiro continuava a ser tão negra quanto antes.⁶ Esse esforço de modernização esbarrava, assim, em um elemento que viria a frustrar as ilusões de civilização projetadas por sua elite: a realidade de uma população majoritariamente negra, cujos costumes e práticas não se enquadrariam tão facilmente a esses ideais europeizados de progresso, mostrando a parcialidade da imagem moderna que se tentava definir para a cidade.

Partindo desta percepção, esta dissertação se pergunta especificamente sobre a experiência das prostitutas negras em meio a essas transformações. As expulsões promovidas pelas reformas modernizadoras afetaram não somente as meretrizes que ocupavam aqueles espaços, mas também seus vizinhos, que não se satisfizeram com a “arrumação” promovida pela municipalidade. A reforma e as campanhas policiais de moralização mexiam na organização do meretrício, principalmente aquele considerado da “mais baixa esfera”,⁷ mas não resolvia de fato o problema de sua visibilidade.

Neste momento, ganha relevância a questão sobre a experiência de mulheres negras instaladas nas ruas que passavam a estar no foco dos debates públicos, principalmente porque traziam para um primeiro plano a dimensão dos processos sociais de racialização da prostituição. Trata-se de uma pergunta que se torna particularmente pertinente na medida em que, durante muito tempo, a historiografia sobre a prostituição no Rio de Janeiro se dedicou a analisar projetos e intervenções médicas e policiais sobre a organização da prostituição

5 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

6 NEVES, Margarida de Souza. Uma capital em *trompe l'oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da república velha. In.: MAGALDI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J.G. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 280-281.

7 Queixas do Povo, *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1901.

no espaço urbano. Só recentemente a perspectiva das prostitutas sobre estes processos começou a ganhar importância.

Magali Engel e Luiz Carlos Soares foram os primeiros a tratar deste tema, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, e buscavam entender a prostituição partindo do que diziam os médicos e a polícia sobre estas mulheres. A consulta a essas fontes revelou para os autores um pensamento pautado na ciência que indicava que a prostituição era o espaço da sexualidade doente e que, por isso, deveria ficar distante do resto da sociedade.⁸ Por outro lado, no entanto, essa mesma prostituição era entendida por alguns como uma garantia aos homens de libertarem seu prazer sexual,⁹ já que o matrimônio era o espaço da reprodução e não do prazer.

Ambos autores apontaram que os doutores do século XIX já possuíam um olhar diferenciado sobre as mulheres, a ponto de proporem formas de classificá-las para diferenciá-las. Chegaram à conclusão de que nas bases, encontravam-se as prostitutas clandestinas, composta majoritariamente por mulheres negras e pobres. Ao hierarquizarem o meretrício, médicos e polícia se esforçaram para punir, através de medidas higienistas, as mulheres que estavam na base da pirâmide do meretrício, indicando, desde o início das observações sobre o ramo, que o que incomodava não era a prostituição como um todo, pois nela havia o benefício de garantir o matrimônio seguro e higiênico. O que precisava ser controlado e vigiado era tão somente aquela prostituição que abrigava em seu interior mulheres consideradas inferiores aos olhos da ciência daquele período.

Ao passo que os estudos sobre a prostituição foram se alargando, novos problemas foram explorados. Algumas autoras buscaram desvendar outras dimensões da vida das prostitutas na cidade, como as formas de exploração a que podiam estar submetidas, e também suas formas de associar-se e de manter práticas religiosas. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Lená Menezes, que buscou entender a prostituição na cidade carioca a partir da vivência estrangeira e sua influência no processo de modernização da mesma. Para tanto, ela

⁸ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 73.

⁹ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 16.

se utilizou dos processos de expulsão de estrangeiros como fonte de pesquisa e, através deles, ampliou o estudo sobre o meretrício voltando seu olhar para as prostitutas estrangeiras, e também, para a prática do lenocínio, evidenciando como eram as relações entre esses homens e as mulheres que agenciavam.

Outra estudiosa do tema foi Beatriz Kushnir, que concentrou seu estudo especificamente nas prostitutas judias, iluminando como essas mulheres construíram sua identidade e se auto protegeram dentro do espaço marginal a que foram relegadas, excluídas tanto por serem imigrantes numa cidade diferente da terra natal, quanto por parte de outros judeus no que se refere ao exercício de práticas religiosas. Através da documentação produzida pelas associações de ajuda mútua de prostitutas judias no Rio de Janeiro e em São Paulo, ela tenta perceber por entre as brechas simbólicas que as redes mafiosas como Zwi Migdal e IBFRI (Associação Benéfica e Funerária Israelita), mais do que somente traficar mulheres para diversos países da América, também ajudavam a perpetuar os costumes e as tradições judaicas entre essa comunidade específica.

Diferenciando-se de análises voltadas somente para os discursos médicos e policiais sobre a prostituição, os estudos de Menezes e Kushnir exploraram assim mais diretamente a perspectiva das mulheres prostitutas, relacionando-as ao lenocínio, à entrada de estrangeiros no Rio de Janeiro e à construção de espaços de solidariedade moldados por esses homens e mulheres vindos de além-mar. A partir de reflexões como estas, pretende-se buscar aqui a experiência das próprias prostitutas em diálogo com o olhar disciplinar e os esforços de controle que tentavam controlá-las. Se por muito tempo a historiografia sobre o Rio de Janeiro assumiu a memória projetada pela vontade da modernização, as notícias nos jornais, bem como a documentação específica sobre o tema, mostravam que, como resultado desse esforço de repressão, as próprias prostitutas buscaram estratégias alternativas de atuação para lidar com este problema.

Para além das qualidades e singularidades desses trabalhos, no entanto, eles guardam um importante ponto em comum: as mulheres neles analisadas eram, em sua maioria, prostitutas de origem europeia. Mais ampla era, por isso, a perspectiva afirmada posteriormente por

autores como Cristiana Schettini, que ao analisar pedidos de habeas corpus em nome de prostitutas expulsas de ruas centrais, em conjunto com a documentação policial e processos de crimes de lenocínio, rastreou alguns de seus sentidos para as prostitutas afetadas.¹⁰ A autora mostra com isso como, para muitas delas, o resultado destas ações não significou uma mudança de atividade, mas sim uma sempre conflituosa reorganização territorial da prostituição.¹¹ Para além das questões específicas que marcavam a experiência das prostitutas estrangeiras, Schettini aponta a necessidade de atentar para a forma pela qual as próprias prostitutas nacionais se relacionaram com as disciplinas e esforços de controle e repressão de que eram alvos.

Apesar de todas essas instigantes análises nos darem uma dimensão importante sobre a dinâmica do meretrício, uma questão ainda permanece inexplorada: a do componente racial dessa experiência da prostituição no início da Primeira República. De fato, a pergunta específica sobre os aspectos raciais dos conflitos sociais relacionados à prostituição ainda não foi feita de forma sistemática. Os observadores contemporâneos, assim como parte da historiografia que os tomou como fonte, acabaram por definir uma imagem da prostituição no período muito distante das marcas de atraso e perigo associadas ao dito baixo meretrício e às prostitutas nacionais, concentrando-se sobre as estrangeiras.¹² Nos registros contemporâneos, em harmonia com o ideal de modernização cosmopolita valorizado naquele momento, essas eram mais associadas ao espaço dos teatros, cafés e bares mais famosos e caros da cidade. Além disso, geograficamente, as prostitutas identificadas como francesas poderiam ser encontradas em bairros como Botafogo e Catete, ainda que pudessem também ser vistas nas ruas do centro da cidade¹³.

10 SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006.

11 CAULFIELD, Sueann. O Nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Revista Tempo*, n. 9, 2000.

12 NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

13 SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas*: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992. As judias, mais conhecidas como polacas, constituíam uma exceção: como as prostitutas perseguidas pela polícia, elas se encontravam distribuídas pelas principais ruas do centro da cidade, quase sempre em janelas oferecendo-se aos transeuntes e sendo reprimidas pela polícia.

Configurava-se, dessa forma, uma tendência de apagamento da história de mulheres negras e pardas que, pelo menos desde a década de 1870, sobreviviam através da prostituição.¹⁴ Para autores como Sidney Chalhoub e Sandra Graham, a visibilidade dessas mulheres em ações cívicas de liberdade, no decisivo ano de 1871, foi de grande importância para uma reflexão sobre os sentidos e intenções por trás da lei que terminaria sendo conhecida como do *Ventre Livre*.¹⁵

Resta explorar, então, como o fim da escravidão, nos termos de um pensamento científico racial que ganhou importância nas últimas décadas do século XIX, impacta sobre a prostituição dessas mulheres e seus sentidos. Observa-se que, no início da República, a prostituição de mulheres negras passa a ser encarada não como forma de sobrevivência ou trabalho, mas como fruto de uma degeneração moral a ser combatida, que sexualizava o corpo negro e o impunha inferioridade. Os homens de letras do século XIX, no Brasil, amparados por ideias vindas da Europa, como o darwinismo social, que acreditava ser a miscigenação um erro genético promovido pelo cruzamento das raças,¹⁶ se utilizaram das ideias científicas para justificar as diferenças existentes entre negros, índios e brancos. Estabeleceram, portanto, que os negros carregavam em si a inferioridade, a imoralidade, a incapacidade intelectual, bem como a impossibilidade de civilizar-se. As teorias raciais tiveram como expoente a eugenia, que consistia em impedir que as raças classificadas enquanto inferiores se reproduzissem.¹⁷

Particularmente, no Brasil, as teorias raciais, ainda que solidamente ancoradas no ideário europeu, se afirmaram de uma forma que adaptava algumas das determinações nele presentes, de modo a propor uma visão positiva da miscigenação brasileira. Segundo Maria Thereza Chaves de Mello,¹⁸ Silvio Romero, representante dessas

14 GRAHAM, Sandra L. "Slavery's Impasse: Slave Prostitutes, Small-Time Mistresses, and the Brazilian Law of 1871". *Society for Comparative Study of Society and History*, 1991.

15 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

16 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 58.

17 *ibidem*.

18 MELLO, Maria Tereza Chaves de. O sorriso da intrusa: a ideia de República como cultura democrática e científica. In.: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

teorias no Brasil, fez do mestiço uma peculiaridade nacional que não necessariamente significava um impeditivo à civilização, sendo, pelo contrário, o caminho até ela. Mello afirma que para Romero, à diferença do pensamento racial europeu, o mestiço, mesmo considerado um degenerado, era um facilitador da sobrevivência dos brancos nos trópicos. De acordo com ele, o mestiço não era uma soma das raças, mas sim uma outra raça, a raça brasileira.

Nesse contexto, é possível perceber que se o mestiço, pelo menos para Silvio Romero, era a raça brasileira, os negros continuavam a ser entendidos como aqueles que atrapalhavam o progresso da nação, tornando-se através do cientificismo, sujeitos indesejáveis. É por isso, portanto, que se explicam os inúmeros debates contra o fim da escravidão e, posteriormente a ela, as diversas tentativas de retirar dos espaços da cidade os negros livres. Foram as teorias raciais que promoveram um ambiente hostil e de invisibilização das prostitutas negras que trataremos aqui. Vistas através desta perspectiva, essas prostitutas, mais do que inferiores pela raça, eram entendidas como degeneradas. Em outras palavras, a imoralidade e a sexualidade exacerbada eram as formas de expressão desse racismo.¹⁹ É através das teorias raciais também que se explica o sentido das investidas judiciais e policiais sobre as mulheres negras desde, pelo menos, 1871.

Ao reconhecer até que ponto a historiografia sobre prostituição não atentou para os sentidos sociais do processo de racialização das mulheres negras, a presente pesquisa tem como meta perseguir os rastros dessas mulheres em uma tentativa de revelar as estratégias e lógicas a partir das quais elas aturaram de modo a garantir a própria sobrevivência. De forma ambiciosa, trata-se de afirmar a existência de uma rede de mulheres preterida no ramo do meretrício, resgatar e reconstruir as imagens produzidas sobre essas mulheres que fogem dos estereótipos embranquecidos da prostituição elegante, como uma forma de reconhecer sua agência histórica, revelando como elas forjaram seus próprios mecanismos de defesa e sobrevivência frente ao preconceito.

Pretende-se, com isso, analisar em que medida e por que formas as prostitutas negras conseguiram lidar com os estigmas raciais a elas

19 ABREU, Martha C. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, p.143-174, 2004.

associados no período. Mais do que simplesmente abordar o tema da prostituição, cabe assim investigar as motivações e experiências dessas mulheres negras que se prostituíram, numa busca que se dará sobre três eixos: meios de sobrevivência, espaços de atuação e redes de solidariedade, no panorama social do final do século XIX, mas, sobretudo, na Primeira República, revestido de racismo, moralidade, regulação de gênero e marcadores de classe.

Embora se trate de uma pesquisa de história social, a inquietude que deu origem a este estudo está ancorada na recente reflexão feminista pautada na intersecção entre gênero, classe e raça, que tenta tirar da invisibilidade as mulheres negras que, durante muito tempo, ficaram escondidas. De acordo com Lélia Gonzales, o embranquecimento, fruto das teorias raciais, é aquilo que “a consciência cobra da gente, pra mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte pra alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente se comportar como gente”.²⁰ O ato de querer ou precisar se comportar como gente, fala muito de um lugar ainda presente na sociedade brasileira, que considera, assim como os intelectuais do século XIX, sujeitos negros enquanto inferiores.

Desse modo, a partir desta realidade que já vem sendo contestada, sobre o lugar da mulher negra na sociedade e, principalmente, o papel de vítima atribuído a ela, que se torna necessário olhar com mais atenção para as prostitutas negras na cidade do Rio de Janeiro. Pois de acordo com bell hooks, antes mesmo de uma mobilização em prol das mulheres negras, estas já resistiam da forma que podiam, mesmo que não conseguissem sustentar os levantes que promoviam contra as estruturas da sociedade racista e patriarcal.²¹ Portanto, “um papel das mulheres negras intelectuais é da produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras”,²² para que então, se possa conhecer e reconhecer a presença ativa e de relevância das mulheres negras na sociedade carioca na virada do século XIX para o XX.

20 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais hoje*, n. 2, 1983.

21 HOOKS, bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

22 COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider whitin: a significância sociológica do pensamento feminista negro”, *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n.1, Jan/Abril 2016 p.102.

Assim, para dar conta de tal objetivo, o primeiro capítulo tem como propósito apresentar e iluminar a experiência de mulheres negras na prostituição, tendo como marco inicial o ano de 1871, momento do surgimento de diversos casos de pedidos de manutenção de liberdade, como apontados pela historiografia, motivados pela circulação das ideias abolicionistas sobre as concessões de alforria a algumas escravizadas que foram lançadas na prostituição por seus senhores.

O capítulo segue em meio às discussões municipais sem perder a ligação com as discussões que aconteciam no Parlamento em relação à abolição da escravidão. Ele contrasta este episódio de 1871 com dois outros momentos: os debates sobre a regulamentação da prostituição e a campanha policial contra as hospedarias em 1888. Experiências de prostituição na escravidão e na liberdade revelam não somente a presença das mulheres negras nesta prática, mas também a forma como elas se utilizavam da justiça em busca da liberdade, e principalmente, como a racialização foi a marca das formas de vigilância na virada do século.

Tendo em vista as dificuldades encontradas por essas mulheres em se estabelecerem na sociedade do pós-abolição, o segundo capítulo tem como objetivo o mapeamento dos espaços de atuação das prostitutas negras, bem como apresentar e discutir as formas como a força policial lidava com a presença dessas mulheres nas ruas da cidade. A análise é feita principalmente a partir de duas colunas de jornal que tinham como objetivo relatar o cotidiano da cidade através de propostas distintas. Enquanto o jornal *Gazeta de Notícias*, com a coluna “A Podridão do Vício”, tinha como meta respaldar a arbitrariedade da polícia através de extensos artigos sobre o tema, *O Rio Nu* com a coluna “Carteira de um Perú”, relatava de forma humorística, impregnada de preconceito racial e sexismo, o cotidiano do meretrício através de pequenas notas diárias. Nesta segunda parte do estudo são analisados não somente os espaços da rua, como também a condição de classe dos sujeitos que por aqueles lugares circulavam.

Por fim, o terceiro capítulo vai analisar as formas de sociabilidade dentro do mundo da prostituição, apontando as conexões feitas entre as mulheres prostitutas a fim de sobreviverem no território firmado por meio das negociações entre elas, a polícia e os outros sujeitos da

cidade. Fugindo do estigma construído para as mulheres no início do século XX, de que elas eram frágeis e submissas, o capítulo tende a iluminar a autonomia e a agência dessas mulheres nos lugares em que eram reprimidas tanto pelas forças policiais, quanto pelo julgamento de certos segmentos da sociedade. Além disso, mais do que tirá-las do lugar de subalternidade, trata-se de afirmar a potência de mulheres marginalizadas e as formas como encontraram para existir e resistir nos espaços em que se firmaram.

Para isso, analiso os fragmentos da vida de Augusta Mulata através dos vestígios encontrados na coluna “Carteira de um Perú” e também na “Factos e Boatos”, apresentando a trajetória que a levou a estabelecer-se como dona de uma pensão elegante, um eufemismo para os bordéis caros da Lapa. A experiência social de Augusta Mulata é contrastada com a construção de trajetórias coletivas de mulheres cujo papel na história sempre foi inferiorizado e invisibilizado.

Assim, a presente pesquisa busca expor um outro lado da prostituição no Rio de Janeiro nos anos iniciais da Primeira República, que leve em conta seu componente racial. Ao marcar a centralidade da presença de mulheres negras no universo do meretrício, objetiva-se mostrar de que formas elas, em suas experiências cotidianas, combateram e resistiram ao racismo e à opressão de gênero e classe, em um período que vai da crise da ideologia escravista até o alvorecer da Primeira República e seus anos subsequentes. Trata-se de mostrar como essas mulheres negras se afirmaram como sujeitos da história do Brasil, embora tenham tido sua voz calada posteriormente por uma memória do período que insiste em tentar negar sua presença.

2. A Racialização da prostituição

Ao se dedicar ao discurso médico sobre o tema da prostituição ao longo da segunda metade do século XIX, Magali Engel trouxe à tona um panorama do meretrício na cidade do Rio de Janeiro pautado tanto na questão da moral e do controle social, quanto no preconceito científico de raça. Segundo os médicos estudados por ela, a prostituição era constituída por “escravas, libertas, livres – brasileiras e imigrantes”, compondo “um conjunto cujo perfil econômico-social e cultural era bastante diversificado, compreendendo desde o chamado baixo meretrício até a chamada prostituição de luxo”.²³

Ainda que apontasse para a presença da prostituição negra, Magali Engel voltou sua atenção para as discussões sobre a regulamentação da prostituição. Em um momento no qual o meretrício era considerado pelos médicos um “mal necessário”, a regulamentação sanitária seria uma forma de garantir o controle da proliferação da sífilis e outras doenças, caracterizando-se como mais um passo adiante no processo de civilização. Afirmava, com isso, uma visão ampla e geral sobre o problema, que não chegava a atentar para as diferenças e disputas entre as próprias prostitutas.

²³ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 26.

O historiador Luiz Carlos Soares mostrou que no início dos anos de 1870 a prostituição na cidade era composta majoritariamente por prostitutas brasileiras. Segundo o médico Ferraz de Macedo, elas representavam 69,5% das mulheres que exerciam o meretrício na Corte, e estavam localizadas em maior número na freguesia do Sacramento.²⁴ Ao iluminar as formulações empreendidas por este e outros médicos, Soares nos apresentou uma cidade que, mesmo abrigando muitas prostitutas imigrantes, tinha nas mulheres negras a base mais ampla da prostituição. Evidenciava com isso que a prostituição no Rio de Janeiro possuía cor e condição social específica: ela era negra, escrava e pobre, e se localizava preferencialmente nos chamados conventilhos do centro da cidade e “nas casas de dar fortuna, os candomblés, as casas de passe e os zungus”.²⁵

Embora a tentativa de controle sobre a repressão fosse geral, a prostituição negra era encarada a partir dos supostos prejuízos decorrentes da origem afrodescendente, que do ponto de vista das teorias raciais em voga no período, representaria um perigo para a moral e os costumes da sociedade do século XIX. Para além da tentativa mais ampla de controlar os vícios associados à prostituição, incidia assim sobre as prostitutas negras um preconceito racial pautado nos ditames do racismo científico, que em meio ao declínio da ordem escravocrata começava a se afirmar como uma nova justificativa para o domínio exercido sobre os escravizados e seus descendentes.

Não é de se admirar, por isso, que Magali Engel mostre que, no pensamento dos médicos, a escravidão seria a própria causa da prostituição na cidade, e, decorrente dela, a suposta degeneração moral das mulheres negras. Era justamente nesse ponto que o debate sobre a regulamentação da prostituição enquanto “mal necessário” mostrava suas especificidades. Da perspectiva desses médicos, a prostituição de mulheres negras estaria, dessa forma, diretamente associada à falta de vontade e aptidão para o trabalho. De acordo com Engel, a visão dos médicos era a de que “a mulher sem trabalho é vista como uma prostituta em potencial”.²⁶ Em uma cidade de forte marca negra como era o Rio

24 SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo : Editora Ática, 1992, p. 42-43.

25 *Ibidem*, p. 44

26 ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio*

de Janeiro, regulamentar a prostituição significaria a possibilidade de dar aval aos corpos desse grupo de mulheres de se exibirem nas ruas, comerciando aquilo que possuíam, o que apontava para alguns dilemas da política de regulamentação da prostituição discutidas naquele momento.

No diálogo com os estudos de Magali Engel e Luiz Carlos Soares, o presente capítulo tem como objetivo analisar as campanhas desenvolvidas ao longo das últimas décadas do século XIX para acabar com a prostituição, com especial atenção para a prostituição de mulheres escravizadas, negras e pobres. Para isso serão enfrentadas não somente as discussões no campo intelectual, como os debates jurídicos e higienistas, mas também as vozes que ecoavam suas opiniões em forma de artigos publicados nos principais jornais do período que se estende desde 1871 até 1889. Essas campanhas, que existiram concomitantemente ao momento final de vigência da escravidão, revelam de forma muito explícita qual tipo de prostituição cabia no discurso regulamentarista e qual ficava fora dele.

O ano de 1871 e a prostituição de escravizadas

Em 1871 as discussões acaloradas sobre a escravidão retornaram à ordem do dia no Parlamento. Após o fim da Guerra do Paraguai em 1870, na qual muitos negros, enquanto voluntários da pátria, contraditoriamente foram obrigados a lutar para garantir a liberdade do Paraguai, mesmo que no próprio país continuassem a ser cativo, o debate sobre a abolição ganhou ainda mais força, visto que pelo menos desde 1860 “a escravidão e a ideologia do domínio senhorial foram perdendo legitimidade, e o movimento abolicionista foi ganhando cada vez mais os tribunais”.²⁷

de Janeiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 98.

27 PAES, Mariana Armond Dias. O procedimento de manutenção de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, Ago. 2016.

Naquele momento se discutia no Parlamento o primeiro passo em direção à liberdade dos escravizados através de uma lei votada pelos parlamentares e não somente negociações dentro do âmbito das relações privadas. O que estava em debate eram os meios pelos quais se daria a emancipação desses homens e mulheres. Em um momento no qual se afirmava certa autonomia por parte dos negros escravizados, que tomavam a iniciativa de buscar a liberdade por dentro da própria relação com seus senhores ou com o Estado, afirmava-se por parte dos senhores o medo do descontrole dos negros, na caracterização do esgarçamento da ideologia senhorial que sustentara por décadas o regime escravista.

Tais discussões culminaram na aprovação, assinada pela princesa regente Isabel, em 28 de Setembro de 1871, da chamada de Lei do Ventre Livre, que definia em seu artigo primeiro que “os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”.²⁸ Por mais que se tratasse de uma lei gradual, que representava um caminho possível para a liberdade ou, pelo menos, uma garantia de que as futuras gerações não mais seriam escravizadas, ela minava de forma ainda mais clara as próprias bases da ideologia senhorial, ao definir a possibilidade de intervenção do Estado na relação até então privada, entre os escravizados e seus proprietários. Do ponto de vista dos que buscavam garantir o controle sobre os escravizados, no entanto, tratava-se de um meio de tentar contemplar algumas demandas escravas como forma de postergar o próprio fim da escravidão, garantindo aos senhores mais algumas décadas de controle sobre seus cativos.²⁹

A lei de 28 de setembro de 1871 não foi, no entanto, o único marco deste esforço de controle. No início de 1871, quando o juiz municipal da segunda vara civil do Rio de Janeiro, Miguel José Tavares, juntamente com o chefe de polícia da Corte, empreendeu uma campanha para combater o “imoral escândalo da prostituição de escravas”³⁰. Segundo Sidney Chalhoub, a campanha empreendida por Miguel Tavares ocorreu paralelamente à intensificação das discussões sobre o elemento servil gerada pelo frequente recurso dos escravizados à justiça.³¹

As negras colocadas na prostituição foram coagidas pelo juiz e o chefe de polícia a denunciarem seus senhores, principalmente suas senhoras, sobre o fato de serem forçadas à prostituição.³² Aqui, em específico, o que ocorreu foi o empenho policial e judiciário no sentido de dar fim à prática da exploração da prostituição escrava pelos próprios senhores. Em um momento no qual começava a se afirmar uma ideologia cientificista que seria a base de novas políticas de domínio, o que justificou a campanha empreendida pela justiça municipal foi a crença de que a moralidade e a higiene precisavam ser garantidas, o que fazia da prostituição escrava um foco de degradação a ser combatido.

O movimento, iniciado por Tavares e a polícia, teve por base ideias que vinham circulando desde 1870 nos jornais da cidade. Em 21 de novembro de 1870, podia-se ler no *Jornal do Commercio*, sob o título “Mulheres malvadas” o seguinte:

damos os nossos parabéns à polícia da corte, pela atividade que ultimamente tem desenvolvido; e pedimos que lance suas vistas protetoras para as centenas de infelizes brasileiras escravas aí atiradas à voragem da prostituição forçada. As gerações futuras se hão de horrorizar quando contemplarem as tradições dos grandes crimes que cometem essas malvadas mulheres que traficam com a desgraça de suas semelhantes. Pedimos, pois, à polícia que faça alguma coisa em favor dessas infelizes, que a criminoso sociedade denomina – escravas – mas que nasceram sem algemas e receberam na pia batismal o mesmo sacramento regenerador.³³

Assinada pela “Moralidade”, a nota em questão nos permite compreender a atmosfera social do ano que antecedeu a campanha de Tavares. Destacou-se nela, a crença de que se fazia necessário uma ação policial para conter a prostituição de mulheres escravizadas. Ao revelar a presença em larga escala desse tipo de prostituição, a nota apontou para uma realidade bem conhecida pelos contemporâneos. Era frente à força assumida por essa prática que o autor do texto cobrava as providências policiais. A prostituição se tornou então uma questão de polícia. Todavia, é importante ressaltar que a própria publicação revelava em seu título as responsáveis por colocar os corpos destas negras no comércio de prazer: “as mulheres que traficam com a própria

28 BRASIL. *Lei nº 2.040*, de 28 de Setembro de 1871.

29 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 152-153.

30 *Ibidem*. p. 189

31 *Ibidem*, p. 189.

32 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade... Op. cit.*, p. 155.

33 Moralidade, Mulheres malvadas, *Jornal do Commercio*, 21 de novembro de 1870.

desgraça de suas semelhantes”. Fica evidente por um lado, que a maldade parte daquelas que detêm a propriedade cativa, mas, por outro, é sobre as negras enquanto escravizadas, que a vigilância e o controle policial devem recair. O que isenta, de maneira clara, as senhoras responsáveis por disseminar a prostituição pelas ruas da cidade.

Porém, outra chave de leitura também é possível. Ao atacar este fato condenável, tal avaliação partia de uma perspectiva que negava às próprias escravizadas qualquer capacidade de ação autônoma. Vistas como simples extensões da vontade de seus senhores, essas mulheres teriam seus atos e opções definidos a partir deles. No entanto, a historiografia mostrou que as relações senhoriais permitiram aos então escravizados o status do “viver sobre si”, que significava um certo poder de mobilidade dos escravizados em relação ao senhor.³⁴

Mesmo definidos juridicamente como propriedade, esses escravizados podiam, principalmente nas cidades, se sustentar longe do senhor, levando a ele semanalmente o fruto de seu trabalho. De acordo com Hebe Mattos, o “viver sobre si” chegava a garantir ao escravizado quase que a indiferenciação no mundo dos livres, ou seja, a vida na cidade permitia além de uma maior movimentação espacial, a possibilidade de acumular rendimentos, além de formar redes de solidariedade e sociabilidade que facilitavam ainda mais a sua inserção no corpo social.³⁵ Nesse sentido, a prostituição podia significar para as mulheres negras um meio de se livrarem da relação senhorial, já que conseguiam se sustentar sem que precisassem da tutela de seus senhores. Tratava-se, porém, de uma lógica incompreensível para os que partilhavam da ideologia paternalista então em vigor, o que explicava o ataque do autor da nota aos proprietários daquelas escravizadas.

A reclamação acima, porém, não é um caso isolado. Em 22 de novembro de 1870, outro reclame no mesmo *Jornal do Commercio*, agora sob o título “mulheres e homens malvados” dizia que:

Deus recompensará a mão benfazeja que escreveu algumas linhas no jornal de ontem pedindo providências à polícia para a repressão do criminoso comércio de moças escravas. É realmente doloroso às pessoas desta sociedade a quem restam sentimentos de pudor observar

o repulsivo quadro de desmoralização com que, —em alta escala, se ofende a moralidade pública e o caráter nacional. Mulheres e homens malvados, impelidos pelo sórdido interesse, arrancam ao trabalho honesto e subtraem às leis naturais e centrais a centenas de criaturas, para lança-las nos braços da mais cínica e revoltante prostituição! Não somos socialistas, mas é forçoso confessar que a propriedade adquirida por semelhantes meios é um verdadeiro roubo. Ao governo de Sua Majestade, à polícia e aos bons cidadãos, pedimos que cessem de olhar com indiferença o prosseguimento de tão grande crime.³⁶

Em meio à crescente discussão parlamentar sobre a questão da escravidão e o aumento da força do movimento abolicionista, o que se vê na publicação é o resultado da crise que se anunciava na política de domínio que facultava aos senhores total liberdade em relação a seus cativos. O que se pode ver estampado neste pedido à Sua Majestade, é a preocupação única com a moral da cidade, ameaçada pela prostituição, um “criminoso comércio de moças escravas”. Por mais que o apelo feito ao Imperador e às instituições policiais não chegasse a se colocar contra o meretrício, o artigo voltava-se mesmo contra o perigo que a atitude desses senhores representava para o próprio desenvolvimento do “caráter nacional”, que ficaria fatalmente maculado pela degeneração resultante desta prática.

Nesse sentido, este apelo não somente aponta para a prostituição como sendo um perigo nacional, como também defendia a intervenção do Estado, na figura de Sua Majestade, na relação de propriedade estabelecida entre o senhor e seus cativos. Tal indignação, expressa pelo autor da publicação, foi concluída com um pedido para que o Estado e as instituições responsáveis intervissem e criminalizassem este tipo de relação entre senhor e sua escravizada.

Era assim, a partir de um contexto de crescente esgarçamento da ideologia senhorial e do correspondente fortalecimento do cientificismo higienista como meio de organizar a sociedade, que a campanha contra a prostituição escrava de 1871 deve ser compreendida. As atitudes do juiz Tavares se mostravam articuladas aos pedidos emanados de uma parcela da sociedade para que fosse colocado um ponto final na questão da prostituição de escravizadas. Nesse sentido, a campanha do juiz tinha como alvo não a escravidão em si, pois esta era tida como fato natural, mas sim a prerrogativa de alguns senhores e senhoras

³⁶ Mulheres e homens malvados, *Jornal do Commercio*, 22 de novembro de 1870.

³⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade... Op. cit.*, p. 235

³⁵ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3 ed., Campinas SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 61-62.

que se beneficiavam da prostituição de suas escravizadas, em postura considerada nociva ao desenvolvimento nacional.

Assim, decidido a dar fim a esta prática, Tavares obteve, a partir de um levantamento realizado pela polícia da freguesia do Sacramento, uma lista contendo o nome das escravizadas colocadas na prostituição e, a partir desse documento, passou a designar curadores dispostos a defendê-las na justiça.³⁷ Dessa forma, Tavares se colocou como um homem da lei que estava disponível para resolver a questão da moralidade social, buscando através da justiça possibilidades que culminassem no fim da prostituição deste grupo de mulheres. Baseado no direito romano, segundo o qual a propriedade privada não podia ser negligenciada, Tavares entendia que a prostituição, em conjunto com o conceito do “viver sobre si”, um abuso em relação à mão de obra escrava, pois aquelas mulheres, de acordo com a função da escravidão, haviam sido compradas para exercer outro tipo de trabalho que não a prostituição.

A campanha do juiz municipal surtiu efeito no momento em que, de forma voluntária ou por medo de um enfrentamento na justiça que resultasse na perda total da propriedade, as escravizadas começaram a ganhar a liberdade através de cartas enviadas por seus senhores ao cartório municipal. De acordo com o *Diário de Notícias*, em 21 de fevereiro de 1871, “ainda ontem foram libertadas por seus senhores ou senhoras diversas escravas vítimas da prostituição forçada; sabemos com certeza disto, pois, comunicou-nos quem passou as cartas”.³⁸

Como resultado, a campanha de Tavares, segundo Sandra Graham, conquistou a alforria de cerca de 186 mulheres.³⁹ Para além desse efeito direto, no entanto, a notoriedade alcançada pela campanha acabou por interferir nas relações senhoriais, marcando um dos primeiros momentos de interferência do Estado na relação entre os senhores e seus cativos, sobre o qual se sustentara, até então, o próprio regime escravista. Como consequência, a postura do juiz passou a ser

37 GRAHAM, Sandra Lauderdale. Slavery's impasse – Slave prostitutes, small-time mistresses, and the Brazilian Law of 1871. *Comparative Studies in Society and History*, v. 33,n. 4,p. 680, out.1991

38 *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1871.

39 GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Slavery's impasse – Slave prostitutes, small-time mistresses, and the Brazilian Law of 1871”. *Comparative Studies in Society and History*, v.33,n.4, out.1991,p. 679.

atacada pelos que percebiam o sentido mais amplo de sua ação – o que levou o *Diário de Notícias* a responder, em 24 de fevereiro, às críticas proferidas contra as decisões de Miguel Tavares, que apontavam para a concessão da liberdade para as negras na prostituição.

Segundo a folha, ainda que “o público” estivesse “perfeitamente de acordo sobre a necessidade da medida”, e que toda a cidade fosse “unânime em indignar-se contra o que se passava”, o “distinto e honrado juiz” passara a ser alvo de críticas “de que tem lançado mão os interessados adversários da medida e do juiz”.⁴⁰ A publicação seguiu na direção de rebater o sentido do direito de propriedade, embasando as medidas de Tavares e repudiando a questão dos senhores que obrigavam suas escravizadas à prostituição dizendo que:

a propriedade só pode ser alegada em juízo quando sua existência é reconhecida por lei, pois o facto da posse não constitui por si o direito de propriedade [...] existindo uma lei (que posto esquecida nunca foi revogada) existindo uma lei ‘dizemos’, que diz dever ser liberta a escrava existente nas condições das que têm sido recolhidas a depósito, claro é que desde o momento em que o senhor colocar a escrava em tais condições inclui-a no artigo referido e ‘ipso facto’ ainda que continue na posse perde o direito de propriedade, pois esta deixou de existir desde que saiu fora dos termos em que a lei reconhece. Com que direito pois, se diz aí que há aqui atentado contra os direitos de propriedade?⁴¹

Evocando a lei, o redator deixa claro seu apoio à tarefa empreendida por Miguel Tavares. Opinando de forma contrária no campo das relações privadas entre senhor e escravizado, o jornal se colocou ao lado não somente da alforria, como também da justiça, que via na prostituição escrava uma negligência à lei referente à propriedade senhorial.

A defesa em relação às ações de Tavares é concluída sob os argumentos de que:

o melhor é deixar a justiça passar a rasura sobre essa vergonha que repugna e não se vir com correspondências que nada provam. É este um dos casos em que ainda mesmo dada a arbitrariedade, ela devia ficar desapercibida, visto o escândalo, a imoralidade e a barbaridade do fato que se pretende fazer desaparecer o rol de nossas vergonhas. Continue,

40 *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1871.

41 *Ibidem*.

pois, o Dr. Miguel Tavares e feche os ouvidos a esses Catões do direito que começam por olvidar o da religião, o da moral e o da civilização.⁴²

O que indignou aqueles que foram favoráveis a Tavares não foi o fato de pessoas negras serem propriedade, mas enquanto eram propriedade, serem usadas para outros fins que não a exploração da mão de obra e a submissão ao seu senhor, mas sim a prática da prostituição que se constituía na cidade, longe das fazendas afastadas da corte sob a vigilância dos proprietários.

Tamanha tensão em torno ao direito de propriedade deixava clara a desumanização das prostitutas escravizadas. O que preocupava a justiça naquele momento era muito mais uma questão higiênica, pautada nas teorias raciais que identificavam corpos negros como inferiores a partir da crença de que era o tom de pele branco aquele que detinha a cultura e a soberania e, por isso, subjugava todo aquele que o branco não reconhecia enquanto branco.⁴³ Isso permitiu que a campanha de Tavares continuasse a incidir somente sobre a prostituição das escravizadas, como se a prostituição e não a escravidão, fosse a questão principal em relação ao abuso e a negligência daquelas mulheres.

Essa publicação, em específico, nos reafirma que a questão central no âmbito municipal estava alinhada com as discussões que se firmavam no Parlamento em relação ao crescente e, cada vez, mais inevitável primeiro passo em relação à liberdade dos sujeitos escravizados, uma vez que já anunciavam um tipo de posição que seria reafirmada pela lei de 28 de setembro.

Para dar mais visibilidade às ações de Tavares, o jornal *Diário de Notícias* publicou em 16 de março de 1871, a breve história de Adelaide. Embora o título chamativo da publicação fosse “Auto de perguntas feitas a Adelaide, parda escrava de A.G.”, foi apresentado somente a resposta que a escravizada havia dado à Tavares. Ela declarou, entre outras coisas, que “durante dois anos e oito meses em que tem estado na vida de prostituição, era obrigada mesmo enferma a aceitar os que a procuravam”.⁴⁴

42 *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1871.

43 MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, novembro de 2003. p. 05.

44 *Diário de Notícias*, 16 de março de 1871.

Além disso, afirmou que era o senhor e também a esposa dele, responsáveis por fazê-la, mesmo enferma e após ter passado pelo hospital, receber onze visitas, em um mesmo dia, pois a amasia de seu senhor, por ordem do mesmo, “exigia jornal nunca inferior a dez mil réis”.⁴⁵ A publicação não diz, afinal, se Adelaide foi colocada em depósito, mas mostra que essa atitude revela não somente como era empreendida a campanha de Tavares, mas também um movimento que vinha da própria escravizada no sentido de buscar sua liberdade, ao acusar de forma pública e nos termos da justiça seu senhor.

Aquela altura, portanto, já era sabido até mesmo pelas escravizadas na prostituição que Tavares, através do direito romano e da intenção de livrar a cidade do meretrício, também garantia a elas a possibilidade da alforria, mesmo que esse não tivesse sido a motivação inicial do esforço do juiz. Olhando por essa perspectiva, é possível pensar que Adelaide, impulsionada pelo empenho do juiz em mostrar serviço à sociedade, forjou uma estratégia jurídica que a ajudou a conseguir a própria liberdade. Nesse sentido, se para Tavares suas ações livrariam a cidade da imoral prostituição, para elas o significado da campanha de 1871 apontava para a possibilidade de, por meios legais, conquistar a alforria.

Para além das críticas dos senhores e seus aliados, no entanto, a boa recepção da medida determinada por Tavares atestava a força que as ideias científicas, a partir das quais ele condenava a prostituição escrava, ganhavam no período. No dia 21 de março o juiz foi surpreendido em sua casa por uma demonstração pública de gratidão pelo que vinha fazendo sobre o caso das escravizadas. O *Diário de Notícias* publicou que um conjunto de cidadãos foi até sua casa para felicitá-lo pelo aniversário, e ofereceu a ele uma

rica coroa cívica, por ter sido ele o primeiro, que afrontando o sórdido interesse, e a vilania desses avaros, que sacrificavam na prostituição as miseradas escravas para lhes darem lucros excessivos e fabulosos, conseguiu expurgar a capital do império desses hediondos lupanares, em que as leis de Deus e dos povos civilizados eram satanicamente conculcadas [sic].⁴⁶

45 *Diário de Notícias*, 16 de março de 1871.

46 *Ibidem*.

Significativos são os argumentos dos autores da homenagem. Além de atribuírem à decisão do magistrado um caráter “cívico”, eles definiam o embate como uma disputa entre a ganância individual e o interesse público, sendo o primeiro representado pelos senhores que prostituíam as escravizadas e o segundo pelo próprio juiz, amparado nos ditames da ciência. A partir de argumentos semelhantes a estes, a celebração das ações de Tavares se espalharia por várias localidades. Ovacionado pelos cidadãos em cortejo até sua casa, a campanha de Tavares foi elogiada até mesmo em uma folha de Portugal. O *Dário de Notícias* transcreveu o que o *Jornal do Commercio* de Lisboa, em um longo artigo, entre outras coisas, dizia que

aquele íntegro juiz nomeou curador às escravas que se acham na prostituição obrigadas por seus senhores, que em geral são megeras que, senão foram em sua mocidade prostitutas públicas, eram-o particulares. Era um escanda-lo ver-se nas ruas da Lampadosa, de S. Jorge, do Hospício, etc, janelas com três ou mais negrinhas e pardinhas chamando os transeuntes para ganharem dinheiro para as senhoras delas!⁴⁷

É possível notar que o incômodo se dava não por causa das escravizadas, mas sim por vê-las expostas no espaço público, oferecendo-se aos passantes. Isso deixava claro que a defesa do juiz não era uma defesa destinada a essas mulheres, pelo contrário. Tavares estava imerso em uma ação judicial que movimentou a estrutura das relações servis, porque naquele momento os preceitos científicos diziam que este tipo de situação não daria ao Brasil o status de civilização. As ideias científicas apontavam para certos padrões supostamente modernos da vida na cidade, onde negras, expondo-se nas janelas, se tornava uma situação insustentável e que precisava acabar.

Testemunhos como este indicavam que, mesmo dentre os apoiadores de Tavares, não era a prostituição em si o problema, mas sim o fato de que ela expusesse mulheres negras em situações licenciosas em meio a uma cidade que aspirava foros de modernidade. Tratava-se, porém, de questão ainda duvidosa, que contava com a oposição acirrada de setores da elite nacional, que tinham na escravidão a base de seu poder. Como resultado, por mais que a campanha tenha agradado até mesmo a imprensa internacional, no Brasil Tavares acumulava

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 27 de abril de 1871.

inimizades, principalmente dos proprietários de escravos. Esse fato foi o motivo principal para a exoneração de Miguel Tavares do cargo ainda em novembro de 1871. Segundo o extenso artigo publicado por ele no *A Pátria: folha da província*, a exoneração foi feita pelo Ministro da Justiça Sayão Lobato, que teria ordenado a ele que não “ingerisse mais em questões de escravas forçadas à prostituição”.⁴⁸ Sem respeitar a ordem, Tavares foi assim deposto. Isso mostra que escravidão e prostituição se tratavam ainda de questão controversa entre as elites nacionais.

Exonerado em novembro de 1871, apenas dois meses após da publicação da lei de 28 de setembro, Tavares testemunhava a tensão entre a perspectiva de quem via na prostituição escrava algo natural e aceitável, e a crítica dos que, baseados na ciência, a atacavam como um mal para o próprio país. O fato de que tal demissão se ligasse ao caso das prostitutas escravizadas nos mostra assim que, por mais que o juiz estivesse em consonância com os ideais modernizantes de certas parcelas da sociedade que viam na prostituição escrava uma afronta tanto à moralidade quanto à higiene nacional, sua visão da questão esbarrava na força que ainda tinha a ideologia senhorial. De um lado e de outro, no entanto, se evidenciava a mesma descon sideração das vivências, expectativas e estratégias de vida das próprias mulheres escravizadas.

Desse modo, por mais que Tavares tenha iniciado um processo que mexeu com a experiência de muitas mulheres escravizadas, ainda assim a questão da prostituição de mulheres negras não se resolveria ali. Não era de se estranhar, por isso, que o assunto continuasse a despertar outros questionamentos – como mostraria apenas cinco anos após a campanha de Tavares, uma nova polêmica sobre o tema que tomou as páginas da imprensa da Corte.

Regulamentar ou não regulamentar? Eis a questão.

Em junho de 1876 o jornal *A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro* publicou um artigo crítico do 2º número do *Porvir*, que

⁴⁸ A solidariedade e a moralidade dos ministros, *A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro*, 24 de novembro de 1871.

era um seminário distribuído aos sábados, na Corte. A publicação trazia, em tópicos, alguns descontentamentos em relação ao que vinha acontecendo na cidade. Criticava-se ali a cegueira dos brasileiros em relação aos seus direitos e que, devido a isso, os estrangeiros estariam se apoderando do que havia de melhor no país. Por outro lado, a segunda parte das críticas deixou de ser destinada aos brasileiros como um todo e passou a ser feita a um grupo bem específico, que naquele momento já vinha ganhando espaço nas discussões levantadas por certos jornais. Sob o título “Em outro lugar”, o *Porvir* teceu severas críticas à presença das prostitutas na cidade, em uma tentativa de desmoralizar ainda mais a figura daquelas mulheres. Nas palavras do *Porvir*:

as ruas de São Jorge, Hospício, General Câmara, Conceição, Senhor dos Passos e Lampadoza estão tomando um caráter assustador com as torpes cenas de uma nefanda prostituição. Estão em completa anarquia.

As meretrizes...chegam às janelas semi-nuas. Não respeitam a moral; proferem publicamente palavras indignas, injuriam a quem elas entendem que devem macular a honra.

[...] abrem os clarins essencialmente nas janelas cantando parvoíces que parece estamos em alguma aldeia.

Tudo isso ocorre na capital do império do Brazil, no coração da cidade, onde existe uma polícia dispendiosa e em cheio tempo de um reinado essencialmente carola e católico...e de regeneração dos nossos costumes.⁴⁹

Pelo que consta da publicação, é possível ver que a questão sobre a permanência da prostituição no espaço urbano não havia cessado e que ainda se configurava como um problema, porque feria principalmente os princípios morais no território. O autor não só critica as prostitutas, mas também o Império do Brasil, que escreve com letra minúscula, talvez como uma forma de desaprovação frente à ineficácia das ações de Estado em relação ao assunto. Também é feita uma crítica à polícia, instituição apontada como dispendiosa ao contribuinte e, que por isso, já deveria ter dado fim à presença da prostituição negra pelas ruas da cidade.

Através da crítica do periódico, é possível ver que as prostitutas eram entendidas enquanto mulheres selvagens, que não se continham dentro de suas casas e que, por isso, sempre estavam gritando para

chamar atenção daqueles que por elas passavam. Tamanho era o descontrole destas mulheres, na visão do autor que não assina o artigo,⁵⁰ que ele as compara com sujeitos de uma aldeia, reforçando a ideia de que aquelas mulheres não sabiam se comportar em sociedade.

A imagem que se construía das meretrizes, reforçava ainda mais o sentimento de que elas representavam um problema social e que, por isso, deveriam ser apartadas do meio e retiradas dos espaços de convivência, pois enquanto “membros de uma aldeia” não poderiam fazer parte de uma sociedade que estava passando por um momento de regeneração dos costumes. É preciso atentar também para o fato de que mesmo desqualificando as meretrizes e colocando-as enquanto mulheres imorais, o autor não pedia o fim da prostituição. Mas sim a expulsão dessas mulheres das ruas que citou. Mais uma vez, vê-se confirmado que o verdadeiro problema não era o fato de existir a prostituição, mas esta ser localizada nas principais ruas de passagem.

A publicação do *Porvir*, reiterada pelo jornal *A Pátria*, revela, portanto, que o meretrício continuava a atuar sob os mesmos termos e, praticamente, nos mesmos locais de antes, já que essas ruas eram localizadas exatamente na freguesia do Sacramento, onde foram concentradas cinco anos antes as ações do juiz Tavares e da polícia.⁵¹ Diante da permanência da questão, mais uma medida seria então empreendida com a finalidade de resolver o impasse existente em relação ao tema. A providência tomada pela municipalidade foi iniciar uma discussão em relação à necessidade de regulamentação da prática.

Em 23 novembro de 1876, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou o projeto de uma postura apresentada na Câmara Municipal por Thomaz Coelho, na sessão do dia anterior à publicação na folha. O projeto continha ao todo dez artigos, e versava sobre as casas de tolerância por um viés regulamentarista. Podia-se ler na postura que:

Art.1.º Será considerada uma casa de tolerância toda aquela em que morarem mais de duas mulheres que vivem publicamente da prostituição, sob dependência de uma diretora, que aufera qualquer lucro por esse meio.

⁵⁰ Assumo que a identidade de gênero de quem escreve o reclame é masculina, pois ainda no Império, a participação feminina no espaço público era limitada e restrita. Dificilmente assinariam uma publicação em algum periódico.

⁵¹ Essa questão será melhor discutida no capítulo seguinte.

⁴⁹ *A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro*, 13 de junho de 1876.

Art.2.º Nenhuma dessas casas será aberta ou continuará aberta ao público sem prévia licença da câmara municipal e repartição da polícia, na qual se declarará o número de pensionistas, seus nomes, naturalidades, idade e estado, podendo o chefe de polícia cassar a mesma licença por tempo indeterminado, quando se deem fatos abusivos ou escandalosos.

Art.3.º A nenhuma dessas casas será permitido conservar abertas as janelas sem estarem descidas as respectivas venezianas ou gelosias, que todas elas devem ter.

Art.4.º Igual proibição estende-se a qualquer outra casa em que haja mulher pública.

Art.5.º É expressamente proibido aos senhores consentirem que suas escravas vivam da prostituição em casa para isso destinadas.

Art.6.º A polícia escreverá, em um livro para isto destinado, os nomes de todas as mulheres que vivem publicamente da prostituição.

Art.7.º Será criado um serviço sanitário, a que serão sujeitas as mulheres que publicamente se entregarem à prostituição, o qual terá por fim impedir a propagação da sífilis e outras moléstias contagiosas.

Art.8.º A polícia dará os regulamentos para a organização desse serviço.

Art.9.º As infrações da presente postura serão punidas com multa de até 30\$, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.

Art.10.º As diretoras das casas de tolerância responderão pelas multas, quando as infrações forem feitas pelos indivíduos moradores nas mesmas casas.⁵²

O projeto tinha por finalidade definir o que era uma casa de tolerância, institucionalizar a abertura ou manutenção de novas casas a partir do aval municipal e policial, demarcar o que era considerado ser prostituta e, também, designar a instituição que cuidaria para que esses artigos fossem cumpridos: a polícia. O artigo 2º expressa de forma clara que as casas de prostituição poderiam existir, sem problema algum, desde que a polícia permitisse, através de uma licença, o funcionamento do local. Toda casa de prostituição sem o documento que comprovasse que o estabelecimento poderia funcionar estaria na ilegalidade.

No 3º artigo, vê-se que a preocupação não era com a moralidade ou a decência em si, mas sim com a prostituição em âmbito público. Uma vez que se conservassem em espaço privado, a questão estaria resolvida. O artigo 5º, por sua vez, chama a atenção dentre os outros, pois revela a permanência de uma prática que não havia sido resolvida, mesmo com os esforços de Miguel Tavares, no início de 1871. Contudo, a questão deste artigo era o não consentimento do senhor em colocar as

escravizadas na prática da prostituição em locais destinados a isso. Mas nada diz sobre ser proibido ter escravizadas na prostituição. Isso nos permite pensar em duas possibilidades.

A primeira delas é que a prostituição de mulheres escravas era um mercado muito rentável para os senhores e senhoras. Segundo Marinete Silva, a renda obtida por uma única dona de escravizadas ao explorá-las na prostituição, chegava à soma grandiosa de quatro mil réis diários⁵³, o que justificaria a permanência desta prática mesmo depois das ações de Tavares. A segunda refere-se ao fato de que vigorando a lei de 28 de setembro de 1871, onde no artigo 4º podia-se ler que:

é permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.⁵⁴

É possível supor que naquele período, a prostituição para elas, não seria mais somente uma extensão da vontade de seus senhores, mas também uma possibilidade de encontrar um caminho para a liberdade, através do acúmulo de pecúlio garantido pelo Estado, já que de acordo com Sidney Chalhoub,

não há dúvidas de que houve escravos que souberam tirar proveito das mudanças trazidas pela lei de 1871 [...] A possibilidade aberta pela lei, facilitou iniciativas coletivas para a compra de liberdades.⁵⁵

Isso faz com que seja ainda mais difícil obter o êxito na expulsão destas mulheres das ruas da cidade, já que ambos os lados, tanto dos senhores, quanto das próprias escravizadas, tinham algo a ganhar com o meretrício. No entanto, essas possibilidades abrem brecha para o artigo 7º do projeto, que tinha como base fundamental o controle da prostituição, pautado na questão higiênica, diretamente ligada às teorias raciais. Toda a postura, com artigos muito bem definidos, deixava claro que não era a prostituição o problema central na discussão levantada no ano de 1876, mas sim os tipos de mulheres que do meretrício

53 SILVA, Marinete dos Santos. Escravidão e Prostituição: das várias utilidades de uma negra escrava. *Revista do Departamento de História*, n. 6, p. 123, Julho de 1988.

54 BRASIL, *Lei nº 2040*, 28 de setembro de 1871.

55 CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In.: CARVALHO, José Murilo de (coord). *A construção nacional (1830-1889)*. v. 2. Objetiva: São Paulo, 2012.

52 *Gazeta de Notícias*, 23 de novembro de 1876.

participavam, a localização das casas e a preocupação higienista que pautava as discussões sobre a regulamentação da prática.

Por este motivo último, o projeto de posturas levado à Câmara provocou diversas reações contestadoras em determinados segmentos da imprensa, devido à forma como entendiam o meretrício e o quão desmoralizador seria, na letra da lei, o aval para ela existir. Segundo o jornal *O Globo*, o projeto tinha por finalidade transformar a prostituição em uma profissão lícita. Frente a isso, o redator publicou um artigo ponderando que:

nossa opinião, opinião fundada em princípios sãos e em escrúpulos que supomos respeitáveis, é contra toda a tentativa de intervenção do poder social no sentido de dar forma legal a essa abominável transgressão da lei divina, a esse escândalo desmoralizador e enervante, a essa funesta aberração de todos os princípios morais que são a base da felicidade individual e coletiva.⁵⁶

Diante desta justificativa, o jornal se colocou abertamente contra o projeto de regularização da prostituição e, para combatê-lo, iniciou a publicação de uma série de artigos voltados a discutir as casas de tolerância e o projeto de postura municipal, onde se propôs a contestar ponto por ponto as ideias de regulamentarização em discussão na Câmara Municipal. Mesmo que tenha se comprometido em debater minuciosamente a postura, o que se seguiu foram extensos artigos que promoviam uma reflexão geral sobre a prostituição, mas, principalmente, sobre o ataque à moralidade caso aprovado o projeto. Tecendo inúmeras críticas à postura de forma geral, *O Globo* se colocava cada vez mais firme contra o que foi apresentado, pois entendia que aquelas posturas iriam ferir ainda mais o meio social, dada a permissão para que estas mulheres exercessem o meretrício.

Ao longo de suas formulações, é nítido que a preocupação do autor difere-se daquela prevista pelo artigo 7º, que falava sobre a higienização do espaço. Para o redator d'*O Globo*, a questão central da prostituição era moral. Permitir a prostituição era romper com os costumes, desmoralizando o meio social, pois

⁵⁶ Um assunto escabroso, *O Globo: Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria*, 24 de novembro de 1876.

é em nome da pureza dos costumes, do decoro público, do desaforamento da população ultrajada nos seus mais delicados sentimentos, que os nossos colegas interpretando fielmente a repugnância e o desgosto de uma parte do público, tem reclamado providências administrativas que ponham cobro a essa ostentação do vício, que tanto tem crescido entre nós, denunciando uma profunda lesão orgânica no seio de nossas cidades mais populosas.⁵⁷

O ponto de vista proposto por este jornal fez com que fosse iniciada uma disputa em relação ao que se pensava sobre a prostituição e o que se pretendia fazer sobre ela. Se a postura municipal claramente colocava que o meretrício era um problema higiênico e que, por isso, precisava de um regulamento para que fosse controlado e vigiado, a redação d'*O Globo* entendia que era um vício moral, que maculava os costumes, e que uma regulamentação só faria com que a prostituição se alastrasse indo contra os anseios de uma parcela da população que pedia pelo fim desta prática.

Tendo uma visão antagônica sobre o assunto, o jornal *Gazeta de Notícias* interpretava a situação sob outro viés. Em 25 de novembro de 1876, defendia que “qualquer ideia de melhoramento social entre nós é logo atacada, e sem mais estudo nem leve reflexão, retumbam-nos aos ouvidos frases pomposas, que atordoam, sim, mas não trazem o bem”.⁵⁸ Nitidamente alinhado ao projeto apresentado na Câmara, a *Gazeta de Notícias* se apresentava enquanto um contraponto às críticas do jornal *O Globo*, e tratou de responder às críticas do redator daquela folha ao projeto. Em uma destas respostas, o redator da *Gazeta* afirmava que

entendemos que se deve dar forma legal a essa abominável transgressão da lei divina, a esse escândalo desmoralizador e enervante, como muito bem diz o nosso ilustrado colega, porque essa transgressão de lei, esse escândalo, constituem um mal necessário ante os princípios da higiene e até ante os princípios de moral; e a intervenção da autoridade tem por fim fazer com que o mal subsista apenas aquilo que pode ser útil, embora pareça paradoxal a expressão, destruindo o que é inútil e pernicioso.

Dissemos que aplaudimos a ideia, embora em alguns pontos pareça vexatória, porque temos observado a diferença entre o espetáculo que oferece hoje essa gente e o que aqui se passava há dois anos.

⁵⁷ Um assunto escabroso, *O Globo... Op. cit.*

⁵⁸ Assuntos do dia, *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1876.

As medidas vexatórias terão por fim impedir o aumento prodigioso do número dessas infelizes, das quais talvez nem a décima parte se entreguem a essa vida espontaneamente.

Não quer isto dizer que concordamos em absoluto com o projeto, tal qual está, e acreditamos que o Sr. ministro antes de aprova-lo, o mandará estudar e reformar do modo que parecer mais conveniente. A questão higiênica, por exemplo, que se prende ao art. 3º, pode ser resolvida facilmente na aplicação sem prejuízo da circulação do ar tão necessário; não se trata de murar as janelas, basta impedir que nelas estejam expostas as moradoras, o que se pode obter, como em algumas cidades, por meio de grades; isto quanto aos sobrados; como, porém, fazer aplicação dessas medidas às casas térreas? Parece-nos que o meio a empregar, para evitar o espetáculo repugnante daquelas portas e janelas abertas deixando ver o impudor com que se ostenta o vício, e respeitando as necessidades higiênicas dessas criaturas, é determinar que só em certas ruas, das pouco frequentadas, possam morar essas mulheres em casas térreas.[...] A questão reduz-se a isto: Dado um mal (suponhamos que é unicamente um mal) que não é possível extirpar pela raiz, minorar o mais possível os seus efeitos perniciosos. Não é isto trabalho para ser feito por um homem, nem em um dia, mas é de crer que com os esforços continuados de muitos, alguma coisa se consiga. Pela nossa parte, julgamo-nos fortes vendo empenhado nesta tarefa nosso ilustrado colega do Globo.⁵⁹

Vê-se que a *Gazeta de Notícias*, mesmo não concordando com o projeto como um todo, ainda sim acreditava a postura a ser votada seria uma forma eficaz no controle da prostituição. Além disso, deixou claro também que a intenção não era murar ou não deixar ver as prostitutas, nem mesmo expulsá-las de todas as ruas, mas sim adaptá-las em espaços que pudessem ser vigiadas e controladas.

Colocando grades, como se presas fossem, essas mulheres não mais poderiam ficar debruçadas expondo-se nas janelas, o que, de acordo com a *Gazeta* e a postura, eram soluções pertinentes para o caso. De outra forma, realocando as moradoras de casas térreas para ruas menos movimentadas, seria mais fácil manejar a situação. É preciso que se lembre de que ainda estamos falando sobre o território do Sacramento, local este de presença majoritariamente negra na dinâmica do meretrício. Nesse caso, a questão do controle se referia então muito mais a estas mulheres, do que às prostitutas brancas. Deslocar, organizar e higienizar as ruas, em pleno século XIX, no momento de vigência escravidão, falava mais sobre uma restrição à presença de mulheres

⁵⁹ Assuntos do dia, *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1876.

negras nas ruas, do que necessariamente, sobre proibir ou acabar com a prostituição como um todo.

De igual modo, o *Jornal do Commercio* seguiu a ideia da *Gazeta de Notícias* e se opôs de forma contundente ao *Globo*, apoiando também as disposições do projeto. Diz X, rebatendo às críticas levantada pelo *Globo*:

ninguém dirá que o jogo, a vadiação e a mendicidade são crimes, e entretanto a lei procura extingui-los. Como o jogador, o vadio e o mendigo, é a prostituta um ente prejudicial à sociedade, e daí o direito que tem o Estado de pôr peias ao seu desenvolvimento e de defender-se das más consequências, que dela resultam. Negar à sociedade o direito de legislar a seu respeito é retirar-lhe o direito de defender-se dos males que a vexam e a ameaçam. A regulamentação da prostituição, embora exigente, é uma medida preventiva, no intuito de livrar a sociedade dos crimes a que ela arrasta, e é tão justa quanto as leis que hoje possuímos contra a vadiação, mendicidade e jogo.⁶⁰

Na tentativa de justificar o projeto regulamentarista, o autor da publicação entende que o Estado tem o direito de legislar sobre as mulheres, assim como o faz com outras categorias de sujeitos vistos como transgressores. Colocando as prostitutas em igual condição de jogadores, mendigos, vadios e criminosos, X entende que por elas vivenciarem num mundo considerado imoral e ilegal, necessariamente deveria a sociedade ter o direito de se proteger delas. Nitidamente colocando as prostitutas enquanto sujeitos perigosos, o autor revela que sua justificava também alinhava-se a uma das características das teorias raciais, que via nos corpos negros uma inclinação ao crime⁶¹. Por isso, vê na regulamentação da prostituição um meio de defender a sociedade daquelas consideradas criminosas e perigosas.

As divergências sobre o projeto de postura foram muitas, tantas que não permitiram que se chegasse a um acordo entre as partes e, aparentemente, nem mesmo na Câmara Municipal. A prostituição, mas principalmente a desempenhada por mulheres negras, seguiria sendo um problema a ser combatido, mas não a todo custo, visto que

⁶⁰ X, Casas de Tolerância, *Jornal do Commercio*, 30 de novembro de 1876.

⁶¹ Sobre este assunto, ver também: BRAGA, Daniel Dutra Coelho; STEPHAN, Diana Ferreira. A craniometria lombrosiana: entre a história natural e a criminologia. Pôster dialogado; TARNOWSKY, Pauline. Étude *anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*. Paris: E. Lecrosnier et Bébé, 1889. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Lyon-part Dieu.

foram inúmeras as condições e sugestões para que se pudesse encontrar um meio termo possível para conviver tais mulheres. Contrários ou concordantes, a moral, a higiene e o decoro público, passavam primeiramente pelo julgamento sob estas mulheres, não entendendo que para o funcionamento dessa prática, a clientela era componente fundamental. A prostituição não era permitida nos termos legais, mas era creditado a ela um lado útil socialmente: a garantia do prazer masculino.

Nesse caso, não havendo um denominador comum em relação a essa questão, a discussão sobre a postura apresentada à Câmara acabou por não ser levada adiante. De acordo com um leitor que manda uma carta ao jornal *Gazeta de Notícias*, em 10 de julho de 1878,

Depois que nossa imprensa discutiu a questão das casas de tolerância sem chegar a um resultado prático, tudo caiu na antiga indiferença, e o público sério e as famílias assistem nas ruas, diariamente, aos mais repugnantes espetáculos. Em poucas cidades a classe das mulheres toleradas ostenta um impudor mais cínico. Pelas principais ruas de nossa capital exibem-se as nudezas e arma-se ao escândalo, sem que o governo, ou antes a polícia se digne lançar um olhar de compaixão poupando os habitantes ao espetáculo fornecido pelas Primas Basílias de todas as nacionalidades. Isto é lastimoso! Quando se discutiu a questão das toleradas quisera muitas pessoas que essa classe duvidosa fosse desterrada para certas ruas, e sofresse muitos outros vexames e ataques à sua liberdade, esquecendo-se de que nos países mais adiantados esses vexames não tem lugar, porém a polícia faz respeitar as leis e quem pronuncia uma palavra obscena ou se apresenta indecente vai preso [...] que bom exemplo para as nossas autoridades!⁶²

A tentativa de dar limites à prostituição através de sua regulamentação falhou. Através desta publicação é possível ver que mesmo com todas as discussões levantadas pelos jornais do período, bem como os pedidos de parte da sociedade para que ações fossem tomadas em relação ao assunto, a prática do meretrício não se resolveria, ela continuaria a ser vista por entre os espaços da cidade, sem que para isso precisasse de leis ou posturas a ser seguidas.

Contudo, embora a questão tenha ficado em aberto e o assunto gerado debates importantes em relação às medidas possíveis para retomar o que se entendia por moralidade na cidade, o caso da

prostituição retornou a ordem do dia em 1888, agora direcionada à inspeção das hospedarias, como forma de, mais uma vez, agir sobre ela.

O problema das hospedarias: a campanha de 1888

Em 1888 as hospedarias se tornaram o foco no combate à prostituição. A ação que tomou forma naquele ano teve início ainda em 1885, quando inspeções periódicas foram realizadas neste tipo de residência, a fim de montar um esquema para saber quem eram os moradores, quais as condições das instalações e se elas possuíam as escrituras que permitiam seu funcionamento. Como noticiou o *Diário de Notícias*, em 22 de novembro de 1885,

o subdelegado do 1º distrito do Sacramento deu cerco ontem, às 10 horas da noite, em diversas hospedarias e casas de jogo das ruas Espírito Santos, S. Jorge, Conceição, Carioca, Gonçalves Dias, beco do Fisco e travessa da Barreira.⁶³

Os cercos do subdelegado sempre aconteciam na madrugada e neles era exigido o nome dos frequentadores, sendo levados à prisão alguns dos inquilinos, por serem considerados suspeitos de vagabundagem. Foi o que aconteceu em 19 de março de 1887. De acordo com a notícia:

foram recolhidos ao xadrez da 1ª estação policial e remetidos para a Detenção: Amelia Matheus Dias, Anna Rosa de Oliveira, Maria das Neves, Thereza Maria da Conceição, Maria Emilia da Silva, Clotilde Maria Raymunda da Conceição, Rosa Maria da Conceição e Victoria Maria Eliziaria de Moura Costa, por serem vagabundas e estarem em orgia nas hospedarias do 1º distrito do Sacramento.⁶⁴

Como se não bastasse, cinco dias após esse cerco, o jornal voltou a noticiar mais uma ação do subdelegado. Desta vez,

63 Cercos, *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1885.

64 *Diário de Notícias*, 19 de março de 1887.

o Sr. Dr. Silva Rebello, subdelegado do 1º distrito do Sacramento, acompanhado do alferes Travassos e escrivão Carvalho, deu ontem às oito e meia da noite busca nas casas conhecidas pelo nome de zungús, da rua Gonçalves Dias nº 1 e 11, e nas hospedarias da rua do Sacramento nº 2 e praça da Constituição nº 69, efetuando a prisão de 16 vagabundas.⁶⁵

As duas notícias nos colocam diante de uma grande quantidade de prisões de mulheres, que, segundo as descrições de “vagabundas” que faziam “orgias” provavelmente fossem prostitutas e, por isso, tratadas desta forma e levadas à detenção. O modo como a polícia lidava com a presença dessas mulheres nos espaços onde eram encontradas, revela o antigo esforço de controlar a dita imoralidade. É verdade que os cercos às hospedarias não se restringiam à prisão dessas mulheres. Também homens considerados vagabundos, capoeiras e outros suspeitos, eram frequentemente levados à detenção, somente por serem inquilinos de casas de alugar quarto por hora, entendidas enquanto lugares misteriosos, como se dizia na época.

Conhecidas como espaços de convivência múltipla, onde se encontravam desde trabalhadores até negociantes do sexo e prostitutas, as hospedarias se tornaram um problema municipal a partir do momento em que se configuravam em locais perigosos tanto para a ordem pública quanto para a higiene, pois de acordo com a perspectiva cientificista, aqueles espaços eram propícios para a propagação de doenças infecciosas. Foram, por isso, criminalizadas, garantindo o êxito do discurso higienista que se propunha a perseguir, através das autoridades públicas, os sujeitos que, na maioria das vezes negra e pobre, viviam sob o teto das hospedarias.

Em 30 de janeiro de 1888, Florido Valerio publicou no jornal *Diário de Notícias* uma extensa queixa destinada ao chefe de polícia. Nela constava uma reclamação pontual em relação às hospedarias e o que significavam aqueles espaços. Dizia ele:

o estabelecimento nefando que o vulgo designa pelo vocábulo Hospedarias é o maior escândalo da atualidade no Rio de Janeiro. Iniciada há muitos anos com fabuloso resultado, a exploração deste negócio encontrou facilmente o que mais carecia: capitais, clientela e sanção. A lei foi ludibriada pela fraude engenhosa e ousada dos exploradores impudentes da boa fé. Principiou então a luta dos vícios

contra a honra das famílias, contra as imunidades do lar; luta indecente e renhida, fraudulenta, mas sancionada, que de batalha em batalha tem tomado as mais assustadoras proporções. Hoje abre-se o Almanach de Laemmert, a pág 726 e depara-se com uma lista de nada menos de 60 hospedarias, entre as quais há verdadeiros contos de vagabundos de ambos os sexos, que praticam toda a sorte de imoralidades. Devo escrever por extenso sessenta hospedarias – para que não julguem, os que não podem ler a obra do Sr. Laemmert, ter havido erro tipográfico. Este número representa de modo completo tudo quanto eu poderia dizer das vantagens de semelhante negócio; mas infelizmente para a nossa sociedade, também ele representa o lamentável estado que chegamos! Creio que um terço das prostibuladas que estendem a mão a quem passa deve o seu infortúnio aos miseráveis cafténs que se ocultam nestes estabelecimentos licenciados. É com efeito ali que se exerce o verdadeiro caftismo, se pode este termo dar uma ideia do que é a escravidão do bordel. As desventuradas são ali retidas – a principio, sob auspiciosas promessas e depois sob as mais tristes ameaças, que às vezes se realizam, graças à influência misteriosa que tem os traficantes da honra! O estudo que tive a pachorra de fazer desses miseráveis lupanares predispôs-me o estômago para a descrição mais detalhada do seu modus vivendi.⁶⁶

Estava assim iniciada uma série de artigos comprometidos em alertar as autoridades, bem como a sociedade, sobre o problema das hospedarias, atentando para o fato de que era necessário tomar providências contra a existência desses lugares. De acordo com o autor do artigo, as hospedarias eram necessariamente espaços de prostituição e onde o caftismo se proliferava. Era também um local licenciado e, por isso, desmoralizava a fiscalização policial e até mesmo a lei. Se a questão da regulamentação não passara, como podiam existir ambientes onde se sabia, aparentemente por todos, existir a prática tanto da prostituição como do caftismo, permitidos pela própria municipalidade?

O que pede o autor é nada menos do que providências para que esses locais não tenham o aval do município para funcionarem, pois era neles que se encontravam as mulheres “prostibuladas”, que na visão dele, eram vítimas desentendidas e desonradas pelas artimanhas dos cafténs. A série se propunha assim não apenas a caracterizar a prostituição como uma prática desmoralizante, mas também atacar os espaços em que ela se desenvolvia.

No artigo seguinte, Florido Valerio reforçou a ideia do perigo dessas instalações ao dizer que, devido ao grande número de

65 *Diário de Notícias*, 24 de março de 1887.

66 Florido Valerio, Hospedarias, *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1888.

hospedarias que abrigavam o caftismo, estaria havendo disputas entre os concorrentes do meretrício. Segundo o autor, os exploradores lançavam mão de todos os meios para burlar as dificuldades que se apresentavam. Contudo, por mais que sua principal crítica até o momento fosse em relação ao caftismo que acontecia dentro das hospedarias, o autor nos revela um aspecto importante da prostituição quando marca uma relevante mudança na configuração do espaço do meretrício:

ontem era a sedução da criada de servir, da mucama ingênua, da órfã mal tutelada, da escrava ignorante e vadia; hoje é a epístola ousada que penetra no açafate de costura da filha de família e na alcova secreta da esposa pudibunda e honesta! Miseráveis. Não sei o que mais admirar de tudo isto: se a imprecação da vítima, se a ousadia do algoz.⁶⁷

Essa breve parte do texto, repleta de violências simbólicas, confirma a questão central aqui levantada: era a prostituição negra e pobre aquela que causava o maior desconforto à sociedade. Essas mulheres eram levadas à prostituição por serem, nas palavras do autor e também do pensamento social do período, sujeitas “ignorantes e vadias”. Muito próximo das conclusões formuladas pelas teorias raciais, o autor, no momento em que afirma serem as mulheres negras ingênuas, sem condições de viver por si, ignorantes e vadias, nos remete à Nina Rodrigues quando afirmava serem os negros aqueles que não conseguiam livrar-se da natureza selvagem, imoral e preguiçosa ao qual estavam submetidos por suas características culturais.

Nina Rodrigues dizia que a “a sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas”.⁶⁸ O que sugere, explicitamente, que as mulheres negras eram as mais propensas ao mundo da prostituição, já que de acordo com este pensamento, eram elas naturalmente imorais, incapazes de atingir a civilidade dos costumes. Ao comparar o processo histórico desde o auge da escravidão, até o momento da primeira ruptura, com a lei de 1871, Florido Valerio remete ao período que levou muitas escravizadas à prostituição e deixa nítido, ao mesmo tempo, que as apreensões de Nina Rodrigues e seus

⁶⁷ Hospedarias, *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1888.

⁶⁸ RODRIGUES, Raymundo Nina. *A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal – os mestiços*. In: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, p. 64

interlocutores tinham conformado certo tipo de olhar em relação às prostitutas negras, no sentido de as enxergarem enquanto promotoras de uma vida imoral e anormal, a qual desordenava a cidade sendo por isso necessário a contenção e o controle sobre esses corpos.

Colocadas em contraposição pelo articulista, tanto a mulher negra quanto a mulher de família eram entendidas enquanto vítimas. A primeira por sua classe e raça, segundo a ciência da época e a segunda, pela honestidade que a fazia pura e ingênua e, por isso, um alvo para os cafténs. Fica claro, portanto, que as mulheres, todas elas, na visão dos homens de letras, não possuíam nenhum tipo de autonomia, nem mesmo certo intelecto capaz de guiar suas próprias vontades. Eram sempre tuteladas por homens que as enxergavam enquanto inferiores, seja ela negra e amoral, seja ela branca e civilizada.

Em 1 de fevereiro de 1888, Florido Valerio publicava que:

Há medidas urgentes a tomar e tão insignificantes são elas, que basta um pouco de boa vontade para executá-las. A primeira dessas medidas é a fiscalização, por agentes secretos, das casas de tolerância; expulsão dos viciosos que forem encontrados, e multa dos proprietários desses estabelecimentos. Para casos de reincidência deve ser criado um corretivo eficaz. Condições essenciais: não especializar, não privilegiar. Quanto às outras medidas secundárias, são elas de fácil intuição. Penso ter demonstrado a minha imparcialidade nesta questão de interesse positivamente geral[...] Se a polícia, por motivos de qualquer ordem, fechar os ouvidos ao nosso apelo, tratar vós da segurança dos vossos lares.⁶⁹

Ao chamar as medidas que propõe de insignificantes, o autor já pressupõe que suas sugestões esbarrariam na falta de vontade das autoridades em executá-las. Mais que isso, o autor também refuta a própria ideia de uma maior vigilância em relação a esses locais, quando sobre a reincidência, disse ser necessário a criação de corretivos eficazes. Ou seja, tudo o que vinha propondo em seus artigos até aqui, eram propostas frágeis que, ao longo do seu desenrolar, permitiriam pelas brechas da fiscalização a continuação daquelas práticas.

Como Florido Valerio poderia ser imparcial, como se propõe a ser, se o motivo principal de suas publicações é justamente promover uma campanha contra as hospedarias e os inquilinos? Por si só, ele já

⁶⁹ Florido Valerio, Hospedarias, *Diário de Notícias*, 1 de fevereiro de 1888.

estava declarando apoio para um lado e incitando, dessa forma, que a polícia e também os cidadãos fizessem algo contra esses ambientes. O articulista deixa claro que se não for a polícia a promotora de ações que impeçam as licenças desses locais de funcionar, deveriam ser os cidadãos aqueles a olhar e fiscalizar esses lugares.

Mas ao sugerir que suas próprias proposições são instintivas, o autor parece antecipar a conclusão de que a questão da prostituição e das casas onde ela era localizada, com o consentimento das autoridades e também do público que ali frequentava, não seria de fácil resolução, pois nem mesmo as medidas anteriores a essas tinham conseguido dar fim ao que consideravam ser um problema social. Nem as ações de Miguel Tavares em 1871, nem mesmo a tentativa de regulamentação em 1876, foram exitosas. O ataque às hospedarias era mais uma medida desesperada e pretensiosa de perseguir e tolher a presença das prostitutas negras, uma vez que acabando com os locais onde os amores proibidos e licenciosos aconteciam consequentemente se pensava que acabaria também com a prostituição.

Ao continuar escrevendo os artigos e maldizendo as hospedarias, Florido Valerio desagradou muitas pessoas, principalmente os donos desses estabelecimentos, que vinham sofrendo duras e altas multas pelas autoridades policiais. Como resultado imediato, se revelaram opiniões contrárias ao ataque a esses estabelecimentos. Segundo um artigo publicado em 28 de fevereiro de 1888 na *Gazeta da Tarde*, a campanha iniciada pelo *Diário de Notícias* acabaria por atingir pessoas honradas que se utilizavam das hospedarias. Era o caso da residência na rua dos Inválidos nº 89, que segundo o autor do artigo pertencia a um homem decente, que não merecia ser maculado pelas acusações de Florido. Segundo o crítico de Florido, assinando como A Verdade, eram “os bandidos de gravata lavada, os primeiros a animar a indústria da prostituição e que depois tem a desfaçatez de condená-la pela imprensa”.⁷⁰ Em uma clara crítica à hipocrisia dos homens que, em público, se diziam combatentes da prostituição, mas que no íntimo das relações se beneficiava dela, o autor não negou a existência da prostituição nas hospedarias, mas continuou sua crítica à Florido Valerio dizendo que:

Os fatos que o articulista do Diário de Notícias narra são calúnias, que nunca poderão ser provadas, pelo que desde já o desafiamos a apresentar documentos e testemunhas do que escreveu e publicou [...] O dono da casa nº 80 não escraviza mulher alguma; todas as inquilinas da sua casa tem a mais plena liberdade; procedem como entendem. O que ele faz é apenas manter a ordem e o decoro em seu estabelecimento de modo tal que nunca houve um só fato a lamentar, como podem atestar todos os vizinhos [...] Esta questão de hospedarias é muito séria. Talvez fosse mais prudente não falar nelas. Enfim, estamos dispostos ao que der e vier e protestamos levar nossos caluniadores aos tribunais. Nesta época, em que há muita falta de dinheiro, parece-nos que o que o Sr. Florido Valerio quer é bola. Se assim é, peça por melhor modo e deixe de lado o sistema de Corsário. Continuaremos se necessário for.⁷¹

É nítido aqui a associação entre escravidão e prostituição. O fato do argumento do autor se pautar exatamente nessa questão, sugere que a escravidão era o caminho que levava à prostituição, desse modo o reclamante deixa ver que o pensamento social do período havia aceitado a ideia da degeneração moral e a propagava de maneira muito assertiva em meio aos problemas cotidianos. Ao afirmar que as mulheres que viviam na casa nº 80 eram livres e, ainda sim, praticarem a prostituição, revela que o discurso médico havia conseguido espalhar de maneira categórica a crença nessa pré-disposição de que as mulheres negras seriam incapazes de acessar um discernimento moral e que, por isso, mesmo livres do cativeiro, não abandonariam o “vício” da prostituição.

O que parece, nesse caso, é que existia um esforço de normalizar a situação, entendendo, pela ótica do cientificismo, que não havia o que fazer em relação às mulheres negras, pois era da natureza delas o ser imoral. Nesse caso, a opção pelo silêncio e o não enfrentamento da questão levantada por Florido, reflete, de forma clara, que o que se discutia em 1888 não era somente o caso das hospedarias como espaços insalubres e imorais, mas também a tentativa incessante de coibir a prostituição das mulheres negras. A tensão criada entre as opiniões divergentes culminou em uma brusca ruptura da série de artigos contra as hospedarias.

Em 23 de junho de 1888, Florido Valerio aparece no jornal *O Tempo*, com o título “O Crime das Hospedarias”, justificando o porquê de ter chegado ao fim sua série no *Diário de Notícias*. De acordo com ele, a interrupção em seus artigos naquele jornal se deu devido às inúmeras

70 A verdade, As hospedarias, *Gazeta da Tarde*, 28 de fevereiro de 1888.

71 A verdade, As hospedarias, *Gazeta da Tarde*, 28 de fevereiro de 1888.

ameaças e escândalos que a redação do jornal vinha sofrendo por conta das suas exposições. Disse ele:

O último artigo que publiquei no Diário foi contra uma senhora na rua do Riachuelo, que tem por hábito, ao que parece, inculcar-se parteira, quando é sabido que a obstetrícia é toda cambial e clandestina. Essa meretriz que tinha o descaramento de alugar cômodos por hora a 80.000\$ (!) e mandava o filho prevenir a freguesia (!! da chegada dos clientes, como se aquilo fosse comerciar empadinhas quentes (!!!) teve a audácia de aparecer no Diário, a gritar e a gesticular como idiota que é, por conveniência, (ou fenômeno biológico!) e foi quase preciso recorrer aos bicos das botas para fazer a regateira voltar ao seu esconderijo de vergonhosa patifaria.⁷²

O episódio envolvendo a mulher em questão é uma resposta descontente ao trabalho que vinha fazendo Florido Valerio naquela folha. A atitude da senhora que apareceu na redação do *Diário de Notícias*, revela que Florido não possuía escrúpulos ao difamar seus desafetos. Em réplica ao acontecimento, com palavras duras e preconceituosas, o articulista mostrou de forma escancarada sua parcialidade sobre o tema e também em relação às mulheres prostitutas. Florido Valerio não só não cessou o assunto, como a partir daquele momento, iniciava uma nova série de artigos dando continuidade ao trabalho que havia começado no antigo jornal. Segundo ele,

forneço agora ao público uma prova irrefragável da minha obstinação, voltando ao assunto. Há um diferença entre Florido Valerio de então e o Valenciano Flores de hoje: o primeiro era simples colaborador do *Diário de Notícias*; o segundo é redator d'*O Tempo*, e neste caráter escreverá como entender e o que entender, dentro dos limites da decência.⁷³

Ao sair do *Diário de Notícias*, Florido se tornou redator do jornal *O Tempo* e, com isso, portanto, conseguira maior liberdade para tratar da campanha a que vinha se dedicando. Embora pretensioso em sua empreitada, os rastros de “O Crime das Hospedarias” desapareceram ainda em 23 de setembro de 1888, mesmo com algumas contribuições de leitores denunciando as hospedarias que conheciam.

Todavia, é necessário atentarmos para a data em que Valencio Flores inicia como redator de *O Tempo*. Era 23 de junho, apenas um

⁷² Valenciano Flores, “O Crime das Hospedarias”, *O Tempo*, 23 de junho de 1888.

⁷³ *Ibidem*.

mês após a assinatura da lei que aboliu a escravidão. Ao final de seu artigo de apresentação como redator no novo jornal, Valencio Flores relembra a lei recém-assinada e parece insinuar que a consequência dela seria, necessariamente, a continuação da proliferação da prostituição. Segundo ele,

a lei do 13 de Maio, com o ser a mais bela concepção parlamentar deste século de maravilhas, trouxe entretanto um incentivo à prostituição geral e forçoso é atenuar-lhe a marcha mediante uma lei submetida a qualquer jurisdição.⁷⁴

Ou seja, segundo a afirmação do articulista, com a lei de 13 de maio, as mulheres alforriadas teriam um incentivo a mais para permanecerem neste ramo, já que agora não haveria alguém que as tutelasse. Ele acreditava que sob a escravidão, havia um maior controle na questão da prostituição e a partir da Lei Áurea, esse poder em relação às negras que se prostituíam acabaria, sendo necessário, portanto, novas medidas que dessem fim definitivo ao meretrício.

Não restam dúvidas, portanto, que a questão da prostituição não vinha ao caso por ser considerada um problema de moral pública, da falta de civilização ou da ineficiência das leis e instituições competentes. Parece repetitivo marcar esta posição e talvez seja mesmo, mas é importante deixar claro sempre que possível que o que era um empecilho, na verdade, não era o comércio do corpo e do prazer, porque mesmo em 1871 e em 1888, as discussões levantadas não foram em direção ao fim irrestrito do meretrício.

Tanto Miguel Tavares, quanto o redator do projeto de posturas da Câmara Municipal em 1876, quanto Florido Valerio, em 1888, estavam se posicionando diretamente contra um grupo específico de mulheres: as negras. E embora houvesse toda uma narrativa envolvendo essa prática, bem como a atuação dos cafténs, os três momentos analisados até aqui, mostraram que as teorias raciais pautaram todas as discussões em relação ao meretrício, tanto que nas três campanhas, o caráter higienista era o motor dos debates que não se esgotavam.

Em 2 de janeiro de 1889, há uma nova publicação sobre as hospedarias assinado por Florido Valerio, no *Diário de Notícias*, que

⁷⁴ Valenciano Flores, “O Crime das Hospedarias”, *O Tempo*, 23 de junho de 1888.

indica que a questão não havia se esgotado e que o jornal em questão tinha reatado relações com o colaborador. Nesse artigo ele é enfático ao dizer que

A instituição do escravagismo, mantida vergonhosamente durante três séculos de criminosa incúria, não contribuiu pouco para o desenvolvimento da prostituição entre nós. Mulheres ignorantes, sem noção alguma de moral doméstica, as escravizadas prostituíam-se com a mesma naturalidade que se entregavam aos misteres inerentes a lei do chicote e das gargalheiras!⁷⁵

Valerio afirma que a prostituição é fruto da ignorância das escravizadas e que, por não terem noção da “moral doméstica”, entregavam-se à prostituição como se fosse algo moralmente natural, igual à escravidão. Aqui ele afirma que pensava ser a escravidão ou, em suas palavras “a lei do chicote”, um momento espontâneo, quase que divino, da vida de pessoas negras e que por isso, dedicar-se a outro ofício, que não o doméstico, era ir contra a natureza.

Ele continua sua crítica à prostituição dizendo que

Senhores depravados compravam a troco de barato grossos bandos dessas desventuradas criaturas e as prostituíam covardemente debaixo dos mesmos tetos que abrigavam suas esposas e filhos. Estes cresciam, no meio daquela depravação moral e continuavam a sofreguidão avara a tradição bestial dos seus progenitores. Cada fazenda era um grande serralho. Cada fazendeiro era um pequeno pachá.

A depravação moral é sempre evocada no sentido de subjugar e reafirmar um local marginal e inferior para essas mulheres. Com certeza não deveria ser fácil lidar com o fato de que, naquele momento, mulheres e homens negros eram legalmente livres e não viviam mais sob a lei do chicote. Ao provocar que as ex escravizadas teriam sido amantes de seus senhores, Florido nos remete imediatamente a uma estrutura de poder e abuso do corpo feminino respaldada pela relação senhor-escravo, bem como também os estupro e todas as inúmeras violências sexuais, físicas e emocionais cometidas durante a escravidão.

Ao simplesmente se apegar às ideias propagadas pela ciência de que a mulher negra possuía um “desejo sexual desenfreado”,⁷⁶ e que,

⁷⁵ Florido Valerio, *Diário de Notícias*, 2 de janeiro de 1889.

⁷⁶ ABREU, Martha. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais,

por isso, estariam sempre disponíveis para o sexo com seus senhores, o autor desumaniza as mulheres negras de que trata em seu texto, pois sabe-se que era no bojo familiar da Casa Grande, respaldados por uma política de estado consolidada e também pelas teorias raciais, que a identidade negra, bem como a dignidade do corpo humano, era sucumbida aos anseios de homens e mulheres ávidos por dominar aquelas que já entendiam enquanto propriedade.

Em tom sarcástico o articulista continua dizendo que:

de repente veio a lei de 13 de Maio plantar na história da liberdade humana essa luzenta apoteose que tem de fazer a veneração dos pósteros e as desaventuradas, libertas então da sua longa e cruel proscricção, vieram por seu turno engrossar a volumosa onda das mendigas cujo melhor título de recomendação não passa de um passaporte para a Santa Casa de Misericórdia! Começa aqui a melhor época dos prostíbulo. Perdida a noção moral da família, o desapego ao trabalho honesto não se fez esperar. As hospedarias aumentaram o número dos seus agentes e distribuíram-nos por essas ruas, de emboscada, à espera que saísse a criada de Paulo, a mucama de Sancho e a tutelada de Martinho. As promessas tintilavam guizos de ouro aos ouvidos dessas criaturas fáceis de convencer e no dia seguinte os prostíbulo abriam as garras, estendiam os tentáculos e dilatavam as válvulas para receber o cortejo das estreantes no proscênio do vício traiçoeiro e degradante.

Vê-se o pesar de Florido com a lei do 13 de maio ao reafirmar que a escravidão era o sistema regulador do meretrício. Isso chega a ser contraditório, porque eram justamente os senhores e também as senhoras os principais promotores desta prática. O trabalho honesto ao qual o articulista se referiu foi, por muitas vezes, desvirtuado para dar lugar à venda do corpo e se estas mulheres fossem encontradas “descontroladas” pelas ruas da cidade, não seria por conta da liberdade alcançada, mas pela necessidade única de sobreviver em uma cidade que às queriam como objetos que se pudesse controlar e esconder.

Florido Valerio termina seu artigo impregnado de preconceitos dizendo que:

Cumpridas as cláusulas mais importantes do contrato, estava aberta a estrada da perdição: podiam agora vender livremente as suas carnes aquelas que no dia anterior emprestavam a sua atividade ao trabalho honesto, legal e decoroso! A virtude, moribunda, lembrava-se com

gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16, p.18.

descrença e caía fulminada, por fim, na impenetrabilidade do seu cárcere negro e fundo! Porque a lei está moldável e quando a tolerância se impõe o vício triunfa e os costumes perdem a sua pureza! E já basta de introdução. Daqui por diante procurarei apontar à polícia os principais estabelecimentos em que se exerce indecorosamente a prostituição clandestina.⁷⁷

Assim, ele amarra sua esdrúxula reflexão apontando para o prejuízo social que foi o fim da escravidão e diz estar disposto a continuar sua perseguição denunciando às autoridades policiais os estabelecimentos onde a prostituição negra existia. Não se encontra no texto de Florido uma crítica sequer aos anos de vigência do modelo escravista. Sua indignação é com o fim desse sistema, pois a abolição fez com que ex senhores, ex senhoras, jornalistas, policiais, comerciantes e toda a sorte de sujeitos brancos e privilegiados das cidades, tivessem que compartilhar a liberdade com mulheres – e homens - que, até pouco tempo, eram propriedade servil. A escravidão era o que determinava os lugares sociais dentro da sociedade monárquica. Ao ser revogada, a liberdade deixou de ser o privilégio fundamental dos brancos. Por isso, seria necessário então que se forjasse outros meios de controlar e reprimir a presença das mulheres e homens negros livres.

A celebração do 13 de maio não se refletiu neste artigo escrito pelo articulista e nem mesmo no artigo que se seguiu, no dia 10 de janeiro de 1889, quando ele comentou sobre uma hospedaria onde pernoitavam mulheres de cor “cheias de podridões e emigração piolhosa”.⁷⁸ Na verdade, mesmo que o *Diário de Notícias* tivesse em consonância com outros veículos da imprensa, principalmente aqueles que abrigavam em seu interior os jornalistas empenhados na causa abolicionista, a coluna “Hospedarias”, que aparentemente cessou suas publicações em 10 de janeiro de 1889, não escondia a infelicidade pela lei assinada, acreditando ser ela a responsável pelo desequilíbrio social e moral, pois as mulheres negras, segundo Florido Valerio, estariam agora a “vender livremente as suas carnes”.⁷⁹

Com isso, pode-se pensar que o desenvolvimento das discussões sobre a prostituição ao longo das últimas décadas do século XIX

mostrava que as prostitutas negras, antes escravizadas, mesmo após a conquista da liberdade, continuariam a ser o alvo preferencial das políticas de controle e vigilância. Por mais que todas as investidas desde 1871 tivessem sido muito claras no sentido de combater especificamente a prostituição desse grupo, as ações em favor da moral e da higiene se tornariam ainda mais fortes nos anos seguintes devido à mudança do regime político em 15 de novembro de 1889.

⁷⁷ Florido Valerio, “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 2 de janeiro de 1889.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

3. O território da prostituição

Em diálogo com a historiografia sobre o tema da prostituição, se faz importante analisar os espaços do meretrício existentes no Rio de Janeiro, através das fontes, para iluminar um território que se construiu como consequência de importantes modificações no contexto social, como o aumento demográfico e a reforma urbana. Para que o processo de modernização da cidade fosse adiante, seria necessário reorganizar o espaço de forma a limitar a circulação de um certo tipo de gente.

É nesse momento, pautado nos argumento do saneamento moral, que as mulheres prostitutas se viram ainda mais vigiadas dentro do espaço urbano. Acontece que diante desta vigilância mais dura, o que se acompanha nas fontes, é um silenciamento em relação à cor e a proveniência destas mulheres, indicando que aparentemente não havia distinção no patrulhamento da polícia republicana. Porém, ao olhar com mais cuidado, os indícios sugerem que esse controle cotidiano, acompanhado de ordens de expulsão e prisões rotineiras, seguiam uma linha racializada.

Nesse sentido, o capítulo que se segue tenta encontrar a presença das prostitutas brasileiras, bem como apontar para um caminho que dê conta de retirá-las da invisibilidade, reafirmando a sua existência

dentro do universo da prostituição muito conhecido pela presença de mulheres de outras nacionalidades.

As ruas do meretrício

Sampaio Ferraz, primeiro chefe de polícia da República, propôs uma perseguição às prostitutas já em 1890. Em circular destinada aos subdelegados dizia que:

Em vários pontos desta cidade, o pudor público é altamente ofendido, por desmandos de mulheres prostituídas. Preocupo-me com a necessidade de adotar medidas que ponham termo definitivo a esse desregramento. Enquanto, porém, não resolvo essa melindrosa questão, recomendo-vos a mais severa repressão daqueles excessos. E para isso, não permitireis que as meretrizes tenham expostas, às vistas dos transeuntes, as salas ou antecâmaras das casas em que habitam; nem que, nas janelas, portas ou via pública, se exibam em desalinho ou façam uso de palavras, atos e gestos ofensivos da moral. As contraventoras assinarão termo de bem viver e serão processadas, quando os quebrarem. Conto com a vossa lealdade e com o vosso zelo para que esta recomendação seja fielmente observada.⁸⁰

A urgência e o tom exasperado do chefe de polícia mostrou que a questão da prostituição ainda causava grande mal-estar e enquanto não conseguissem dar fim definitivo à prostituição, ela precisaria ser severamente reprimida. Pretendiam controla-las em suas salas, janelas, portas e também na via pública. Seus gestos, palavras e atos, se considerados obscenos pelos policiais, deveriam ser prontamente reprimidos para que não perturbassem os transeuntes. Ao submetê-las ao termo de bem viver, Sampaio Ferraz pretendia fazer com essas mulheres seguissem regras morais impostas pela municipalidade e caso não cumprissem seriam processadas. A prostituição, que não era crime, continuava a ser uma ameaça grande ameaça ao espaço público, que medidas um tanto quanto exageradas começavam a se delinear.

Em 7 de junho de 1891, o *Gazeta de Notícias* trouxe uma publicação intitulada 2º distrito do Sacramento, assinada por O Polytheama. Ele pedia ao chefe de polícia maior atenção ao “zungú

de pretas prostitutas e pretos ratoneiros, que existe no casebre de dar felicidade, à rua Senhor dos Passos, em frente a casa de jogo e colégio de prostituição do orelha cortada, na referida rua”.⁸¹ Mesmo sem dar o número da referida casa e do chamado “colégio de prostituição”, o queixoso nos revela não somente a localização de um dos espaços da prostituição de mulheres negras, como também, ao se utilizar de termos preconceituosos como “ratoneiro”⁸², confirma que a presença de mulheres e homens negros eram uma ameaça à ordem e que, por isso, a vigilância policial naqueles locais deveria aumentar. Quando menciona o “zungús de pretas prostitutas”, o autor mostra que havia sido formado, pelo menos naquela rua, um espaço de sociabilidade entre esses homens e mulheres livres. Estudos apontam que as campanhas contra os zúngus, encontrados também nas ruas da Vala, beco do Cotolevo e Lavradio, são datadas desde pelo menos 1830⁸³. Esses espaços, em 1891 se perpetuavam então como locais de maciça presença negra e provocavam, por isso, queixas como a de Polytheama por maior fiscalização. Prostitutas negras e homens negros continuariam a ser um problema de polícia.

Embora a publicação dê foco somente para a rua Senhor dos Passos, é importante perceber que ela é destinada ao 2º distrito do Sacramento, nos levando a crer que a atenção do chefe de polícia deveria se voltar para essa rua, mas também para todas as outras que formavam este território. Ruas como Hospício, Regente, Alfândega, Núncio, rua da Vala, São Pedro, Lavradio, Conceição, Carioca, Praça Tiradentes, a antiga rua da Lampadoza, rua do Sacramento, Sete de Setembro, rua do Teatro, Espírito Santo, Rosário, Imperatriz, dentre outras, que também faziam divisa com outros distritos dependendo de seu comprimento, deveriam estar sob a vigilância da polícia, a fim de conter as possíveis desordens promovidas pelos sujeitos que ali habitavam.

81 O Polytheama, “2º districto do Sacramento”, *Gazeta de Notícias*, 7 de junho de 1891.

82 Ratoneiro é um adjetivo que significa aquele(a) “que rouba miudezas, que faz pequenos furtos ou assaltos. AURÉLIO, o mini dicionário da Língua Portuguesa. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.

83 Os zúngus eram espaços de sociabilidade entre escravos, ex-escravos e libertos. Cf. Observatório Quilombola. “Um pouco de história: Zungus e Tanguás”. *Boletim Territórios Negros*, v. 8, n.36, set./out./nov.2008.

80 *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1890.

É importante atentar para o fato de que por mais que houvesse essa vontade grande de acabar com a prostituição ou pelo menos, controla-la de forma severa, essa prática não era considerada um crime. Por isso, para respaldar as ações de vigilância, a polícia se utilizava do Código Penal de 1890,⁸⁹ para enquadrar as prostitutas em dois artigos: o artigo 282 – “Do Ultraje Público ao Pudor” – que dizia que

ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, em ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam [sic] a sociedade: Pena — de prisão celular por um a seis meses.

Já o artigo 399 – “Dos Vadios e Capoeiras” – dizia que

deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite-, prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes : Pena — de prisão celular por quinze a trinta dias.

Extremamente inespecíficos, esses artigos não chegavam a demarcar objetivamente quais seriam os “bons costumes” a serem defendidos, ou mesmo o que significava possuir “meios de subsistência”. Ainda assim, eles foram diversas vezes utilizados como motivação para a prisão daquelas mulheres.

Em 28 de julho de 1905, o *Jornal do Brasil* publicou uma notícia que apontava para o antigo problema das prisões. Ela falava sobre a arbitrariedade da polícia em relação ao correto uso do artigo 282 e a forma violenta com a qual os praças da 5ª delegacia urbana realizaram a detenção de nove mulheres habitantes da rua do Nuncio.⁹⁰ Segundo noticiado, as mulheres pareciam ser de “vida airada” e sob a alegação de terem proferido palavras obscenas, foram presas. Acontece que para o juiz da 3ª pretoria, o ato de proferir palavras obscenas não configurava crime previsto no artigo 282. Os responsáveis pela prisão, no entanto, mudaram a queixa, acrescentando que não somente falaram palavras obscenas, como também haviam feito gestos e exhibições imorais.

⁸⁹ *Código Penal Brasileiro* (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890) comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

⁹⁰ Palavras indecorosas, *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1905.

Tanto os policiais quanto o próprio jornal, não sabiam informar se as nove mulheres presas eram realmente prostitutas, pois na queixa feita pelos policiais não constava a menção de alguma ocupação desempenhada por elas. No entanto, essa publicação nos permite observar um aspecto do mundo do meretrício: parecia ser comum supor, que devido às ruas onde essas mulheres frequentavam, se julgasse serem elas prostitutas. Na notícia, não há nenhum indício concreto que leve os policiais ou nós a afirmar se elas eram ou não “mulheres de vida airada”.

O caso em si se torna relevante ao chamar atenção para a forma como a polícia tratou essas mulheres e também pela facilidade em associar qualquer mulher que tivesse um momento de proferir palavras consideradas obscenas à prostituição. Isso revela que havia um projeto institucional que objetivava aprisionar não somente as prostitutas das ruas do centro, mas qualquer mulher que não se enquadrasse nos padrões morais.

Não temos a cor e muito menos a proveniência das ditas autoras das palavras obscenas, mas de acordo com as pesquisas de Leric de Castro Garzoni, que analisou diversos processos crimes de prisão por vadiagem nos mesmos termos da notícia em questão, na maioria dos casos analisados, as mulheres presas pelo artigo 282 eram brasileiras e, majoritariamente declaradas de cor preta ou parda.⁹¹ Sendo assim, devido a constante omissão da cor e da nacionalidade das mulheres perseguidas, o que parecia era que o processo de demarcação do território do meretrício seguia a mesma dinâmica para todas as mulheres do ramo.

Todavia, alguns poucos indícios pautados no argumento da moralidade, revelam que havia processos diferenciados em relação às prostitutas. A maior vigilância ao “zungú das pretas” na rua Senhor dos Passos e as prisões da rua do Nuncio em 1905, mostram não somente um esforço policial para cercear a circulação dessas mulheres, como também marca a existência de brasileiras e estrangeiras convivendo em

⁹¹ Sobre este assunto ver mais em GARZONI, Leric de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana* (Rio de Janeiro, início do século XX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas, Campinas, 2007; e também: SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Ed. do Arquivo Nacional, 2006.

um mesmo universo. A raça e a nacionalidade se mostraram aqui como balizas para as ações policiais nos anos iniciais da República.

As ações policiais no combate à prostituição

De acordo com Lená Menezes, o fim da escravidão e o grande fluxo de imigrantes que chegaram ao Rio de Janeiro romperam com a ordem tradicional impulsionando com isso novas necessidades aos sujeitos da capital federal, também “a transição ao capitalismo redimensionou a prostituição, e o lenocínio tornou-se a nova praga republicana a demandar uma ação permanente das autoridades policiais”,⁹² pois afrontavam um projeto civilizacional que tinha como objetivo um território moderno e ordenado. Elas continuavam sendo caso de polícia, porque não combinavam com a imagem projetada para a cidade que se construía. Nesse sentido, a instituição, assumindo para si um dever moral de conter o alastramento da prostituição, se viu em meio a tensões causadas tanto por uma parte da sociedade que pedia ações efetivas em relação à presença dessas mulheres pelas ruas, quanto pelas próprias meretrizes, que continuavam exercendo o meretrício mesmo sob ostensiva vigilância.

Na tentativa de chamar a atenção das autoridades para o incômodo causado pelas prostitutas nas ruas de passagem, muitos leitores dos jornais do período recorriam as folhas para expor os seus descontentamentos e também para cobrarem uma atitude das autoridades. As campanhas de saneamento moral, que visavam expulsar as prostitutas de certos pontos da cidade, foram responsáveis por criar um novo cenário da prostituição, à medida que forçavam essas mulheres a ocuparem outros locais, a fim de restringir sua livre circulação. Ainda que a força policial tentasse atender aos pedidos dos reclamantes, não seria fácil encontrar um método eficaz para dar fim no meretrício.

⁹² MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992, p. 58.

Foi, portanto, em 1896 que se iniciou uma campanha de ordenamento encabeçada pelo delegado Luiz Bartholomeu Sousa e Silva, que tinha como objetivo não somente remover as prostitutas das principais vias, mas também promover a construção de um espaço moralizado, livre da presença de sujeitos considerados desordeiros e criminosos em potencial. Vale atentar para o fato de que Bartholomeu defendia um projeto higienista e que, claramente, suas ações estariam diretamente voltadas para a prostituição de mulheres pobres, associadas à proliferação de doenças e ao descontrole social.⁹³

É importante que se perceba que a campanha de Bartholomeu não falava sobre dar fim ao meretrício, mas sim reorganizar o espaço onde ela existia. A crença na prostituição ser um “mal necessário”, de acordo com a medicina de finais do século XIX, garantia a possibilidade dos homens liberarem suas necessidades sexuais, porque o casamento era o espaço do sexo reprodutivo e não do prazer sexual.⁹⁴ Além disso, as prostitutas eram vistas como mulheres que, por comercializarem seus corpos e lidarem com as questões do prazer, más influências para as outras mulheres, principalmente aquelas ditas na nomenclatura da época como “honestas”.⁹⁵ Por se desvirtuarem do que era esperado do comportamento feminino em relação ao corpo e ao sexo, elas ameaçavam toda uma lógica de submissão ao gênero masculino e, por isso, deveriam ser retiradas desses locais mais movimentados. Apesar da condenação moral do meretrício e das mulheres que sobreviviam dele, o que afligia e desmoralizava a sociedade não era necessariamente a atividade da prostituição em si, mas a possibilidade dessas mulheres estarem em um território comum, o qual se destinava a outros tipos de sujeitos.

Como se pode imaginar, nem toda forma de prostituição era reprimida pelas autoridades. A coluna “A Podridão do Vício” publicada no *Jornal do Brasil* em março daquele ano dizia que:

no Rio de Janeiro, onde não há nem miséria, nem fome, nem elementos fatais para germen desse leproso ofício, onde qualquer criatura em

⁹³ KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

troca de um pouco de trabalho pode obter tudo quanto é necessário ao corpo, a prostituta altiva, é cercada de garantias e de preferências. Ela ocupa os melhores lugares em todos os teatros ao lado das mais honestas pessoas, ela senta-se à mesa das confeitarias, ombreando as donzelas, entra desassombrada nas repartições públicas, preterindo todas as partes; tem familiaridades extensivas com os chefes de secretarias de Estado; e invade as ruas, tendo-a por vizinho o médico, o advogado, o jornalista, o magistrado, o senador, o chefe de polícia, e mesmo o respeitável ministro do presidente da República, senão o próprio presidente. Isto é o que todos veem. Isto é o que não escapa a observação de ninguém.⁹⁶

No momento em que se iniciava a campanha do delegado Luiz Bartholomeu contra a prostituição e também a cafetinagem, o articulista mostrou que nem todos os grupos de prostitutas merecia a mesma atenção das autoridades. No ambiente dos teatros e confeitarias elegantes, nos quais figuravam lado a lado com médicos, advogados e altos comerciantes, as meretrizes não pareciam ser uma preocupação.

Essa parcialidade da campanha do delegado também foi criticada em outro periódico, em uma análise assinada por M., que dizia não haver como saber onde começava e onde terminava a prostituição profissional e, mais do que acabar com as prostitutas das ruas Sete de Setembro e Senhor dos Passos, que segundo ele teriam sido as ruas alvo da campanha, também havia uma urgente necessidade de atentar para a rua do Lavradio e para os jardins dos teatros

onde os escândalos são também frequentes – mas onde talvez não seria raro encontrar autoridades e meretrizes de alto coturno confabulando alegremente. Até que taxa vai a virtude? Até que andar sobe a polícia?⁹⁷

As indagações do queixoso provam que existia uma disparidade entre as prostitutas e ela se tornava evidente na medida em que o patrulhamento policial aumentava somente em algumas ruas, mas não em outras, e nem chegava nos jardins dos teatros, espaços onde a presença dessas mulheres não era nenhum segredo. Fica claro que a campanha de 1896 não estava em busca de um controle geral e irrestrito, mas sim de concentrar determinado tipo de prostituição em outros trechos da cidade.

Ainda em sua análise, M. apontou para uma outra questão: a falta de um planejamento policial em relação as remoções destas mulheres. Ainda que houvesse a motivação para a expulsão das prostitutas, a polícia não possuía um esquema para estabelecê-las em seus novos lugares. Não havia uma indicação de para onde elas deveriam ir ou até mesmo morar. M. chega a ser irônico ao mencionar que essa campanha faria com que se voltasse à idade média, criando um espaço destinado somente à prostituição. E diz, ainda, que a campanha do delegado tinha um lado espetaculoso, porque removia somente as prostitutas, mas não expulsava os cafténs.

A análise feita por M. aponta que, por mais que as medidas adotadas pelo delegado mostrassem serviço, elas não tinham um planejamento e por isso perdiam a eficácia. No entanto, a coluna de Ferreira da Rosa n’O Paiz, insistia em exaltar a campanha de Bartholomeu e apoiava a forma com a qual o delegado vinha enfrentando o problema das ruas, mesmo que apelasse por uma maior intensificação na prática de controle. De acordo com o articulista:

a sua [do delegado da 4ª circunscrição] atitude ia produzindo o despovoamento das ruas que elas mais apreciavam na 4ª circunscrição, e principalmente das ruas por onde passam bondes e onde a vigilância, por ordem justíssima daquela autoridade, se fazia mais intransigente. Toda a população exaltou com a medida. Os louvores partiam de todos os lados [...] o ministro da guerra já tinha julgado disponíveis as patrulhas especiais da rua do Senhor dos Passos e os negociantes da rua Sete de Setembro fizeram logo com a companhia de gás guarnecesse a rua de arcos para ilumina-la agora que ela ia ficar decente.⁹⁸

A figura da meretriz no caminho do trabalhador, do homem de família e das mulheres consideradas puras, representava a distração, o asco, o descaminho, a perdição. E, para garantir que esses homens e mulheres não fossem seduzidos pelas “deploráveis” figuras da rua, era melhor que elas dali fossem retiradas. A prostituta das ruas e das janelas precisava ser combatida. Contudo, vê-se que Ferreira da Rosa ignora por completo o fato de que nem toda a população estava de acordo com as remoções e, muito menos com a forma pela qual esta estava sendo conduzida. Alegar isso era ignorar a participação das prostitutas enquanto sujeitos pertencentes da sociedade e, também,

96 Ferreira da Rosa, A Podridão do Vício, *O Paiz*, 21 de março de 1896.

97 M, *Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1896.

98 Ferreira da Rosa, A Podridão do Vício, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

não compreender outros atores que de igual modo também acabavam sendo incluídos no patrulhamento, dado que associadas ao mundo da desordem, aqueles que dele também participavam, encontravam-se na rota do cerceamento.

Mas em 1899, três anos após o início da campanha, as mesmas reclamações e pedidos eram feitos nos jornais como forma de alertar a polícia. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, a rua Espírito Santo, rua dos teatros, também merecia a atenção do chefe de polícia quando anoitecia e as famílias que por ali passavam em direção ao teatro eram obrigadas a ver mulheres semi-nuas que chegavam até suas portas e promoviam um espetáculo obsceno, sendo por esse motivo necessária uma maior fiscalização policial, de modo que “se não puser cobro a esses desregramentos, chegar-se-á a impossibilidade de irem as famílias ao teatro”.⁹⁹

Ainda que as críticas apontassem para falhas no sistema de reorganização proposto pelo delegado Bartholomeu, Ferreira da Rosa continuava enxergando apoiando aquelas ações. Em 17 de abril de 1896,¹⁰⁰ a coluna “A Podridão do Vício” enfatizou que a limpeza das ruas Sete de Setembro, Senhor dos Passos e da Praça Tiradentes estava agradando a toda à sociedade fluminense. No entanto, por mais que as ordens de remoção fossem expedidas, as mulheres não a cumpriam e permaneciam nas mesmas ruas interferindo, como salientou o colunista, no caminho das famílias. Ferreira da Rosa não estava preocupado se a campanha surtia efeito ou não, seu trabalho era dar visibilidade às ações de Bartholomeu, apoiando um projeto sem um formato definido, independentemente de seus resultados.

Em 1º de agosto de 1900, quatro anos após o início da campanha do delegado, a coluna “Queixas do Povo” publicou uma reclamação destinada à polícia onde o autor fez uma análise do que ocorria no local onde morava:

Sr. redator do Jornal do Brasil. – Um vosso antigo assinante chama a atenção dessa redação para um escândalo provocado pelas autoridades da atualidade. É o caso que as mulheres prostitutas estão sendo perseguidas para se mudarem das ruas centrais, como Sete de Setembro, Senhor dos Passos, Luiz de Camões, etc., etc., pelas autoridades de tais

ruas, e não sabendo elas quais as ruas que definitivamente possam habitar, invadem todas em geral, sendo isso muito mais prejudicial ao decoro publico, como julgo concordará com quem vos escreve esta carta.

Até hoje, sr. redator, não me vi na dura necessidade de proibir a minha família de chegar à janela, o que ora faço, isto devido a ter uma das tais como vizinha, sendo por demais imoral o que se vê e ouve, notando-se, além de tudo isto, que ela paga aluguel, ao passo que eu moro em propriedade nossa.

Com franqueza, as nossas autoridades não procedem convenientemente em casos como estes, que só trazem descrédito e provam a falta de senso da parte de quem tinha por dever olhar pelos interesses de todos em geral. Providencias, sr. redator, porque se providencias não houver, vejo-me na dura necessidade de ir pagar aluguel, mudando-me, e isto quando não havia necessidade, mormente se houvesse ruas apropriadas para a exploração de tal ramo de negócio.

Providencias, sr. redator, porque, enquanto elas todas não tenham invadido todas as ruas; mal por mal, que as deixem estar onde têm estado, agradecendo desde já toda e qualquer reclamação neste sentido a quem de direito.¹⁰¹

Ainda que o queixoso não identificasse a rua onde morava, era nítida sua insatisfação com relação às remoções das prostitutas dos seus “lugares de origem”. De acordo com ele, o que as autoridades policiais vinham fazendo era mais do que impulsionar a retirada delas dos espaços centrais da cidade. Era, além disso, a formação de um novo território para a prostituição. Se por um lado era incômodo tê-las nas ruas mais movimentadas onde sempre estiveram, agora elas passariam a constranger os sujeitos em locais que antes da campanha de Bartholomeu, eram livres desta atividade.

Segundo o reclamante, faltava bom senso por parte da polícia, pois no afã de livrar o centro da capital federal das prostitutas, não perceberam que estavam com isso alargando o território do meretrício, prejudicando desta forma outros cidadãos que antes não passavam por este problema. É por isso também que ele cobra uma ação policial urgente em razão de que nunca antes foi preciso estar com suas janelas fechadas e, muito menos pensar em se mudar, pois seu imóvel era próprio.

Por mais que concordasse que a prostituição era uma prática imoral, desagradável às famílias, ele não direcionou sua crítica

⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1899.

¹⁰⁰ Ferreira da Rosa, A Podridão do Vício, *O Paiz*, 17 de abril de 1896.

¹⁰¹ Queixas do Povo, *Jornal do Brasil*, 1 de agosto de 1900.

exclusivamente àquelas mulheres. O fato das prostitutas terem chegado até aquele local, fez com que o morador ficasse insatisfeito e indignado com as ações promovidas pelo delegado mais do que com as meretrizes. Ele estava a todo o momento criticando a forma como a polícia vinha lidando com as prostitutas, pois as ordens do delegado não foram claras quanto ao local onde elas deveriam se estabelecer.

Seja por obediência a ordem, por medo da prisão ou por estratégia própria, elas seguiram as ordens policiais e se estabeleceram em outros lugares, mas não cessaram suas atividades. O erro foi do delegado por não ter tido a perspicácia de prever as possíveis consequências das expulsões e não das meretrizes. A consequência da falta de planejamento das autoridades foi o alastramento e não a contenção desta atividade. Isso vai de encontro, novamente, a ideia de que não era a prostituição o problema em si, haja vista que o reclamante diz que seria melhor que a polícia deixasse elas onde já estavam. O que feria a moral e os bons costumes, não era o fato da exploração dos corpos, mas sim a presença desses corpos explorados no mesmo ambiente em que as famílias estavam presentes. Era o dividir as ruas, as casas de cômodo e as janelas vizinhas, o que ofendia esses homens que recorriam aos jornais pedindo ação da polícia.

Além disso, o queixoso também lança uma ideia que vai se firmar anos depois com a criação da zona do Mangue - um espaço exclusivo para a prática da prostituição,¹⁰² o que mostra certa aceitação em relação a atividade, ainda que condenada moralmente. A prostituição era permitida, desde que longe ou escondida. De todo modo, o autor da queixa não só cobrava providências das autoridades policiais, como também mostrava o seu desconforto em relação a ser vizinho de uma meretriz. Isso indica que a campanha além de não conseguir dar conta de organizar o meretrício, também falhou com os pedidos por moralidade dos homens de família.

O que o morador nos deixa ver, portanto, é que antes do patrulhamento ostensivo das ruas e das expulsões promovidos pelas

102 Segundo Sueann Caulfield, o Mangue foi consolidado como um espaço destinado a prostituição de mulheres pobres e patrulado pela polícia para garantir que as ruas do centro, enfim, se tornassem um espaço higienizado e ordenado. Cf. CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, n. 9, p. 43-63, julho, 2000.

campanhas de ordenamento, as meretrizes estavam concentradas em um determinado local, deixando outros livres de tal atividade. Disso podemos inferir que apesar da prostituição estar presente em várias ruas, ainda assim, em algumas delas era possível não vê-las e que, na medida em que essas mulheres iam sendo removidas de suas casas, iam encontrando novos lugares para se estabelecerem dando continuidade a um ofício que era a garantia de sua sobrevivência.

Nesse sentido, não enquadradas na conduta moral da sociedade, as prostitutas eram constantemente submetidas à polícia, que tentando atender a demanda dos queixosos de jornais, se destinava a garantir o livre acesso da rua às pessoas consideradas dignas de frequentá-la. Nesse caso, nem elas e nem seus companheiros da classe popular, os ditos vadios, tinham direito à rua. Houve, na Primeira República, inúmeras negociações para que essas pessoas pudessem ocupar esses espaços. O que se vê ao acompanhar as notícias nos principais jornais é a ineficiência de um projeto de reorganização que, na prática, não se efetivou.

Ruas como Guarda Velha continuavam sendo pontos de prostituição mesmo com as ordens de expulsão, como noticiado pelo *Jornal do Brasil* em 1898. Um chefe de família, como assinou a nota, dizia que na rua em questão um prédio recém-construído estava sendo alugado por uma prostituta e que, por isso, os vizinhos desta não podiam nem mesmo abrir suas portas e janelas. Por esse motivo, os moradores da rua pediam que a polícia tomasse providências e que “para não enfrentarem com uma destas [mulheres] que a polícia deveria ter em conventilhos, como se fez em países civilizados, e não entre famílias honestas”.¹⁰³

Ou seja, pouca coisa havia de fato mudado desde o início da campanha de Bartholomeu. As antigas ruas de prostituição continuaram abrigando esta atividade e as prostitutas negras, sob as quais essa campanha incidiu de maneira mais severa, ainda eram uma ameaça à ordem e a moral, independentemente dos espaços em que se encontravam. Não seria nada fácil para as instituições dar fim a uma atividade que, se por um lado afetava uma parte dos “homens de família”, por outro, os beneficiava. A prostituição, principalmente

103 Um chefe de família, *Jornal do Brasil*, 5 de março de 1898.

aquela desempenhada pelas negras, não era, naquele período, e nem é hoje, uma atividade que se faz sozinha. Ela é fomentada por sujeitos, que por razões que não nos interessam aqui, acham que pela troca monetária que existe neste tipo de relação, são donos destes corpos. E dar fim às relações de poder nunca é tarefa simples, porque sempre esbarram em interesses que extrapolam os preceitos morais.

O que Bartholomeu vinha deixando claro com sua campanha era que ele sabia desse impasse em relação a esta atividade e que, por isso, a ideia era somente organizar para que de um lado estivesse a prostituição e do outro a cidade civilizada. Acontece que estas mulheres não eram autômatos e apesar do cenário ser demasiadamente opressor sobre a existência delas, não se pode negar que as meretrizes resistiram e forjaram seus próprios meios de continuar ocupando suas habitações, ainda que como consequência sofressem com o arrocho policial e com os ataques de parte da sociedade.

Por mais que as expulsões tenham ocorrido, não houve a esperada “moralização” do centro da cidade. Enquanto algumas ruas foram modificadas, num processo que se insere na expansão e reforma urbana e também nas campanhas policiais, outras persistiram. O que continuou a ser silenciado pelo discurso das autoridades, mas deixava ser visto através dos reclames nos jornais, foi novamente a nacionalidade dessas mulheres sobre as quais a polícia deveria intervir. Contudo, Sueann Caulfield nos ajuda a entender o que estava acontecendo ao salientar em seu estudo que as prostitutas brasileiras, supostamente negras, eram em quantidade relevante no começo do século XX.¹⁰⁴

O Rio Nu e as zonas de prostituição

Se a polícia e a imprensa diária tendiam a codificar o problema da vigilância diferenciada sobre as prostitutas nos termos da moralidade e não da raça, o jornal *O Rio Nu*, por outro lado, permitia um outro olhar sobre elas. Através do humor e dos apelidos que utilizavam para

caracterizar algumas mulheres sobre as quais falava, a folha mostrava que a questão racial era um elemento fundamental de diferenciação no tratamento tanto policial e social, quanto no editorial.

Surgido em 1898, *O Rio Nu* apresentava em suas publicações, de forma leve e descontraída, sempre ilustrado com desenhos instigantes que apelavam para a imaginação sexual do homem moderno, uma capital alegre, disponível ao convívio com aquilo que se dizia imoral. Ao contrário das outras folhas, aqueles que o liam não buscavam simplesmente uma informação, mas pequenas notas que contavam sobre os causos cotidianos, escritas com um sarcasmo peculiar, que chamavam a atenção justamente por conta de seu modelo mais informal.

O Rio Nu era um jornal feito por sujeitos que perambulavam pelas ruas e que vendo nelas inúmeras possibilidades, descreviam ou apenas contavam de forma breve sobre pequenos acontecimentos do dia-a-dia da cidade. Mais do que notícias oficiais, o jornal publicava relatos e impressões daqueles que vivenciavam as experiências da rua. Esta folha se diferenciava das outras, pois além de se utilizar do humor para retratar as pequenas confusões cotidianas, ele também possuía um apelo sexual muito apurado.

A historiadora Cristiana Schettini aponta que não importava o quanto de informação o jornal trouxesse, pois em relação aos outros periódicos em circulação no mesmo período, *O Rio Nu* sempre seria visto como um jornal pornográfico e, justamente por isso, não recomendado às famílias.¹⁰⁵ Ainda assim, sua popularidade só fazia aumentar. Com notícias repletas de metáforas que visavam atrair um público leitor mais curioso, os editores do jornal adotaram como estratégia o preconceito propagado pelas outras folhas, de modo a transformá-lo em sua marca; um estilo diferenciado.¹⁰⁶

No dia 29 de dezembro de 1900, o jornal anunciava uma grande reforma em sua estrutura.¹⁰⁷ Começaria a partir do ano seguinte a “publicar boas gravuras como qualquer jornal da Europa ou do Rio da Prata” e devido a esses melhoramentos, o valor das assinaturas aumentaria. É a partir desse momento que a folha passa a contar com

105 SCHETTINI, Cristiana. *Um gênero alegre... Op. cit.*, p. 34.

106 *Ibidem*, p. 41.

107 *O Rio Nú*, 29 de dezembro de 1900.

104 CAULFIELD, Sueann. *O nascimento do Manguê... op. cit.*

imagens ilustrativas de suas historinhas picantes, atizando ainda mais a curiosidade do leitor. Remodelado, o jornal manteve as tradicionais colunas, como a “Rio à Noite” e “Bastidores”, mas também criou outras como “Trepações” e a famosa “Carteira de um Perú”.

Era possível perceber, desde a primeira página, que o jornal se propunha a mostrar um Rio de Janeiro menos sisudo, aparentemente habitado por pessoas comuns, que faziam da cidade uma grande capital cheia de pequenas histórias divertidas. A coluna “Carteira de um Perú” era um exemplo disto. Diariamente publicada, entre a quinta e sétima página do jornal, era ambientada nas ruas mais conhecidas do centro. Essa era uma das características que a diferenciava esta coluna das outras. Apresentando um cenário bem diverso, a “Carteira de um Perú” publicava casos corriqueiros da vida de pessoas comuns. Segundo a historiadora Mary del Priore, a coluna não era escrita por jornalistas, assim como em todo o jornal, mas feita por leitores que contribuíam com as informações.¹⁰⁸

Em 7 de janeiro de 1903, podia ser lido que “Há grande interesse em saber o que foi fazer em S. Paulo o Perú Motta. Se alguém souber algo, favor enviar mais informações”.¹⁰⁹ Essa breve nota nos dá duas informações relevantes. A primeira delas é que a intenção da coluna não se restringia a relatar histórias cotidianas, mas também a de bisbilhotar a vida alheia criando uma atmosfera de curiosidade e intrigas.

A segunda informação refere-se ao termo “perú”. Além de remeter ao órgão sexual masculino num primeiro momento, ele referia-se aos homens galanteadores.¹¹⁰ Nesse sentido, é possível entender que a coluna tinha um objetivo muito bem definido. Ela contaria os casos e acasos que aconteceriam em torno deste universo da conquista, que acontecia, sobretudo à noite. Muitas vezes de forma escondida, mas não escapava ao olhar atento do articulista e de toda uma rede colaborativa. É por isso também que se pode imaginar que a coluna em questão também falaria sobre o mundo do meretrício, pois era nele que os “perús” costumavam se divertir.

108 PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

109 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nú*, 7 de janeiro de 1903.

110 Cf. PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca: Verbetes para um dicionário de gírias*. Rio de Janeiro: Briguet, 1946, pg.51.

No dia 17 de janeiro de 1903, Chico Bumba relatou o que sabia sobre a partida da senhora Conceição. Ele contou que a notável senhora tinha partido no último transatlântico com destino à Europa. As amigas estavam tão sentidas com a despedida que:

A Dores então chorou tanto que seu pranto alagou a rua do Nuncio. As casadas que enganam os maridos e as amantes os seus marchantes (vai mesmo em verso), não ficarão sem casa pra rendez vous. A antiga cliente, é hoje dona da casa da rua do Nuncio. Os barbados ficarão sempre abarbadados.¹¹¹

Este tipo de nota era importante por dois motivos. O primeiro deles porque informava aos clientes sobre a continuação das atividades na casa de “rendez vous” em questão. O segundo, porque também atraía a visita de novos frequentadores em busca de um local para encontros fortuitos. Assim, a coluna não funcionava somente para expor a identidade das pessoas que por estas casas passavam, mas também um anúncio de certa credibilidade.

Outra tipo de notícia que aparecia na coluna, era sobre certas relações misteriosas. O articulista nos conta sobre um telegrama enviado à Alice, moradora da rua Senador Dantas, número 7. O telegrama era um aviso e dizia “Aluguei casa para morarmos juntos. Espere-me hoje para reatarmos relações amorosas. Saudações. M”.¹¹² Tudo indica que Alice era uma dessas mulheres de “vida airada”, pois o telegrama chegou primeiro nas mãos de alguém a quem Chico Bumba chamou de “soldado a paisana”, que podemos supor ser a dona da casa ou uma de suas companheiras. Sabe-se que tanto a rua do Nuncio quanto a Senador Dantas, eram locais de prostituição, mapeados pela municipalidade e que o fato do nome do remetente estar omitido, é um possível indício de que essas “relações amorosas” eram proibidas. Esse tipo de informação revela que a coluna também era responsável por fazer intriga e aguçar a curiosidade sobre as relações e a identidade dos frequentadores do mundo das zonas. O nome das meretrizes ou das “frequentadoras” eram sempre expostos.

Apesar de toda essa mobilidade entre as ruas do centro da cidade e de notícias apimentadas sobre as casas de amores proibidos,

111 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nú*, 17 de janeiro de 1903.

112 *Ibidem*.

a campanha de moralização continuava ativa. A fiscalização municipal seguia proibindo o funcionamento de certas casas ao obrigar que as inquilinas se mudassem para outras ruas. Foi o que aconteceu com Barbada, em junho de 1903. Dona de uma casa de “educar meninas”, teve que se mudar. Segundo a “Carteira de um Perú”:

Barbada anda muito queixosa com a Intendencia. Tem razão a Barbada, porque a municipalidade não devia obriga-la a mudar-se. Tudo nesta terra é assim. Se ela não educasse meninas não passaria por esse vexame. O certo é que mudou-se com as bagagens e as meninas lá foram para a rua Joaquim Silva. Procurem, os que quiserem uma casa bonita, de esquina, sempre de janelas fechadas, com uma cancela de vidro, na dita rua, e podem entrar sem susto.¹¹³

Essa pequena nota reafirma a perspectiva de que a real intenção da autoridade municipal não era dar fim a esses lugares onde “os que quiserem podem entrar sem susto”, mas sim de controlar as ruas e os espaços considerados apropriados para abrigar tais casas. No mais, até mesmo a mudança imposta pela municipalidade, formava uma cartografia a revelia daquela já estabelecida pelas próprias mulheres.

Ao atender às ordens da municipalidade, as mulheres eram prejudicadas em suas atividades. O caso de Mm. Berthe é um desses. Conhecida professora de línguas e frequentemente mencionada na coluna “Carteira de um Perú”, Mme Berthe sempre esteve acompanhada das mulheres da zona e até já havia sido presa por uma querela envolvendo a administração de um cemitério¹¹⁴. Moradora da rua Senador Euzébio, foi obrigada a se mudar para a zona Maranguape e:

depois que se plantou ai nesse lugar, suas discípulas, que eram em número avultado, tem escassado de modo assustador. Nem os convites incessantes, nem as promessas continuas, nem mesmo a curiosidade de um novo processo prometido, tem atraído ao seu estabelecimento as discípulas desgarradas. E por isso empenha-se para voltar para o lugar de onde saiu.¹¹⁵

113 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nú*, 3 de junho de 1903.

114 *Ibidem*.

115 *Ibidem*. Ao que parece, em 1908, Mme Berthe havia conseguido se mudar. Na coluna “Echosinhos”, ela foi mencionada como sendo moradora de La Zone Chic e sua fantasia foi eleita uma das mais bonitas do carnaval daquele ano.

As mudanças impostas pelas autoridades municipais não afetavam somente a vida dos moradores, mas também a vida dessas próprias mulheres, que ao se verem obrigadas a mudar de suas casas enfrentavam diversos problemas e causavam outros tantos. Na rua do Nuncio, já conhecido local de prostituição, e agora a Maranguape, eram então apontadas por Bumba como lugares que, em 1903, ainda podiam ser encontradas casas como a da Conceição, Barbada e Mme Berthe, mesmo após o início das remoções em 1896. Essa informação nos ajuda a pensar que por mais que essas mulheres tenham saído de suas casas, em algum momento elas também possam ter voltado para os antigos endereços, o que mostra que as ordens de expulsão não tinham um efeito definitivo.

As ruas do meretrício continuariam basicamente a ser as mesmas de antes da campanha do delegado e, mesmo que não fossem, esses novos espaços encontrados continuariam a incomodar os vizinhos honestos, culminando em outras inúmeras queixas nos jornais. Não se nega aqui o resultado, mesmo que mínimo, das campanhas policiais. No entanto, é provável que somente algumas poucas mulheres pudessem ter de fato mudado de suas casas pela pressão policial, mas outras como Bellarmina, mudaram-se por conta de seus próprios problemas.

Em uma pequena nota na coluna “Carteira de um Perú”, foi noticiada a história de Bellarmina Baianinha. Brasileira, possivelmente negra, não podendo arcar com sua casa na rua Senador Dantas, teve que se mudar para a rua do Riachuelo¹¹⁶. Esse caso deixa ver que para além do esforço policial de mover as essas mulheres, elas mesmas eram forçadas a se mudarem por conta dos diversos acontecimentos pelos quais a cidade estava passando. As reformas urbanas promoveram uma especulação imobiliária, fazendo com que muitos populares não tivessem condições de arcar com suas despesas¹¹⁷. Esse, talvez, tenha sido o caso de Bellarmina que, alheia a sua vontade e também a da polícia, foi forçada a encontrar outro espaço de moradia e, possivelmente, de trabalho.

Esses detalhes, todavia, podem indicar que mesmo que houvesse uma força que comandava a circulação dessas mulheres, nada impedia

116 Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 14 de fevereiro de 1903.

117 KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

que elas mesmas agissem sob suas próprias regras. Bellarmina pode não ter conseguido arcar com as despesas de sua casa por conta de diversos fatores, mas o que aqui nos interessa é que a motivação para sair de onde estava estabelecida partiu dela mesma.

Assinada até meados de 1903 por Chico Bumba, sendo posteriormente substituído por Língua de Prata após uma nova reforma no jornal, a coluna promovia um conhecimento mais aproximado sobre o funcionamento das zonas de prostituição deixando ver que mesmo sendo um espaço considerado da desordem, esses locais possuíam regras de conduta.

Diante do modo como Chico Bumba relatava as histórias, pode-se supor que para saber delas tão de perto, além de contar com a ajuda de leitores assíduos e atentos, o articulista deveria ser um constante frequentador das ruas mal afamadas, pois não somente conhecia de forma muito íntima os personagens das notas, como muitas vezes emitia opinião própria sobre os pormenores das tramas que os envolviam. As frequentes e breves informações sobre os causos das zonas não eram somente fruto de informações anônimas, mas também consequência do olhar de quem conhecia os espaços e os sujeitos destas histórias.

Por muitas vezes, o nome de Chico Bumba apareceu na coluna que assinava, dentro da narrativa que expunha. Uma delas chama atenção porque diz:

a Rozinha, amante de certa influencia de Niterói, dizia outro dia em conversa que a casa de Chico Bumba é a única onde uma mulher séria pode ir, ao menos há ali quem denuncie as senhoras que lá vão. Como se engana a virtuosa senhora, foi por alguém de lá mesmo que soubemos que a senhora vai quase diariamente visita-los acompanhada de certo mocinho catita.¹¹⁸

Por aqui se tem uma ideia de que o articulista era também dono de uma casa de “divertimentos” frequentada possivelmente por prostitutas, que ele chama de “amante de certa influencia”. Não podemos, contudo, considerar que a hipótese levantada é verdadeira. Talvez Chico Bumba tivesse um homônimo ou talvez falasse sobre si mesmo na terceira pessoa como forma de fazer propaganda de seu próprio estabelecimento. E se assumirmos esta última suposição como

verdadeira, é possível entender a coluna “Carteira de um Perú” como também um espaço de promoção dos locais de entretenimento adulto.

Acontece que, verdade ou não, perseguir o rastro de Chico Bumba nos dá um panorama importante sobre o mundo da prostituição e seus personagens, bem como mostra como funcionava a dinâmica social daqueles que participavam ativamente deste meio. Em 1905, já sob a assinatura de Língua de Prata, a coluna noticiava que:

a espelunca do Chico Bumba tem tido atualmente mais concorrência, graças às mulheres casadas que lá vão. Uma das taes que o charuto impingiu como casada, ao que sabemos, é a conhecida Elisa, da zona Pedro Américo, que ele apresentou a um negociante, e este, certificou-se do contrário. Que grande malandrão e que refinado cáften é esse Chico.¹¹⁹

Aqui, o que parece é que Chico Bumba, nosso articulista ou seu possível homônimo, era muito conhecido pelas zonas e conseguia fazer bons negócios. Espelunca ou não, o famoso Perú tinha vontade de expandir seus negócios, montando um novo estabelecimento em sociedade com uma famosa meretriz de nome Suzana. O que tinha em mente o Bumba, era um conventilho no maior estilo parisiense e já circulava pelas ruas que o novo empreendimento seria um paraíso.

As especulações sobre a nova aposta de Chico Bumba viraram notícia na coluna “As delicias do furo: Grandes Cavações - Os prédios da avenida”. Nela constava que o estabelecimento havia sido encomendado da Europa e que seria “um externato para senhoras inocentes que tencionem tomar... lições de clarineta, ferrinho, zabumba, Zé Pereira e outras coisas que não vem ao caso” e acrescentava ainda que o proprietário era “um conhecido professor de línguas vivas, primo da sobrinha, da tia, da sogra, do irmão, do padrasto da mãe, da avó, da neta, do compadre, da sogra do criado do Chico Bumba.”¹²⁰

A forma como novo local foi anunciado, significavam que os negócios da prostituição estavam crescendo. A ambição do novo empreendimento deixa ver que bons lucros se auferiam com os divertimentos noturnos e que o jornal utilizava de recursos sarcásticos

119 Língua de Prata, Carteira de um Perú, *O Rio Nú*, 18 de março de 1905.

120 As delicias do furo: Grandes Cavações- os prédios da avenida, *O Rio Nú*, 17 de agosto de 1904

118 Chico Bumba, Carteira de um Peru, *O Rio Nu*, 14 de março de 1903.

para fala sobre prostituição. O título da coluna faz clara alusão ao ato sexual, mas também ao mais novo símbolo da cidade. A Avenida Central, fruto das reformas do então prefeito Pereira Passos, simbolizava um espaço novo, destinado a pessoas bem específicas, aquelas cujo poder aquisitivo as diferenciava dos outros sujeitos que, frequentemente, apareciam sendo mencionados na coluna “Carteira de um Perú”.

Ainda que parecesse ser uma grande notícia com múltiplos sentidos, não se sabe se o empreendimento foi mesmo construído e se teve o sucesso esperado. A intenção em ampliar seu negócio para o espaço modernizado da cidade sugere que ele estivesse tentando levar a prostituição para um outro patamar, atraindo sujeitos de outras classes sociais que, possivelmente, já circulavam pelas ruas do Senhor dos Passos, Sete de Setembro e outras. A ideia de Chico Bumba inauguraria também um novo território para a prostituição, evidenciando que a questão do discurso moral era somente um pano de fundo para legitimar as perseguições sobre as prostitutas, porque era conhecimento público que homens muito conhecidos estavam sendo noticiados por jornais sobre seus anseios de alastrar as casas de divertimento e, as mulheres, eram as únicas que sofriam as consequências das ordens policiais.

No esforço de proteger as famílias honestas do contato com essas mulheres, o que se viu na verdade foi uma tentativa de esconder estas mulheres, mas não de acabar com a prostituição, porque a zona de prostituição foi alargada a medida em que as autoridades policiais não conseguiriam dar conta do comércio que sustentava esse sistema e que se fortalecia tanto por ser enredo de colunas de jornais quanto porque nenhuma atitude era tomada em relação aos clientes e cafetões. Ao não conseguirem organizar de forma estruturada os espaços cabíveis para esta atividade, como era a proposta inicial, o que se viu foi que o meretrício encontrou brechas para existir para além dos lugares já estabelecidos antes das ações policiais.¹²¹

Dessa forma, o que fica posto é que por mais que houvesse um grande esforço do chefe de polícia em conter a prostituição, e o empenho dos queixosos em denunciar as ruas do meretrício, este território sobreviveria independentemente da vontade dos sujeitos que prezavam

121 Cf. MORAES, Evaristo de. *Ensaio de patologia social: vagabundagem; alcoolismo; prostituição; lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

pela ordem e pela moral. Assim, registrada de forma homogênea pela imprensa, o processo de territorialização da prostituição deixava implícito que todo o esforço empreendido nesta campanha era contra a prostituição como um todo, mas a historiografia marcou esses movimentos urbanos ao rastrear as mulheres brasileiras dentro desses micro territórios, tornando possível evidenciar os processos de racialização que foram silenciados pela predominância da linguagem de moralidade.¹²² Por isso, o próximo capítulo dedica-se a seguir as trajetórias de algumas delas ao longo do tempo.

122 Cf. SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006; CAULFIELD, Sueann. *O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, n. 9, pp. 43-63, julho, 2000.

4. Emilia e Augusta Mulata: as conexões do meretrício

Levando em consideração o processo de expansão do território do meretrício e tendo como base as experiências das mulheres negras colocadas na prostituição ainda no período imperial, cabe aqui repensar a imagem subalternizada construída sobre as prostitutas negras. Nesse sentido, percebendo as dificuldades e tensões relacionadas às questões da prostituição, bem como as constantes negociações forjadas entre essas mulheres e os atores sociais com as quais eram obrigadas a interagir, como os cidadãos preocupados com a moral da cidade e, principalmente, com a imprensa que teimava em difamá-las através de publicações sarcásticas, é importante olhar outro aspecto da experiência do meretrício: as redes de apoio e sustentação tecidas pelas prostitutas, buscando em seus próprios termos o direito de existir e resistir na cidade.

Observando através das fontes as táticas e estratégias adotadas por essas mulheres, o presente capítulo tem como objetivo perseguir os vestígios deixados por duas mulheres negras que possuíam casas de prostituição em ruas centrais da cidade, principalmente Augusta, para mostrar que, em meio a uma sociedade pautada no racismo e no patriarcado, duas mulheres negras e prostitutas se firmaram enquanto figuras importantes dentro do território em que, contemporaneamente existiram.

Frequentemente citadas de forma irônica em dois jornais de grande influência na cidade, ambas encontraram maneiras de primeiro conquistar o poder, que segundo Michelle Perrot, significa aquilo que vem para modificar a estrutura de dominação, através de determinadas estratégias de manipulação para garantir a própria sobrevivência. Para Perrot, “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes”¹²³, manifestados nas diversas possibilidades que encontraram para sair da posição de oprimidas e se firmarem enquanto protagonistas das próprias vidas, não somente na esfera privada do lar, mas também no espaço público, da rua. Assim, burlando o sistema social e racial, empecilhos quase intransponíveis, para depois exercê-lo de forma a romper com os estereótipos de gênero, classe e raça a que eram submetidas.

Ao serem donas de suas próprias garantiram não só moradia, mas também o respeito em meio a um período totalmente hostil à mulheres prostitutas, devido tanto às campanhas de ordenamento, quanto ao processo de embelezamento da mesma. As donas das casas de prostituição, apesar de também serem consideradas mulheres imorais, lidavam com as queixas dos homens ditos de família, mas ainda sim possuíam certas possibilidades em meio à sociedade e, por isso, é muito representativo duas mulheres negras neste posto.

Ambas eram identificadas nas folhas pelo sobrenome de “Mulata”, evidenciando não só o caráter racista com o qual tratavam estas mulheres, como também na caracterização da singularidade que essa origem negra conferia à prostitutas como elas. Através do acompanhamento de suas trajetórias, busca-se iluminar as dificuldades e possibilidades das experiências de mulheres como Augusta e Emília.

123 PERROT, Michelle. As mulheres, o poder e a história. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167.

Revelar as conexões e negociações feitas por elas e, possivelmente por tantas outras, mostra-se assim um meio de analisar o modo pelo qual elas conseguiram criar espaços próprios de atuação, mesmo mantendo-se à margem dos códigos disciplinadores e limitadores da mobilidade social.

As dificuldades de uma prostituta negra

Augusta de Campos,¹²⁴ vulgarmente apelidada de Augusta Mulata, foi uma prostituta negra e depois uma dona de casa de prostituição, cujos vestígios podem ser acompanhados desde 1885 até 1916 através de alguns jornais da cidade do Rio de Janeiro, como *Carbonario* e *O Rio Nu*. Sua trajetória foi marcada por diversos acontecimentos que nos ajudam a ter certa noção de como era a vida de uma prostituta negra dentro do ambiente do meretrício, revelando não somente as adversidades, como também alguns êxitos, num percurso que apresenta, ao que se pode notar, três momentos importantes de sua vida exposta nas colunas destes dois periódicos.

As dificuldades que Augusta enfrentou estão diretamente ligadas a sua cor e ao lugar social ocupado por ela. Frequentemente alvo de notas na imprensa, Augusta era ironizada não somente pela sua cor, mas também pela sua atividade de prostituta, que significava para ela inúmeros desafios de sobrevivência, principalmente em relação às suas companheiras de meretrício, clientes e o escárnio dos jornalistas. Noticiada em sua juventude como uma mulher dada a festas e vícios, sempre acompanhada de outras mulheres chamadas de vagabundas pelo articulista que expunha sua vida nas páginas do *Carbonário*¹²⁵, Augusta passou por alguns embaraços que evidenciavam que sua busca constante por sobrevivência.

Dadas às adversidades que a vida social impunha a uma mulher negra e pobre, Augusta foi noticiada em novembro de 1885 como

124 *Correio Paulistano*, 6 de março de 1906.

125 *Factos e Boatos, Carbonario*, 18 de setembro de 1885.

estando grávida. A publicação dizia assim: “Augusta Mulata acha-se no estado interessante, mas não sabe quem é o autor da brincadeira. Aviso aos conhecidos, para que não paguem os cueiros”.¹²⁶ A notícia sobre a suposta gravidez de nossa personagem mostra o tom de ironia e desprezo na forma como assunto foi tratado.

Ao utilizar o termo “brincadeira”, o colunista deslegitimou o estado de Augusta e, ao avisar para que não pagassem os cueiros, supondo que Augusta não sabia quem era o pai da criança, ele também reforçou a ideia de que mulheres como ela não deveriam ser levadas a sério, pois dada a incerteza da paternidade de seu filho, ela não seria uma mulher, aos olhos da sociedade do final do século XIX, digna de respeito e confiança, afinal, naquele período, às mulheres era reservado um papel destinado à reprodução e ao cuidado com a família. Nesse caso, Augusta por si só, já extrapolava essas regras em duas instâncias, primeiro por ser prostituta, segundo por engravidar sem antes casar.

No entanto, apesar desta circunstância, Augusta seguiu buscando formas de garantir sua sobrevivência baseando-se em estratégias necessárias para garantir suas necessidades básicas. Dois anos após a publicação sobre a suposta gravidez, que não foi mais mencionada, Augusta voltou a circular nas notícias da coluna “Factos e Boatos”, agora figurando um episódio onde interveio a seu favor. Em 28 de março de 1887 o jornal *Carbonario* expôs um acontecimento na vida de nossa personagem que nos ajuda a entender os desafios enfrentados por ela. Na coluna era possível ler o seguinte:

a Augusta mulata quinta feira a noite foi ao Lucinda agarrar um sujeito para pagar-lhe o fígado frito, e pôs-se no jardim a chorar: - Por tua causa, ingrato, eu não como há três dias, não bebo e não durmo! Assim nem o cavalo do inglês.¹²⁷

A vulnerabilidade em que se encontrava naquele momento fez com que Augusta tomasse medidas extremas. A nota oscila entre o interesse de Augusta em tirar dinheiro do homem e o aparente vínculo afetivo que suas próprias palavras sugerem. Dizendo-se maltratada, a exposição do ocorrido revela não somente a precária condição de vida daquela mulher, como também uma atitude desesperada em busca da

sobrevivência por mais um dia, ao menos. Ao que parece, Augusta teria ido naquela noite de quinta-feira atrás de um homem anônimo, com quem não se explicita o tipo de relação em jogo. O que se sabia, porém, era que o teatro Lucinda era um importante ponto de encontro e de sociabilidade masculina de certo nível.

Ao se lamentar no jardim pelo fato de que havia três dias que não dispunha de condições básicas para viver, Augusta nos mostra além de um cenário de extrema dificuldade, mas também que acessava esses espaços que pareciam ser destinados apenas a pessoas com certo status. Nesse episódio em específico, Augusta revela ainda que não aceitava o papel de vítima. Ela tomou para si, com os recursos que tinha, a responsabilidade de ir atrás de quem sabia poder ajudar naquele momento. Mais do que impor uma obrigação ao sujeito no bar do teatro Lucinda, Augusta se mostrou ativa em reivindicar o que parecia ser-lhe devido.

Mesmo que sua atitude possa ter gerado certo efeito, a notícia publicada pelo *Carbonario* reforçava, por outro lado, a ideia de que mulheres como ela estavam sempre protagonizando cenas como essa em público, fazendo perpetuar a crença na imoralidade inata dessas mulheres, bem como a noção de que elas precisavam ser controladas e retiradas dos espaços visíveis das ruas. Nesse caso, o serviço prestado pelo jornal representava mais um meio de divulgar episódios humilhantes para desmoralizar mulheres como Augusta.

Essa passagem de sua vida aponta os obstáculos existentes em seu caminho, mas também uma vontade de mudar a própria realidade. Foi o que fez em 24 de junho de 1887 quando não conseguiu mais arcar com as próprias despesas e tratou logo de encontrar um meio para se sustentar. Segundo notícia da “Factos e Boatos”, ela, “vendo que as coisas no Ristori não davam para as despesas, alugou-se como cozinheira da petite Pauline. Está em boas mãos”.¹²⁸ Ao atinar-se para a difícil vida que vinha tendo e os inúmeros empecilhos, ela atirou-se em mais uma oportunidade de trabalho, negando dessa forma um destino que parecia estar selado. Sendo cozinheira, ela teria mais chances de se livrar do estigma de mulher “vagabunda” e passaria a figurar no mundo do trabalho, dentro de uma profissão socialmente considerada digna e

¹²⁶ Factos e Boatos, *Carbonario*, 9 de novembro de 1885.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ Factos e Boatos, *Carbonario*, 24 de junho de 1887.

não precisaria mais passar pelos contratempos que a levaram a entrar no Lucinda naquela quinta-feira à noite.

Embora se apresente como uma mulher sagaz em relação ao destino que pretendia traçar, ela encarou também outros problemas. Segundo noticiado pelo *Carbonario*, Augusta foi passear em Botafogo com Carlota, Alexandre e alguns outros amigos. Chegando lá expulsa por Alexandre, que levou sua amiga Carlota para ser agredida por seis outros homens que a deixaram em mísero estado.¹²⁹ A notícia não diz mais do que isso. Não revela quem são os agressores e, muito menos, como elas conseguiram escapar desta violência.

Apesar de não ter sofrido diretamente agressão, ao que tudo indica, esse episódio revela a forma como os homens tratavam mulheres como Augusta e Carlota. A violência para com as mulheres prostitutas pode ser encarada aqui como um elemento constante em suas vidas, não somente a violência física, mas também a psicológica. Essa segunda, Augusta sofria de formas variadas, principalmente por parte da imprensa.

Descrita como sendo uma “messalina viciosa e baixa, condenada por ter viciado Helena quiluche, a Montanini, a Eliza Corista e muitas outras”.¹³⁰ Augusta parecia representar, tanto para os articulistas e conseqüentemente para o público leitor, um tipo de mulher que deveria ser evitado, tanto como companhia amorosa quanto como má influência para outras mulheres. Pintando Augusta dessa forma, o jornal a violentava no sentido de reduzir sua reputação a um baixo nível, denunciando não somente o desrespeito que tinha em relação a mulheres prostitutas, como também um racismo evidente, porque ao enquadrar Augusta como uma mulher viciosa, capaz de induzir outras mulheres ao vício, reafirmava as ideias de degeneração dos sujeitos negros, que tanto ganhou força na segunda metade do século XIX e que diziam que a mistura das raças “puras” era o que causava a degeneração do sujeito.¹³¹ Nesse caso, sendo Augusta uma dita mulata, ou seja, esse produto híbrido da mistura entre brancos e negros, ela estaria totalmente propensa ao vício da prostituição.

129 Factos e Boatos, *Carbonario*, 9 de março de 1888.

130 Perdões, *Carbonario*, 30 de março de 1888.

131 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Nesse sentido, Augusta tinha motivos de sobra tanto para forjar estratégias para burlar os estigmas impostos aos corpos negros, quanto para sucumbir às pressões sociais que eram muito pesadas de serem encaradas por qualquer pessoa. Mesmo que tenha encontrado maneiras de se manter, Augusta sentia na pele o que a sua cor significava no período em questão, tanto que em agosto de 1887, um ano antes da lei que viria a abolir a escravidão, a publicação do *Carbonario* dizia que: “o maior desejo de Augusta Mulata é ser branca”.¹³²

Essa alegação é extremamente representativa, pois explicita o quão racista era o jornal *Carbonario*. Ao fazer tal afirmação, a folha desqualificava e roubava a identidade de Augusta, porque devido ao período da publicação onde os debates sobre a abolição já ganhavam força e contornos de realidade, era a regra, dentro do pensamento social, que apenas aqueles cuja cor da pele não fosse branca, conseguiriam atingir certa autonomia e notoriedade no meio social. De forma irônica e violenta, o *Carbonario* mostrou que além de alinhado àquelas teorias desumanizantes, também seria cruel ao expor como entretenimento, a vida de Augusta naquelas páginas.

Até aqui, a trajetória de Augusta se constrói de forma a tentar romper com esse espaço onde o *Carbonario* insistia em encaixá-la. Ela e tantas outras em mesma condição acumularam diversas dificuldades impostas pela cor. No entanto, vê-se que ela não aceitava encará-las de forma passiva e, de algum modo, colocava-se em favor de si tentando encontrar um caminho que a fizesse sair de situações complicadas. Mas ela teria que continuar se propondo a desafiar o destino que impuseram aos corpos negros, principalmente às mulheres, a fim de senão romper, amenizar os efeitos da lógica racista que permeou todo o século XIX e adentrava no século XX ainda com muita força.

Solidariedade e estratégias

Já que as dificuldades eram a realidade concreta em sua vida, Augusta tratou de continuar a buscar estratégias para sobreviver na

132 *Carbonario*, 5 de agosto de 1887.

cidade. Uma das medidas que tomou, ao que parece, foi se mudar de casa. O que consta na notícia da coluna “Dizia-se por aí”, é que “A Augusta mulata foi novamente para o 56, onde está pondo em prática os seus hediondos vícios com as suas companheiras Carlota e a sifilítica Positivista”.¹³³ Novamente voltar para determinada casa, aparenta que Augusta movimentava-se com alguma frequência entre um endereço e outro.

Em novembro de 1888 ela havia se mudado mais uma vez e encontrava-se morando agora no número 77 da rua do Lavradio, por causa da “ordinária e safardaninha[sic] Chica Pinta”.¹³⁴ As mudanças de endereço, num primeiro momento, podem parecer vestígios irrelevantes na vida de Augusta, porque não é possível saber com certeza as suas motivações. O que se pode, no entanto, é levantar algumas hipóteses que nos ajudam a pensar qual poderia ser a intenção de nossa personagem ao mudar de casa.

Por motivos diversos e desconhecidos, mudar-se pode ser entendido como uma simples estratégia de burlar determinados obstáculos que se apresentavam no meio de seu percurso. Os vestígios sobre Augusta Mulata mostram como ela vinha projetando sua vida de maneira a não aceitar as dificuldades impostas. No entanto, podemos pensar também, que mudar de casa seria uma forma de criar novos laços de amizade e, com isso, aumentar a sua rede de solidariedade, o que, para uma mulher negra, pobre e prostituta, significava também uma estratégia de sobrevivência. Além disso, não se pode esquecer que a vida de Augusta de desenrolava concomitantemente às campanhas moralizadoras contra a prostituição e, por si só, isso já seria motivo suficiente para que ela tivesse que passar por diversos endereços. Ainda há a possibilidade de que suas mudanças sejam por problemas pontuais como desentendimentos com as outras inquilinas ou com a própria dona da casa, pois, ao que parece, Augusta era apenas uma inquilina ou ainda por questões meramente financeiras.

A verdadeira motivação para suas mudanças serem noticiadas pelo *Carbonario* não sabemos, mas elas são importantes para compreendermos a localização da prostituição não como um lugar

fixo, mas que se modificava uma vez que as próprias prostitutas iam encontrando novos lugares para se estabelecerem e que ao se juntarem, seja nas ruas, seja nas casas, essas mulheres construía laços de amizade não só por questões de afinidade, mas muito mais pela condição de prostitutas. As redes de sociabilidades são fundamentais por dão uma sensação de pertencimento dentro território em disputa com as forças policiais e com os outros sujeitos da cidade. Além disso, as redes de sociabilidade se transformavam, muitas vezes, em uma rede de solidariedade, o que possibilitava a Augusta manter seus esforços para burlar o destino ligado à sua cor e posição social, agora amparada ou, pelo menos, pertencente a um conjunto de mulheres em semelhante condição.

Apesar de ótima estrategista, Augusta enfrentou diversos obstáculos no meio da prostituição e na consolidação dessa rede. As relações construídas nem sempre foram harmoniosas e duradouras. Por mais que a companhia de outras mulheres fosse importante para firmar laços esses laços de solidariedade, algumas querelas apontavam para um ambiente por vezes hostil e até mesmo competitivo. Longe de apontar Augusta como uma mulher isenta dentro do jogo das relações amistosas, bem se entende que ela soube muito bem lidar com as questões que apareceram em seu caminho. Em 9 de janeiro de 1888, a “Factos e Boatos” noticiou que:

três relaxadas, a Placida falbu, a Justina das Chagas e a Augusta mulata. Placida e Justina fizeram amizade. Vivem juntas, andam juntas, etc. Há dias, a Augusta foi à casa da Placida, e como mais antiga, fez ciúmes, teve ataque, pôs tudo em alarma. Foi um desaforo completo. Nojento! Horrroso!¹³⁵

A forma como o jornal colocou a situação, nos induz a pensar que Augusta era o tipo de pessoa que não aceitava ficar de fora das relações e, por isso, ia tirar satisfação com aquelas que a excluía. Ao chamar as três mulheres de relaxadas e apontar o episódio como nojento e horrroso, o articulista coloca um peso maior do que de fato ele parece ter tido. A impressão que dá é que esses julgamentos vão de encontro com as questões morais ainda tão em voga naquele período, que consideravam inconcebível a ideia de mulheres discutirem e discordarem de forma pública e exaltada.

¹³³ Dizia-se por aí, *Carbonario*, 7 de março de 1888.

¹³⁴ Factos e Boatos, *Carbonario*, 7 de novembro de 1888.

¹³⁵ Factos e Boatos, *Carbonario*, 9 de janeiro de 1888.

De forma dura e preconceituosa Augusta e as mulheres de sua companhia foram expostas de maneira que reforçavam a tese de que eram descontroladas e desprovidas de senso moral. Tomada por paixões e escândalos, Augusta Mulata foi retratada aqui como sendo um problema, não só para a sociedade por conta de sua atividade, como também para o próprio meio em que vivia. Contudo, em outra publicação, ela é mostrada como sendo uma mulher muito preocupada com suas companheiras, visto que diante do fato da falta de notícias sobre Helena Quilonche, que desapareceu após ter se metido na casa de jogo da Martha, ela se mostrava muito sofrida por conta do sumiço de sua amiga.¹³⁶

O jornal ia assim construindo imagens controversas sobre Augusta. Se por um lado a apresentavam como aquela que não admitia ser deixada de lado por suas amigas, por outro a mostravam frágil e sensível a outras pessoas. A aflição por conta da falta de notícias da amiga revela que Augusta tinha muito apreço por algumas companheiras e que os episódios ocorridos com Plácida e Justina podiam ser uma exceção ou também uma projeção da visão do articulista sobre o ocorrido.

Porém, mesmo sendo mostrada como um alguém sensível às questões fraternais, o jornal continuava a rebaixar Augusta ao estado de mulher viciada e viciosa. De acordo com a “Factos e Boatos”, ela havia firmado uma amizade inseparável com a Carlota e por isso, o jornal caracterizou Augusta como sendo “pervertida, perverte outras mulheres que a ela se chegam, e as relaxa a ponto de ficarem insuportáveis”.¹³⁷ Em publicação do dia 21 de março de 1888, a coluna “Factos e Boatos” novamente alfinetou Augusta e Carlota ao dizer que “Augusta Mulata foi segunda-feira mostrar-se na rua do Ouvidor com a Carlota Poia. Já anda muito por baixo, mas assim mesmo até a Augusta ainda especula com ela. Deixa disso, a Carlota não dá para nada”.¹³⁸

Ao colocar Augusta como sendo uma mulher “pervertida e que perverte outras mulheres”, a folha abre brecha para pensarmos em pelo menos duas coisas. Uma delas é que ela levava as mulheres para o caminho da prostituição e, a outra é que mantinha relações afetivas

e sexuais com elas. O sentido de perversão tem uma conotação muito sexual que, nesse contexto, pode estar diretamente ligado tanto ao meretrício e as relações sexuais com os homens que frequentavam estes espaços ou sobre as relações sexuais entre as mesmas. “A Carlota não dá para nada” também pode ser um indicativo malicioso: ou Carlota, para o articulista, não era atraente o suficiente para o mundo do meretrício ou para a própria Augusta. Embora nos permitam ter certa noção sobre o ambiente do meretrício, as pequenas notas cheias de ofensas e suposições que servem para expor essas mulheres numa tentativa de humilha-las, revelavam muito mais o caráter preconceituoso e moralista do articulista, do que a imagem e a conduta das próprias mulheres.

Ao passear pela rua do Ouvidor com Carlota fica evidente a relação firme entre as duas, diferente do que havia ocorrido com Plácida e Justina tempos antes e também que com este passeio, Augusta rompia, mesmo que momentaneamente, com a territorialização que dividia os sujeitos da cidade entre ricos e pobres, pois a rua em questão não era local qualquer, mas sim um espaço de sociabilidades da nova elite da capital federal, símbolo da modernidade e, por isso, protagonista de algumas relevantes produções literárias do período¹³⁹. Marcar que Augusta estava “mostrando-se na rua do Ouvidor” revela certo desdém do articulista, porque aquele espaço era bastante hostil à presença de mulheres como ela. Ainda assim lá estava Augusta circulando no mesmo lugar dos importantes cafés em que os homens e mulheres notáveis da sociedade frequentavam.

Mas em 20 de julho daquele ano nossa personagem gerou certa dúvida ao *Carbonario*. Augusta Mulata teria dado “rico presente de um anel com pedra de brilhante à sua querida Cecilia. Onde diabo teria a Augusta ido buscar dinheiro para tais grandezas?”. Dita como viciosa e viciante, pervertida, relaxada e vagabunda, todos os adjetivos dados a ela pelo jornal não foram suficientes para que escondessem uma Augusta ambiciosa e muito generosa.

O dinheiro, possivelmente, veio através de seu trabalho, seja como prostituta, seja como cozinheira ou ambos. O que interessa aqui, em todo caso, foi o fim que Augusta deu ao presente: “deu a sua querida

136 Factos e Boatos, *Carbonario*, 16 de março de 1888.

137 *Idem*, 19 de março de 1888.

138 *Idem*, 21 de março de 1888.

139 PEREIRA, Milena da Silveira. Palco das letras: um passeio pela Rua do Ouvidor do século XIX. *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

Cecilia”, o que mostra que por mais que tentassem pintá-la como uma mulher descontrolada e sem critérios, Augusta era uma pessoa que agradava aquelas que formavam sua rede.

Além disso, ela também assumia responsabilidades que não eram suas, provando mais uma vez sua estima para com as companheiras. Em 12 de novembro de 1888, a “Factos e Boatos” expôs que “Augusta Mulata está pagando atualmente uma conta de um mascate, a qual ficou a sua amada fugida Chica Pinta devendo aquele.” Essa atitude indica que Augusta era uma mulher a quem se podia recorrer em momentos de dificuldades. Talvez essa sua bondade em relação às outras mulheres do meretrício, seja também uma forma de garantir sua própria sobrevivência, firmando uma laços de lealdade entre elas.¹⁴⁰

Talvez por se revelar uma pessoa generosa, mas também de gênio forte, Augusta tenha acumulado inimizades. De acordo com a “Factos e Boatos” em 27 de julho de 1888:

Uma miserável vingança acaba de vitimar a Augusta Mulata, que foi quarta-feira queimada ao rosto com ácido fênico depositado em uma toalha. Supõe-se que fosse autora disso a fálua Placida, que nas vésperas brigara com a ofendida, prometendo-lhe queimar-lhe a cara. Quarta-feira de manhã, foi a casa da ofendida uma célebre Elvira pé-pé, que nunca a visitou e é amiga íntima da Placida. Pouco depois, ao despedir-se aquela, foi Augusta lavar o rosto, e mal chegou a toalha a pele, sentiu o terrível ardor de horrorosa queimadura. Chamado o médico, verificou-se que tinha sido produzida por ácido fênico, que a toalha continha. Tal covardia só mesmo partida de uma Placida! Que miséria!

Descrita como vingança, a ação de Placida, em conjunto com Elvira Pé-pé tinha o objetivo de causar sérias consequências em Augusta. O articulista lembra que motivo desta revolta pode ter sido uma resposta ao episódio de ciúmes protagonizado por Augusta em janeiro daquele mesmo ano. Sendo essa a real motivação, fica evidente que Placida não tinha dado como encerrado aquele acontecimento e que Elvira Pé-pé também tinha problemas com Augusta, afinal, foi ela quem executou a ação. A utilização do ácido foi um atentado violento à Augusta e passava um recado: a dor e a possível marca em sua pele seriam um lembrete para que ficasse longe de Plácida. Esse episódio mostra de forma clara que por mais que as redes de amizade parecessem ser um caminho

seguro, que garantia a sobrevivência delas frente à sociedade que não as reconhecia enquanto sujeitos dignos daquele espaço, suas próprias relações abrigavam problemas tão grandes quanto aqueles impostos pela cidade onde viviam.

O atentado cometido contra Augusta Mulata reafirma que havia muitas disputas entre elas por motivos que não são claros aqui, mas que iluminam um ambiente onde as diferenças existiam e eram tratadas de formas, por vezes, fatais. Isso nos mostra que mesmo que essas mulheres enfrentassem situações muito parecidas, por lidarem com a repressão policial e a perseguição dos sujeitos da cidade, ainda assim o meretrício era também um espaço hostil, que deixa ver que a violência era uma característica muito presente no cotidiano dessas mulheres que concorriam por território, por amizades, por clientes ou por qualquer outro elemento que fosse importante para sua própria sobrevivência. A utilização do ácido, nesse caso, aponta para uma realidade onde o que ficava claro era a importância e a intensidade dos vínculos firmados entre elas. Por isso a incompreensão do articulista em relação aos laços controversamente firmados.

Placida e Elvira Pé-pé, conhecidas de Augusta, nos mostram que essa rede de companheirismo dentro do meretrício era muito forte. Tanto os laços de ajuda mútua, quanto à rivalidade e os desentendimentos, eram a realidade daquele microcosmo e é muito provável que outros episódios semelhantes a este possam ter ocorrido mais vezes ao longo da vida de Augusta e suas contemporâneas.

Apesar de mobilizar aqui o termo rede de sociabilidade e analisar as atitudes de Augusta em relação ao episódio de ciúmes com Plácida, que desencadeou na queimadura com o ácido, e do caro presente dado à Cecília, e a sua relação com Carlota através de questões de disputa e amizade, são agora indícios muito fortes de que estamos diante de relações afetivas e sexuais e não somente de solidariedade. Digo isso porque em 19 de dezembro de 1888, após tempos sem se ver, chegou sua amiga Rozita Bellengradi e segundo a coluna “Factos e Boatos”, a “Augusta Mulata está que não se pode lamber de contente porque chegou a sua querida apaixonada de 69”.¹⁴¹

140 Factos e Boatos, *Carbonario*, 12 de novembro de 1888.

141 Factos e Boatos, *Carbonario*, 19 de dezembro de 1888.

Ora, ao utilizar os termos “apaixonada” e fazer questão de pontuar o número 69, numa clara referência à posição sexual, o articulista queria mostrar, ou pelo menos sugerir, que Augusta e Rozita eram muito mais do que simples amigas, mas também aquela com quem Augusta se entregava aos prazeres do sexo. É talvez por essa chave de leitura possa entender episódio de ciúmes protagonizado por ela ao ver Plácida e Justina juntas e o porquê de ter dado um anel para Cecília. Esses indícios não podem ser confirmados, mas ao observá-los, podemos ver que a sexualidade das prostitutas não estava condicionada somente à heteronormatividade.

Um ano após a notícia de Augusta e Carlota na rua do Ouvidor, as coisas pareciam ter desandado entre Augusta e Carlota. Em 4 de fevereiro de 1889, a “Factos e Boatos” publicou que “dissolverão a sociedade que tinham nos *negócios* uma da outra, mudando-se a Poia. A mudança foi feita pelo conhecido bábá; foi a mais econômica possível, pois consistiu numa trouxa e numa caixa de chapéu”.¹⁴² É possível presumir que o negócio se refira a algo relacionado ao meretrício. Fato era que dividiam uma casa e, talvez também os lucros que recebiam com esta atividade.

Apesar de não termos como saber qual era o tipo de negócio e nem o motivo da dissolução da tal sociedade, o articulista novamente revela um tom malicioso entre elas, pois ao relatar o acontecimento, ele enfatiza a palavra “negócio” ao escrevê-la em itálico. Este pode ser um recuso que funcionava para suavizar o real significado das coisas. Fato é que o articulista publicava as notícias e deixava a interpretação com o público leitor e nós, assim como eles, podemos pensar que estes “negócios” ou eram parte das estratégias de Augusta de mudar a própria realidade e ascender financeiramente ou que se referem realmente às questões afetivo-sexuais entre as duas.

Em 11 de fevereiro, temos outro indício que nos levam a seguir pensando que estas relações eram muito mais afetivas do que de amizade. De acordo com a “Factos e Boatos”, “A união de Augusta Mulata com a Sophia Campos deu o resultado que se esperava. Estão ambas muito doentes, consequência dos passeios que faziam diariamente à roça.

É que constiparam-se com o calor das matas”.¹⁴³ A palavra união e o duplo sentido gerado com a expressão “com o calor das matas”, fazendo referência a seus órgãos genitais, mostram que Augusta e Sophia mantinham relações sexuais.

Nesse sentido, podemos pensar que todos os episódios trazidos pela coluna do *Carbonario* revelam que Augusta Mulata não era somente uma prostituta, mas uma mulher que acumulava paixões e que suas relações, nem sempre duradouras, provocavam reações diversas tanto no olhar do articulista, que teimava em rebaixar sua reputação aos temos do “vício” e da “perversão”, mas também das próprias mulheres com quem se relacionava, visto o episódio de Plácida. Mas uma coisa que podemos afirmar é que o relacionamento sexual e afetivo entre as mulheres do meretrício – se assumirmos que todas elas são prostitutas – parecia ser muito comum, devido a forma como encaravam essas relações, dentro de um período, moralista, racista e pautado na figura do homem enquanto detentor o do prazer. Essas relações expostas pelo *Carbonario* se por um lado geravam entretenimento ao público leitor, por outro reforçava os estereótipos de imoralidade e subversão.

Mesmo que não seja possível enquadrá-las numa condição de lésbicas e nem mesmo considerar que todas as meretrizes se permitiam estar em relações com outras mulheres, é necessário e importante apontar e iluminar esse outro lado do meretrício, que também expõe não somente uma busca pela sobrevivência através dos laços forjados, que não se dissolvem com as relações afetivas, mas também uma busca pelo próprio prazer em relação a elas mesmas e não somente aos seus clientes, como é comum se observar nas histórias sobre prostituição mostradas pela historiografia sobre o tema.

Apresentada de formas diversas pela coluna do jornal *Carbonario*, Augusta se revela como uma mulher confiante em suas estratégias de firmar laços sejam eles de amizade ou afetivos, visando garantir sua própria autonomia em meio ao espaço que vivia. Suas relações nos mostram que Augusta deu passos significativos em relação a sua história começou a ser apresentada pelo jornal. Ao assumir a dívida de uma de suas companheiras, Augusta se diferenciava daquela mulher que lá em 1887 precisou agarrar um sujeito para pagar-lhe um frango frito.

¹⁴² Factos e Boatos, *Carbonario*, 4 de fevereiro de 1889.

¹⁴³ Factos e Boatos, *Carbonario*, 11 de fevereiro de 1889.

De certa forma, todo esse caminho percorrido, seja o trabalho de cozinheira, os ciúmes, o atentado de Plácida e a relação com Carlota, ajudou Augusta a se fortalecer dentro da dinâmica do meretrício, mesmo com todos os empecilhos que enfrentou. Assim, ela tinha mais possibilidades de sobreviver ao destino que era quase certo a pessoas como ela. Ao firmar sua base, Augusta pôde dar outros passos em direção a uma vida melhor, uma vez que longe do papel de vítima, construía de forma autônoma seu próprio caminho. Dessa forma, ia ela por entre os laços construídos com suas companheiras e os bailes da sociedade carnavalesca dos Progressistas,¹⁴⁴ garantir outras formas de melhorar sua vida.

Um enredo de sucesso

A década de 1900 foi muito importante para Augusta Mulata. Nesse período nossa personagem conseguiu, de certa maneira, consolidar sua vida ao garantir seu sustento ainda através do meretrício, mas agora como dona de pensão e não mais como uma simples inquilina que mudava-se de casa constantemente.

Apelidado de forma pejorativa de Augustual Colégio, o estabelecimento de Augusta localizava-se na rua Senador Dantas, número 27, onde foi palco de inúmeros acontecimentos noticiados pelo jornal *O Rio Nu*, que assim como o *Carbonario*, não se limitava em fazer piadas e desmoralizar Augusta, reafirmando sua condição de prostituta “viciosa e pervertida”.

Acontece que mesmo que existisse uma tendência na imprensa em desprestigiar Augusta, ela vinha se destacando dentro do espaço do meretrício e conquistando certa visibilidade por ali. Talvez por isso, mais uma vez como forma de desmerecê-la, em janeiro de 1899, quando seu nome apareceu citado como participante de um concurso promovido pel’*O Rio Nu* chamado “Mote a Concurso”, Augusta Mulata era a única mulher, naquele momento do concurso, publicando um verso bem sugestivo. O mote que deveria ser respondido era “Um trepava, outro

trepava. Embaixo a mola rangia.” Augusta competiu com um verso que mais parecia ser o relato de sua vida cotidiana nas zonas:.

A Ritinha passeava
E quando iam os dois no carro,
Um trepava, outro trepava
E o primo assim lhe falava:
“ Não digas nada à titia...
- Não...que não, ela dizia.
E enquanto ele ia a beijando,
Ia a moça suspirando...
E a mola embaixo rangia.

O tom malicioso parecia ser o reflexo daquilo que via, ouvia e vivia em sua casa de pensão, frequentada por diversos sujeitos que por ali passavam ou permaneciam. Contudo, apesar de seu nome ter sido citado no concurso revelar que Augusta tinha alcançado certa notoriedade, talvez seja importante duvidar da veracidade desta informação, o texto é construído como se a mulher estivesse em uma posição de submissão, suspirando com ar de lamentação, como se prestasse mais atenção no ranger da mola do que, necessariamente, no ato sexual em si. Segundo porque é bem pouco provável que Augusta soubesse ler e escrever, dado sua trajetória até aqui, marcada por dificuldades impostas principalmente por sua cor, em um momento onde era difícil encontrar pessoas negras letradas. Ainda que fosse possível, esses sujeitos eram a exceção.

Levando em consideração sua condição de mulher negra, que nos permite pensar que ela poderia ter sido escravizada em algum momento de sua vida, mas aparentemente livre já na década de 1880, é bem provável que a resposta atribuída a Augusta, mais uma vez, seja fruto do desprezo e desmerecimento que os letrados dispensavam a mulheres como ela. Por outro lado, ainda que fosse somente mais uma brincadeira sem graça de alguém que desconsiderava Augusta, ter seu nome citado revela que já àquela altura, ela era bem conhecida em meio ao meretrício, talvez justamente porque agora ela era uma dona de pensão, havia subido alguns degraus no status do meretrício.

Aparentemente, mesmo que o concurso possa ser apenas mais uma implicância dos jornais para com Augusta, ela estava fazendo sucesso

¹⁴⁴ Factos e Boatos, *Carbonario*, 29 de janeiro de 1890.

com sua casa de pensão. Tanto que em 1903 dois casos importantes aconteceram em sua casa, revelando que, naquele momento, sua vida financeira não era mais um grande problema. O primeiro acontecimento ocorreu em 12 de agosto de 1903. Ao deixar seu quarto aberto e se dirigir a outro cômodo, Ernesto de tal, que era funcionário da casa de Augusta, invadiu seu aposento e furtou vinte e cinco mil réis em joias que ficavam em um cofre, pertencentes à bailarina Therezina Betti, uma das inquilinas da casa. Além disso, havia também no cofre mil e seiscentos réis, em dinheiro, de Augusta e 800 francos de Therezina.

Este crime, devido ao alto valor furtado, não foi facilmente solucionado e rendeu algumas publicações nos principais jornais da capital federal e também nos de São Paulo. Somente em março de 1904 chegou ao fim a investigação e a conclusão do caso. Ernesto, após o bem sucedido furto do cofre da casa da patroa, fugiu para São Paulo, a fim de se esconder da polícia. Lá encontrou abrigo seguro e por um bom tempo ficou escondido. Enquanto estava em São Paulo tratou de vender as joias roubadas em várias casas de penhor. Em 12 de março de 1904, o jornal *Correio Paulistano* noticiou a prisão do ladrão, que na verdade se chamava Terai Ludovico,¹⁴⁵ natural de Calabria e já havia cometido alguns outros crimes. Para dar fim definitivo ao caso, o delegado Edgard Pahl saiu do Rio de Janeiro em direção à São Paulo, indo também em busca das joias roubadas em diversas casas de penhor da cidade.¹⁴⁶

Esse primeiro acontecimento não mostra somente que sua casa tinha dado certo a ponto de ter até um funcionário, mas também que era lugar onde até mesmo bailarinas estrangeiras se hospedavam, o que naquela altura conferia certo status para sua pensão. É possível dizer que Augusta tinha sido exitosa em suas estratégias de sobrevivência, visto que as altas somas de dinheiro roubadas de seu cofre indicam que Augusta tinha, através do meretrício, conseguido mudar sua realidade a ponto de acumular recursos. Em 1903 Augusta, apesar das zombarias da imprensa e do cerceamento policial que começava a ser ainda mais violento e coercitivo, se firmou em uma importante rua da cidade e se estabelecendo como uma figura de relativo destaque na dinâmica do meretrício.

Em 7 de setembro do mesmo ano, outro roubo aconteceu em seu estabelecimento. É possível supor que este segundo tenha acontecido justamente por conta da notoriedade de sua casa, pois se no primeiro roubo tais somas em dinheiro foram encontradas, o crime, ali, compensava. Dessa vez, por volta das sete e meia da noite, quando Augusta e suas inquilinas estavam juntas jantando, a criada Maria Guilhermina das Dores subiu até o segundo andar, onde do alto da escada avistou um homem que saía do quarto da moradora Celina.

O homem empurrou Maria Guilhermina e saiu como um furacão, levando, segundo a inquilina, cerca de setenta mil réis em joias. Tanto as mulheres da pensão, que gritavam, quanto os vizinhos que tentavam ajudar, não foram capazes de deter o ladrão. O delegado da 7ª circunscrição, Vieira Braga e os inspetores “por mais que procurassem nada encontraram, nem mesmo um cartão de visita do brutal ladrão”.¹⁴⁷

Os dois episódios ocorridos na casa de Augusta, onde também duas de suas inquilinas foram roubadas, uma delas certamente estrangeira, mostram que a casa de pensão de uma mulher negra, que em fins da década passada estava implorando pelo frango frito no jardim do teatro Lucinda, era um local muito visado, pois estava sendo ocupado por moradoras que possuíam altas somas em joias e dinheiro e onde a própria dona obtinha um elevado lucro com o lugar e sua atividade. Faz-se importante frisar, todavia, que muitas bailarinas e atrizes também eram prostitutas e que, por isso, moravam em casa de Augusta. Não era um mero acaso.

Em 22 de março de 1905, Augusta era chamada pela coluna “Carteira de um Perú” como sendo uma “corretora de meninas” e que já não mais se contentava só com isso, era também uma corretora de “meninos”.¹⁴⁸ Apesar do tom pejorativo desta nota, parecia que a carreira de Augusta na prostituição estava dando certo a ponto de em junho do mesmo ano, a mesma coluna noticiar que ela estava pretendendo, juntamente com outros companheiros, construir outro empreendimento. Segundo notícia, estava sendo planejado por Augusta Mulata, o conhecido Chico Bumba e Alice Cavalão de Pau a construção

145 *Correio Paulistano*, 12 de março de 1904.

146 *Correio da Manhã*, 18 de março de 1904.

147 *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1904.

148 *Lingua de Prata*, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 22 de março de 1905.

de um novo local de diversões. Esse local seria “um internato e um externado semelhantes aos melhores de Paris e Buenos Aires”.¹⁴⁹

Essas duas notícias em conjunto, devido a notoriedade da casa de Augusta, podem ser entendidas em um tom racista e desmoralizador. Ao comparar o novo empreendimento com aqueles de Paris e Buenos Aires – e é preciso que se entenda que o Rio Nu se utiliza das ironias de forma sutil - significava que, aos olhos do jornal, o estabelecimento que seria erguido ali, na verdade, não chegaria aos pés daqueles que existiam nas cidades mencionadas. O jornal era famoso por estar de acordo com o pensamento racial do período e, nesse sentido, não foi em tom de comemoração que anunciou o novo negócio, mas através do sarcasmo com que sempre se utilizou para desmerecer e desmoralizar Augusta e o meretrício.

No entanto, se pelo menos a intenção de fundar um novo espaço era verdadeira, isso significa que os anseios de Augusta tinham atingido um outro patamar. A astúcia de Augusta para ampliar seus negócios revela sua ambição, e ao ver que as estratégias que forjou culminaram em reconhecimento e, principalmente, em lucro, mostram que, até ali, tinha tudo dado certo. O seu sucesso é, em grande parte, fruto do enfrentamento dos obstáculos do tortuoso caminho trilhado por essa mulher.

A expansão de seu negócio, bem como a formação de uma rede de solidariedade, foi resultado de todos os limites impostos ultrapassados por ela. Contudo, por mais que essas barreiras estivessem sempre postas no caminho de mulheres negras, seu caso não foi único. Nesse sentido, percebe-se que, ao contrário do que afirma uma historiografia que atribuía principalmente às prostitutas estrangeiras a possibilidade de sucesso, vivendo em bons lugares e sendo visitadas por homens da alta sociedade, mulheres afrodescendentes como Augusta também podiam alcançar esse lugar construindo seu próprio caminho de ascensão social.¹⁵⁰

Esse também foi o caso da chamada Emília Mulata. Contemporânea à experiência de Augusta, Emília também teve sua vida

exposta nas colunas do jornal *Carbonario*. Ainda que ambas tenham vivido de formas diferentes, alguns traços na trajetória de Emília se assemelham ao que foi vivido por Augusta. Pelo menos é o que deixa ver o jornal *Carbonario* e também *O Rio Nu*. Decadente nos anos de 1887, a vida de Emília parecia estar passando por diversos problemas. Mas ao contrário de Augusta, que por essa época estava invadindo o Lucinda para que pagassem a ela algo para comer, Emília já possuía, ao que parece, uma casa. Porém, de acordo com notícia do *Carbonario*, enfrentava dificuldades para manter o lugar.

Segundo o jornal, “Emília Mulata que, com a falta de freguesia, aluga quartos por hora em sua casa da rua da Lapa! Já não é grave...é gravíssimo!”.¹⁵¹ A situação era difícil. Sua casa estava localizada numa zona bem importante da cidade, mas que pelos registros tanto da historiografia quanto dos próprios jornais, mostram que naquele espaço eram as mulheres estrangeiras que faziam sucesso com suas casas. É bem possível que este seja o motivo da decadência da casa de Emília e a dificuldade em encontrar inquilinas para ocupar os quartos. No entanto, é importante ressaltar por mais que Emília e Augusta tenham o marcador de cor como empecilho, por entre as brechas do sistema moral e social, conseguiam se manter através do meretrício.

Embora se diferenciasssem nisso, Emília também era alvo de xingamentos pelos jornais. Em 29 de julho de 1887 foi chamada de vagabunda, juntamente com suas amigas Montanine e Lucia Nariguda, pois entraram no Paschoal acompanhadas do Paio Carueiro.¹⁵² Pareciam não frequentar o mesmo grupo, ainda que algumas mulheres noticiadas com Augusta como a Positivista, estivesse no mesmo grupo que Emília. Interessante é notar que Elvira Pé-pé, aquela que colocou ácido fênico na toalha de rosto da casa de Augusta, foi mencionada junto com Emília, o que pode significar que ambas faziam parte de grupos de amizade distintos e até mesmo rivais, como se observa pelo ocorrido entre Elvira, Plácida e Augusta.

Além disso, tanto Emília como Augusta, aparentavam ser mulheres de sucesso em sua atividade, já que quando foi assaltada em um passeio na Tijuca, Emília teve a quantia de 300.000 réis roubados

149 Língua de Prata, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 10 de junho de 1905.

150 SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas*: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 56.

151 Factos e Boatos, *Carbonario*, 6 de junho de 1887.

152 Dizia-se por aí, *Carbonario*, 29 de julho de 1887.

de sua carteira.¹⁵³ Devido ao alto valor levado, o jornal contou que “houve quem dissesse: e de onde foi a Emília buscar 30.000 réis para ser escamoteada?”¹⁵⁴ A visão que se tinha era de que mulheres como Augusta e Emília não podiam ter altos rendimentos. Por outro lado, o mesmo pensamento deixa ver que ambas as “mulatas” conseguiram, por entre as brechas sociais, levantar boas quantias em dinheiro, através da prostituição, garantindo a elas não somente uma sobrevivência digna, como também possibilidades de mobilidade social, além também de evidenciar que embora essa profissão fosse perseguida e tida como imoral, ela era muito procurada e rentável, mesmo para mulheres negras, muito preteridas na sociedade pelo passado escravista.

Emília, ainda que já na década de 1880 estivesse em uma posição um pouco menos difícil que Augusta, em 1900 começa a enfrentar dificuldades em relação à moradia. Mais precisamente em 1903, a coluna “Carteira de um Perú” mostrava que Emília tinha alcançado um novo patamar. Reconhecida como uma mulher disputada por entre as casas de prostituição, a coluna noticiava que:

a alva bailarina Emília Mulata tem se visto em apuros para escolher aposentos onde se alojar, pois todas as proprietárias de casas de pensão, disputam a honra de tê-la como hóspede. A exímia artista ultimamente, além dos bailados de *art nouveau*, cultivava um novo gênero de trabalho – equilíbrio em argolas. A Berta do 13, encantada com a perfeição dos trabalhos da genial artista, faz questão de sua cooperação e de tê-la como companheira de casa.¹⁵⁵

A princípio, os termos da nota parecem incompreensíveis para aqueles que não acompanhavam o mundo da prostituição no Rio de Janeiro. Se na primeira notícia sobre sua casa, Emília estava com dificuldades para alugar os quartos, agora o articulista da a entender que ela havia perdido sua casa e, por isso, estava a procura de quartos para alugar. Mais uma vez o tom irônico é utilizado para tratar dos assuntos do meretrício. Ao noticiar o contratempo em relação ao aluguel de um cômodo para si, a todo o momento o autor da notícia se coloca ela em um patamar que ele e também o público leitor sabem que ela não ocupa.

153 Dizia-se por aí, *Carbonario*, 20 de junho de 1888.

154 Dizia-se por aí, *Carbonario*, 23 de junho de 1888.

155 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 10 de janeiro de 1903.

Se “equilibrar em argolas” significaria dizer que ela precisava se virar para conseguir um lugar para morar.

Descrita de início como uma “alva bailarina”, o próprio epíteto racial associado a seu nome mostrava tratar-se de uma ironia, dando o tom de todo o resto da nota. Usado sempre de forma pejorativa, o termo mulata marcava de uma forma sexualizada as mulheres afrodescendentes, porque atribuía a elas uma degeneração moral que se apresentava através de uma sexualidade exacerbada.¹⁵⁶ Desse modo, tratava-se, aos olhos do colunista, apenas de mais uma mulher marcada pelo prejuízo de sua raça – daquelas que, segundo Martha Abreu, só poderiam conseguir alguma ascensão social através de seus atributos físicos e da valorização sexual atribuída a elas pelos homens brancos e não tão brancos.¹⁵⁷

A partir desta ironia inicial, que serve como chave de leitura de toda a nota, é assim possível ver como a questão da moradia – que também era o local de sua atividade – passava a ser uma questão importante na vida de mulheres como Emília. A nota aponta ainda para o sucesso das estratégias de sobrevivência por ela adotadas – já que, para além das ironias de Chico Bumba, restava claro que uma mulher afrodescendente estava tendo a possibilidade de se mover socialmente a partir de seu trabalho, ao ser, ainda que ironicamente, descrita como uma “genial artista”.

Olhando por esse lado, não seria impossível crer que as donas de pensão estivessem realmente interessadas em abrigá-la em suas casas. Ficava claro para além do sarcasmo em relação a questão racial empregado pelo colunista, Emília Mulata era uma mulher que se destacava pelo protagonismo que assumiu em relação a sua própria vida, graças aos caminhos que percorreu através de seu trabalho. Pouco mais de um mês depois da publicação desta nota, o colunista d’*O Rio Nu* mostrava que ela optou por residir na casa de Mariquinhas, já que “a própria Mariquinhas já está convencida de que a mulata é indispensável

156 LANZARINI, Julia Soares. *Bem-vinda a mulata: O sentido da mestiçagem na Capital Federal de Arthur Azevedo*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

157 ABREU, Martha C. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, p.143-174, 2004.

na sua casa”.¹⁵⁸ Mas Emilia era frequentemente envolvida em confusões. Ela seria dada ao álcool, tendo o hábito de tomar alguns “pifões”¹⁵⁹ e isso acabava prejudicando a relação com as mulheres com quem dividia casa. Tanto que até impediram festa e brindes no aniversário de Laura, “porque a comadre proibiu que se festejasse os anos de quem quer que seja na casa para evitar os escândalos praticados pela Emília Mulata e outras”.¹⁶⁰

Mas em março de 1903 estava ela, por toda a semana do dia 11, inaugurando sua “colégio” na rua do Riachuelo. Segundo a notícia “estão já matriculadas doze alunas para as seguintes aulas: acrobacia moderna, argolas e a sua origem, dança moderna e antiga, ginástica, equilíbrio na corda bamba, maneira de trepar na parede, etc”.¹⁶¹

É importante informar que era comum, nesta coluna principalmente, utilizar a denominação colégio ou escola, quando se queria fazer menção a um prostíbulo ou outro espaço que se sabia existir para a prática da prostituição. Além disso, para confirmar o tal colégio, os colunistas sempre brincavam com as possíveis disciplinas ali oferecidas e, dentre elas, era comum aparecer algum indicativo cômico que remetia a algo sexual ou que, pelo menos, fizesse lembrar a prática sexual, revelando o real intento daquilo que sarcasticamente era denominado colégio.

Portanto, assim como Augusta, foi no enfrentamento dessas adversidades, através das estratégias e de redes de solidariedade, Emília que ela havia conseguido novamente ter sua própria casa. Nesse sentido, ela pode ser considerada, também, uma personagem de sucesso dentro do mundo do pós-abolição, em meio às diversas situações controversas em relação à prostituição, principalmente no que se refere às ações empreendida contra as prostitutas brasileiras pelas autoridades policiais, as quais eram respaldadas tanto pelos jornais que apoiavam as medidas coercitivas, quanto por parte da sociedade que via a prostituição como um incômodo das ruas.

158 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 14 de fevereiro de 1903.

159 Bebedeira, Embriaguez. Cf. FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 25 de fevereiro de 1903.

160 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 7 de março de 1903.

161 Chico Bumba, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 11 de março de 1903.

Ainda que ambas trajetórias divergissem na forma como atingiram certa condição social, dentro das consideradas impossibilidades de mobilidade social, a história de Augusta se desenrola ainda mais. Sua trajetória pode ser acompanhada até 1916, enquanto Emília tem sua última aparição em 1912. A menção de Augusta nos jornais em anos posteriores evidencia os acertos de suas estratégias.

Augusta em sua posição de elevação pode ser vista como uma mulher que além de ter alcançado o sucesso com sua casa e assim pensar em expandir seus negócios, podia ser lida também como aquela que protegia outras mulheres. Na madrugada do dia 6 de março de 1903, nos primeiros anos de sua casa, aconteceu um fato importante na pensão de Augusta. Naquele tempo vivia ali Maria Villar, mais conhecida como Conchita. Ao que tudo indica, essa mulher havia sido companheira do chileno Juan Luiz Soutomayor, que sendo ele ainda em Buenos Aires um agente de polícia, exercia sobre Conchita certo poder de dominação. Já no Brasil, ele exigia que Conchita o sustentasse a fim de manter uma vida de regalias e prazeres às suas custas. Cansada dos maus tratos e das constantes ameaças, ela o abandonou, indo encontrar abrigo na casa de Augusta Mulata. O homem inconformado naquela noite tentou invadir a casa de Augusta a fim de tomar Conchita de volta para si. Mal sucedido o plano, Juan acabou sendo preso e um inquérito foi aberto para averiguar o caso¹⁶².

O fato de Conchita ter procurado o estabelecimento de Augusta para morar, fugindo de seu ex-companheiro, mostra que Augusta, assim como sua casa, representavam um espaço de acolhimento para mulheres que estivessem em dificuldades. Não era somente um espaço para a prostituição, mas também um local onde mulheres na condição de meretrizes, sentiam-se seguras. Além disso, fugindo ao estereótipo construído pelos jornais sobre sua vida pessoal de envolvimento com os “vícios”, Augusta se mostrava uma mulher muito diferente daquela que nos foi apresentada em finais do século XIX. Agora, enquanto dona de sua própria casa e responsável por outras mulheres parecia adotar outro tipo de conduta, talvez visando um melhor funcionamento de sua casa, como também se solidarizando com os problemas enfrentados por mulheres que, como ela, vinham buscando formas de sobreviver.

162 *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1903.

Em certa ocasião, foi noticiado o caso da Elvirinha Balão, amiga de Augusta. O que informava *O Rio Nu* era que “A Elvirinha Balão, depois que deixou o marchante e retirou-se da Praia Formosa, atirou-se ao uso do éter, apesar dos conselhos da amestrada Augusta Mulata”¹⁶³. Ainda que a notícia em tom de ironia, ao utilizar do termo “amestrada” para se referir a Augusta, indicando que ela sabia do que estava falando por também conhecer os riscos do vício no éter, ela também mostra uma Augusta mais protetora e cuidadosa com suas amigas. Aqui parece que Augusta mantinha também uma relação maternal em relação as suas companheiras.

Contudo, o aparente cuidado com aquelas com quem andava se mostrava de forma autoritária em alguns momentos. Isso revela não só um trato mais íntimo entre mulheres que compartilhavam uma mesma casa ou o mesmo grupo, mas também certa relação de obediência. O poder que Augusta adquiriu ao tornar-se dona de um estabelecimento de prostituição, fez com que ela exercesse sua autoridade de forma a ir contra os desejos das próprias inquilinas.

Santa, uma daquelas que moravam na casa de Augusta, havia se apaixonado por Flávio e estava disposta a largar tudo e ir para a Europa com o amado. Augusta, no entanto, foi contra essa ideia. Para vingar-se, Santa estava fazendo “touradas” e deixando de comer. Até mesmo impediu que Flavio, seu amante, aparecesse na casa para evitar “ser mordido”, expressão que denotava o gasto de dinheiro¹⁶⁴. Nesse caso, Augusta se mostrou alguém intransigente, mesmo que sua intenção fosse a de proteger Santa de uma possível enrolação de Flávio que desgraçaria sua vida. Talvez o posto de dona de pensão exigisse um posicionamento mais firme de Augusta, a fim de colocar ordem no estabelecimento, que vinha fazendo ando certo ou então era uma forma de garantir que não perderia nenhuma de suas “alunas” e assim não perder os lucros.

O posto que agora ocupava também colocava Augusta diante de alguns problemas. Os registros deixados pela coluna d’*O Rio Nu* mostram que mesmo sendo uma mulher bem quista e até acolhedora em meio ao ambiente do meretrício, ela não estava isenta, de enfrentar certo estranhamento por parte de quem convivia no mesmo espaço

que ela. De acordo com o colunista Língua de Prata, Maria Amélia e Augusta não se davam bem. O colunista queria saber por que “Maria Amélia anda despeitada com a Augusta Mulata? Será por causa de Pepa”?¹⁶⁵

A resposta, ao que parece, não foi obtida. Mas a indagação de Língua de Prata nos abre duas possibilidades para respondê-la. A primeira, dado o seu passado, seria que Augusta tivesse tido um caso com Maria Amélia, mas, agora, estava com Pepa. A outra é a de que ela havia criado inimizades porque encontrava-se numa posição que exigia uma nova postura no enfrentamento de certos problemas. Acontece que ao continuar sendo o centro das disputas entre as mulheres de seu convívio, Augusta mostrava que por mais que este espaço fosse permeado por complicadas relações, ainda sim, foi ele quem garantiu a ela possibilidades.

Augusta sempre se mostrou cercada por diversas mulheres, aquelas que formavam sua rede de companhia. Citadas nas mesmas colunas que teimavam em difamá-las, as meretrizes conhecidas pelos apelidos dados pelo jornal *O Rio Nu*, Mme. Berthe, Elvira Balão, Suzanne, Alice Cavallo de Pau, Hercilia, Mariquinhas Chaveco e Titi, fora as outras, muito presentes antes do empreendimento de sua casa, como Rosita Bellegrandi e Carlota, revelam não só a existência de uma conexão entre as prostitutas seja através da afetividade ou do estranhamento, mas também um universo de situações compartilhadas muito marcadas pelas condições em que viviam. Às vezes poderiam nem mesmo ter algum tipo de afinidade, mas a situação que as envolvia acabava por colocá-las dentro de um lugar comum, aproximadas pelas circunstâncias do meretrício.

Essas relações nos mostram, portanto, a conformação de uma rede de mulheres que, ao compartilhar os mesmos inconvenientes, promoviam a construção de um espaço solidário. Augusta é um notável exemplo de que as relações no meretrício, firmadas através de costumes em comum, garantiam não somente a sobrevivência, como também uma rede de apoio e de proteção, evidenciando que essas mulheres, apesar dos esforços tanto da instituição policial, quanto de parcela da sociedade, não viviam em um mundo à parte e se amparavam umas nas

163 Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 21 de abril de 1906.

164 Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 2 de junho de 1906.

165 Língua de Prata, Carteira de um Perú, *O Rio Nu*, 6 de junho de 1906.

outras, mesmo que para isso formassem grupos distintos, como uma estratégia de garantir seus direitos e uma melhor condição de vida.

Nesse caso, a trajetória de Augusta, através dos fragmentos encontrados nos jornais, aponta para uma experiência de grande sucesso, confirmado em publicação de 1909 n' *O Rio Nu*. A essa altura, a casa de Augusta já estava com uma sólida fama por entre os frequentadores do mundo das zonas. Segundo noticiou o jornal, parecia que a pensão de Augusta, por aquele período, oferecia até mesmo almoço, o que mostra a diversificação do ambiente. De acordo com a coluna “Por um óculo”, um sujeito anônimo contava sobre sua experiência na casa de Augusta, dizendo que:

Almoçamos ontem na conhecida Pensão Augusta Mulata. É a pensão mais brasileira, mais nacional que temos. Aí vimos as senhoras: Maria Amelia Rodrigues, sempre formosa, sempre gentil; Conceição, tão mignone, tão interessante; Marietta e Chiquinha, todas brasileiras. Havia também Mme Mina d'Iris, a graciosa artista do Concerto Avenida.¹⁶⁶

O tom elogioso à casa de Augusta, nitidamente referindo-se ao protagonismo daquela pensão em termos de brasilidade, mostra o quanto o processo de construção de sua vida, bem como de sua pensão, triunfaram. Em meio a uma rua predominantemente ocupada por pensões de mulheres estrangeiras,¹⁶⁷ cujas inquilinas eram também estrangeiras, a casa de Augusta, portanto, se transformava em um destaque, pois se diferenciava exatamente por aquilo que, no início de sua trajetória, foi o principal elemento impeditivo de sua mobilidade social: a cor. Em 1909, sua casa é reconhecida por ser “a mais nacional” justamente por serem “todas brasileiras”.

A reviravolta na trajetória de Augusta mostra que as ambições de nossa personagem possibilitaram a criação de um espaço muito elogiado e bem afamado, diferentemente do que previu a coluna “Carteira de um Perú”. Augusta tinha uma “conhecida” pensão, elogiada no mesmo jornal que por anos a difamou. Desse modo, nossa personagem e sua casa representam não somente as possibilidades de uma mulher negra

e prostituta de conquistar certa relevância social na Primeira República, como também revela a própria existência do espaço da prostituição negra tão bem sucedida quanto à estrangeira.

Emília e Augusta resistiram aos processos de racismo e violência em relação aos corpos negros e se estabeleceram enquanto figuras que fugiram à regra, nos mostrando assim a construção do protagonismo negro dentro do espaço do meretrício.

¹⁶⁶ Smart, Por um óculo, *O Rio Nu*, 20 de março de 1909.

¹⁶⁷ SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006, p.185.

5. Considerações finais

O presente trabalho acompanhou de forma mais próxima a presença das prostitutas negras no Rio de Janeiro, buscando identificar as particularidades em relação às suas experiências, tanto no que diz respeito ao espaço urbano carioca, como também à periodização das práticas de controle sobre elas, temáticas pouco contempladas em pela historiografia que tratou do tema.

A pesquisa rastreou a presença de mulheres negras desde a perseguição à época do Império, onde o corpo negro sofria com a escravidão e as teorias raciais, que insistiam em submeter escravizadas à violação do corpo e da força de trabalho, a ponto de fazê-las construir suas próprias estratégias para fugirem do destino que parecia estar definido, chegando até a mobilização de outros subterfúgios para burlar o cerco policial já na República e assim conseguir produzir histórias que vão na direção do que a historiografia já vinha iluminando sobre a trajetória dos negros e negras no Brasil. Nesse sentido, este estudo se insere nas discussões sobre escravidão e pós-abolição, pois contribui para refutar a imagem de passividade atribuída a esses sujeitos por tanto tempo, reforçando as ideias de agência e autonomia mesmo nas margens.

Visões e práticas racistas incidiam na tênue linha que separava os mundos da ordem e da desordem na capital federal. O espaço da cidade definia, dentro de seus limites e especificidades, os tipos de sujeitos existentes em cada território. As prostitutas negras viviam sob a marginalização dos limites impostos pelas campanhas moralizadoras da polícia e dos sujeitos queixosos de seus locais de moradia. Nessa nova cidade, que vinha se remodelando à luz das grandes capitais europeias, elas continuaram enfrentando inúmeras dificuldades para sobreviver. Em meio aos processos de modernização, nossas prostitutas resistiriam da forma como puderam para se manterem vivas e ativas em seus processos de subverter a ordem determinada.

Esse estudo, mesmo que com os limites impostos pelas fontes e as interpretações delas, avança no sentido de mostrar mais um pouco da história das mulheres negras no Brasil, a partir da ótica de uma prática até hoje considerada imoral dentro da configuração social. Assim, o que se percebe é que as mulheres negras que em algum momento da vida exerceram a prostituição, se colocaram enquanto sujeitos autônomos e participativos na cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Distantes da imagem subalterna a elas definida pelo pensamento social do período, elas afirmaram solidariedades e identidades que por anos foram relegadas pela historiografia, que atribuiu para a pouca importância de suas experiências no processo de formação de uma sociedade republicana. Se por um lado a história das mulheres precisava ser contada, de modo a fazer frente a uma história hegemonicamente masculina, a história das mulheres negras precisava ser descoberta. Nesse caso, aqui está uma pequena contribuição para que conheçamos parte destas potentes trajetórias



(27) 3376-0363



facebook.com/EditoraMilfontes



@editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este livro foi composto utilizando as famílias tipográficas
Miniom Pro e Point.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES